

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**TVR**

**N.º 33, DE 2021**

**(Do Poder Executivo)**

**MSC 182/2021**

**OF 309/2021**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 144, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Glória de Goitá, Estado de Pernambuco.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, Portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 466, de 18 de março de 2015 - Associação Comunitária Farroupilha, no município de Pelotas - RS;
- 2 - Portaria nº 468, de 5 de junho de 2015 - Associação Comunitária, Beneficente, Artística e Cultural Guaraniense de Rádio e TV, no município de Guarani - MG;
- 3 - Portaria nº 470, de 30 de abril de 2015 - Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Bairro Granja Aurimar, no município de Piraúba - MG;
- 4 - Portaria nº 744, de 10 de junho de 2015 - Associação Cultural Desportiva de São Bento, no município de São Bento - MA;
- 5 - Portaria nº 2.952, de 30 de julho de 2015 - Associação Cultural Comunitária Joanopolense, no município de Joanópolis - SP;
- 6 - Portaria nº 2.975, de 30 de julho de 2015 - Associação e Movimento Comunitário Rádio Paz Serrana FM, no município de Lages - SC;
- 7 - Portaria nº 3.589, de 19 de agosto de 2015 - Associação Comunitária Cantagalense de Radiodifusão, no município de Três Rios - RJ;
- 8 - Portaria nº 3.627, de 19 de agosto de 2015 - Associação Cultural Comunitária de Pedreira, no município de Pedreira - SP;
- 9 - Portaria nº 3.863, de 28 de agosto de 2015 - Associação Comunitária Educativa de Piedade, no município de Piedade - SP;
- 10 - Portaria nº 6.163, de 1º de dezembro de 2015 - Associação Calmonense, no município de Miguel Calmon - BA;
- 11 - Portaria nº 81, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição, no município de Pereiras - SP;
- 12 - Portaria nº 84, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Palmares de Radiodifusão, no município de Palmares - PE;
- 13 - Portaria nº 92, de 1º de fevereiro de 2016 - Rancho Verde Viva - RVV, no município de Salgueiro - PE;
- 14 - Portaria nº 101, 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba', do Município de Porangaba e Adjacências, no município de Porangaba - SP;
- 15 - Portaria nº 116, de 1º de fevereiro de 2016 - Fundação José Leite de Oliveira, no município de São José de Piranhas - PB;



16 - Portaria nº 144, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá, no município de Glória do Goitá - PE;

17 - Portaria nº 152, de 1º de fevereiro de 2016 - Fundação de Assistência Social de Cabaceiras, no município de Cabaceiras - PB;

18 - Portaria nº 156, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Itanhanduense de Radiodifusão, no município de Itanhandu - MG;

19 - Portaria nº 251, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social - Palestina, no município de Palestina - SP;

20 - Portaria nº 520, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Radiodifusão Sintonia Carmo de Minas FM, Zelia Coli Junqueira, no município de Carmo de Minas - MG;

21 - Portaria nº 684, de 9 de maio de 2016 - Associação de Difusão Comunitária de Ouro Verde, no município de Ouro Verde - SP;

22 - Portaria nº 687, de 10 de maio de 2016 - Sociedade de Assistência ao Idoso e Comunidades de Porteiras - SAICP, no município de Porteiras - CE;

23 - Portaria nº 689, de 9 de maio de 2016 - Fundação Santa Rita de Cássia dos Impossíveis - FSRCDI, no município de Teixeira - PB;

24 - Portaria nº 690, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Serrazulense, no município de Serra Azul - SP;

25 - Portaria nº 753, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Itaquerê de Comunicação de Nova Europa - ITA, no município de Nova Europa - SP;

26 - Portaria nº 764, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária dos Radiodifusores e Movimento Popular de Rádio Comunitária de Pedro Leopoldo, no município de Pedro Leopoldo - MG;

27 - Portaria nº 767, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM, no município de Garanhuns - PE;

28 - Portaria nº 770, de 9 de maio de 2016 - Associação Vale do Araguaia de Desenvolvimento Artístico/Cultural, no município de São Miguel do Araguaia - GO;

29 - Portaria nº 774, de 9 de maio de 2016 - Sociedade de Ação Comunitária Canaã, no município de Três Marias - MG; e

30 - Portaria nº 900, de 9 de maio de 2016 - Rádio Clube da Vida - Vida FM, no município de Jussara - GO.

Brasília, 29 de abril de 2021.

Brasília, 2 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.046267/2013-32, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá, inscrita no CNPJ nº 02.978.687/0001-60, explore pelo prazo de dez anos a partir de 07 de agosto de 2013, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Glória do Goitá, estado de Pernambuco, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 15496/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 144, de 1º de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 15/02/2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*

## PORTARIA Nº 144/2016/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.046267/2013-32 e nº 53103.000218/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 07/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Glória do Goitá/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANDRÉ FIGUEIREDO**

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/02/2016, às 09:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0913543** e o código CRC **AC182647**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 309/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro-Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

**Assunto: Radiodifusão.**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 466, 468, 470, 744, 2.952, 2.975, 3.589, 3.627, 3.863 e 6.163, de 2015; 81, 84, 92, 101, 116, 144, 152, 156, 251, 520, 684, 687, 689, 690, 753, 764, 767, 770, 774 e 900, de 2016.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI  
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral  
da Presidência da República

---

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.056215/2011-11

SEI nº 2535667

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 36713/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.046267/2013-32.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 02/10/2019, às 17:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4694541** e o código CRC **D8CF9345**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Ministério das Comunicações - SCE  
Fls. 01  
Rubrica

DESPACHO

Assunto: **Renovação de Outorga**

Protocolo nº: 53000.046267/2013-32

(Processo de Outorga nº 53103.000218/1999)

1. Considerando o disposto no item 20 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011, e visto que o ato de outorga da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ** sediada na localidade de **Glória de Goitá/PE** tem validade até 07/08/2013, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 22 de agosto de 2013.

**VALKIRIA FERREIRA MACHADO**  
Chefe de Divisão





LD 5° 53103 000 218/1999

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURAL DE GLÓRIA DE GOITÁ**



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASIL - DF

53000 046267/2013-32

SEMPASCE

Ofício, 10/2013

Glória de Goitá, 15 de junho de 2013.

Ilmo. Sr.

Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

Dr. Octavio Penna Pieranti.

Recebido no NRH/MC/PE  
Em, 26 / 07 / 2013

Joeides Pereira da Paz  
Mat. SIAPE 452199

**ASSUNTO: Renovação de Outorga**

Senhor Coordenador

Estamos encaminhando documentação, abaixo relacionada, referente à Renovação de Outorga, conforme determina a legislação pertinente.

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS CONFORME SUBITEM 20.3 DA NORMA Nº 1/2011, APROVADA PELA PORTARIA MC Nº 462, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011.

- 1 - Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações (Anexo 12);
- 2 - Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.
- 3 - Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;
- 4 - Cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;
- 5 - documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3;
- 6 - ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro "A" do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- 7 - declaração constante do Anexo 14 desta norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora:
  - 7.1) não veicula nenhuma publicidade comercial, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
  - 7.2) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;

Rua David Pereira do Rosário, s/n, Centro, Glória de Goitá, PE, CEP: 55.620-000

CNPJ: 02.978.687/0001-60

Searc  
134.1





**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E  
CULTURAL DE GLÓRIA DE GOITÁ**



7.3) Cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal;

8 - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação;

9 - Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta norma, sobre a programação veiculada pela emissora;

10 - Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede;

11 - Laudo de ensaio do transmissor, com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1

12. Conforme o item K da Norma Complementar 01/2011, estamos aguardando o valor relativo às despesas decorrente do Ato de Renovação de Outorga.

Antecipamos neste ato a documentação que consta no dispositivo no art. 34, alínea “a” do Código Brasileiro de Telecomunicação (Lei nº 4117/1962) e no subitem 10.8 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que todos os dirigentes tenham resididos nos últimos cinco anos, da:
  - JUSTIÇA FEDERAL
  - JUSTIÇA ESTADUAL
  - ELEITORAL.
- b) Folha de antecedentes criminal da Polícia Federal e da Polícia Estadual nos quais os dirigentes da entidade residem nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses;
- c) Certidões Negativas da:
  - Fazenda Federal
  - Fazenda Estadual
  - Fazenda Municipal
  - Previdência Social
  - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações,

**Rua David Pereira do Rosário, s/n, Centro, Glória de Goitá, PE, CEP: 55.620-000  
CNPJ: 02.978.687/0001-60**





**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E  
CULTURAL DE GLÓRIA DE GOITÁ**



que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentado no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.

Glória de Goitá, 15 de junho de 2013.

Atenciosamente,

**Alexandre Borges de Souza Filho**  
**DIRETOR PRESIDENTE**  
**CPF: 069.544.954-09**

Endereço para correspondência: Rua David Pereira do Rosário, s/n, Centro,  
Glória de Goitá, PE, CEP: 55.620-000

Telefone para contato: **081 – 36581150 – 94583093 - 96671577**

Correio eletrônico (e-mail): [radiogoitacazfm@hotmail.com](mailto:radiogoitacazfm@hotmail.com)



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E  
CULTURAL DE GLÓRIA DE GOITÁ**



**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO  
DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações.

A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURAL DE GLÓRIA DE GOITÁ**, inscrita no CNPJ sob o nº **02.978.687/0001-60** com sede na Rua David Pereira do Rosário, Centro, Glória de Goitá, Estado de Pernambuco, CEP: 55.620-000. Entidade sem finalidade econômica, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº **477** datada de **22/08/2001** publicado no DOU de **31/08/2001** e Decreto Legislativo nº **445** publicado no Diário Oficial da União datado de **07/08/2003**, vem respeitosamente à presença de Vossa Exmo. Requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Glória de Goitá, 15 de junho de 2013.

Atenciosamente,

  
**Alexandre Borges de Souza Filho**  
**DIRETOR PRESIDENTE**  
**CPF: 069.544.954-09**

**Rua David Pereira do Rosário, s/n, Centro, Glória de Goitá, PE, CEP: 55.620-000**  
**CNPJ: 02.978.687/0001-60**



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E  
CULTURAL DE GLÓRIA DE GOITÁ**



**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO  
SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Eu, **Alexandre Borges de Souza Filho**, na qualidade de representante legal da **Associação Comunitária de Comunicação e Cultural de Glória de Goitá**. Declaro para os devidos fins que: Atesto que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Glória de Goitá, 15 de junho de 2013.

*Atenciosamente,*

**Alexandre Borges de Souza Filho**

**DIRETOR PRESIDENTE**

**CPF: 069.544.954-09**



**ANATEL**Agência Nacional  
de TelecomunicaçõesSistemas  
Interativos

Menu Principal ▼

BOLETO » Nada Consta

menu ajuda

**ANATEL**

Agência Nacional de Telecomunicações

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNIC.E CULT.DE GLORIA DO  
GOITA

**CNPJ:** 02.978.687/0001-60

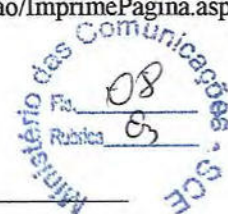
Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:19:32 do dia 26/07/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 25/08/2013.

Certidão expedida gratuitamente.

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.978.687/0001-60</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>18/02/1999</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA DE GLORIA DO GOITA</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>R DAVI PEREIRA DO ROSARIO</b>	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO	
CEP <b>55.620-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>GLORIA DO GOITA</b>	UF <b>PE</b>
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **10/06/2013** às **23:36:05** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



Cartão Único de Glória do Goitá  
Av. Rui Barbosa, nº 280-A  
Glória do Goitá - PE  
Válido só com selo de autenticidade

Autentico a presente Cópia  
Fotostática Reprodução Fiel  
do Original que me foi exibido  
Em Teste da verdade

04 JUN 2013

Dra. Iasmim Monteiro da Silveira Pinto  
Tribuna em Exercício

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO  
E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ

## ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ

### I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

**Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ**, doravante denominada ACCCGG, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, do Município de Glória do Goitá, Estado de Pernambuco, com sede, na Rua David Pereira do Rosário s/n.

**Parágrafo Único** - A ACCCGG utilizará como denominação fantasia Rádio Goitacaz e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

**Art. 2º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ** tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

#### I - beneficiar a comunidade com vistas a:

- Dar oportunidade a difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

#### II - respeitar e atender aos seguintes princípios:

- preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

Rua David Pereira do Rosário, s/n - Centro, Glória do Goitá - PE - CEP 55620-000  
CNPJ: 02.978.687/0001-60









## ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ

- a) o direito de voto e de concorrer às eleições, podendo ser votados para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no §2º do art. 12;
- b) manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela AG.

**Art. 9º** - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

### III - DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

**Art. 10** - São órgãos da ACCCGG

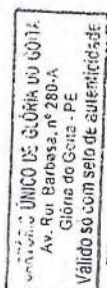
- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Comunitário. ✓

**Art. 11** - A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação da ACCCGG, será composta por seus associados e ocorrerá ordinariamente a cada ano, no dia 31 do mês de dezembro para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 04 anos para eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.

**§ 1º** - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), um terço do Conselho Comunitário para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

**§2º** - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de quinze dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da ACCCGG e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e Órgão Público, com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

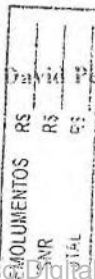
**§3º** - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com



Autentico a presente Cópia  
Fotostática Reprodução Fiel  
do Original que me foi exibido  
Em Teste da verdade

04 JUN 2013

Dra. Iasmim Montarros da Silveira Pinto  
Tabelião em Exercício



David Pereira do Rosário, s/n - Centro, Glória do Goitá - PE - CEP 55620-000  
CNPJ: 02.978.687/0001-60





**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO  
E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ**

qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

**§4º** - A AG convocada para fins eleitorais, quinze dias de antecedência, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

**Art. 12** - A Diretoria da ACCCGG, órgão executivo e administrativo, será composta por um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos em Assembléia Geral para um mandato de 04 anos, permitida a reeleição.

**§1º** - A Diretoria da ACCCGG poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembléia Geral, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

**§ 2º** - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função pública ou privada da qual decorra foro especial.

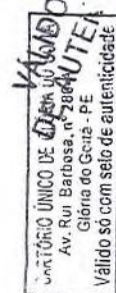
**Art. 13** - São atribuições:

**I ) Da Diretoria:**

- Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade.
- Convocar as reuniões e Assembléias Gerais;
- Representar a ACCCGG em atos públicos ou internos.
- Realizar todos atos necessários ao desenvolvimento da ACCCGG .
- Apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro.
- Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins
- Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral;

**II) De cada dirigente:**

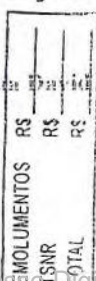
- Ao Diretor Presidente compete: representar a ACCCGG, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto



Autentico a presente Cópia  
Fotostática Reprodução Fiel  
do Original que me foi exibido  
Em Teste da verdade

04 JUN 2013

Dra. Iasmim Montarros da Silveira Pinto  
Tabelião em Exercício



David Pereira do Rosário, s/n - Centro, Glória do Goitá - PE - CEP 55620-000  
CNPJ: 02.978.687/0001-60





## ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ

- de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos; participar das reuniões do Conselho Comunitário;
- b) Ao Diretor Administrativo compete: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Presidente todos documentos concernentes a vida financeira da ACCCGG secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade;
- c) Ao Diretor de Operações compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado;

**Art. 14** - O Conselho Fiscal, eleito em Assembléia Geral, para mandato igual ao da diretoria será composto por três membros representantes da comunidade local

**Art. 15** - O Conselho Comunitário, será composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

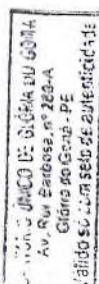
**Parágrafo único** - O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação e enviar ao Ministério das Comunicações na data de aniversário de sua outorga.

### IV - DAS ELEIÇÕES

**Art. 16** - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até dois dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros bem como do referendado de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

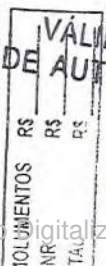
**§1º** - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

Rua David Pereira do Rosário, s/n - Centro, Glória do Goitá - PE - CEP 55620-000  
CNPJ: 02.978.687/0001-60



Autentico a presente Cópia  
Fotostática Reprodução Fiel  
do Original que me foi exibido  
em Teste da verdade

04 JUN 2013

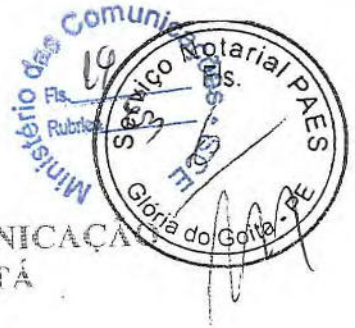


O SELO  
DE AUTENTICAÇÃO

Volume de Processos Digitalizado (0188999)  
Dra. Iasmim Montarros da Silveira Pinto

SEI 53000.046267/2013-32 / pg. 13





## ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ

**§2º** - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos validos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.

### V - DA PROGRAMAÇÃO

**Art. 17** - A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

**Parágrafo único** - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

### VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

**Art. 18** - O Patrimônio e Receita da ACCCGG será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

**Parágrafo Único** - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria com ressalva do Conselho Fiscal e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

### VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

**Art. 19** - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

**Art. 20** - A dissolução da ACCCGG ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia.

Associação Unica de Glória do Goitá  
Av. Rui Barbosa, nº 280-A  
Glória do Goitá - PE  
Válido só com selo de autenticidade

Autentico a presente Cópia  
Fotostática Reprodução Fiel  
do Original que me foi exibido  
Em Teste da verdade

04 JUN 2013

Dra. Iasmim Montarros da Silveira Pinto  
Tabelião em Exercício

DE VALIDO  
EM AUTENTICAÇÃO  
EMOLUMENTOS  
TSNR  
NOTEL



Rua David Pereira do Rosário, s/n - Centro, Glória do Goitá - PE - CEP 55620-000  
CNPJ: 02.978.687/0001-60



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO  
E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ

**VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 21** - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado.

**Art. 22** - O presente estatuto foi aprovado na AG de 29 de dezembro de 2010 e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

**Art. 23** - Fica eleito o foro da cidade de Glória do Goitá, no Estado de Pernambuco, para qualquer ação fundada neste Estatuto.

E por estarem de pleno acordo com os dizeres do presente estatuto que elaborado em três vias de igual teor e forma, firmando presença de duas testemunhas adiante assinadas.

Glória do Goitá, 29 de dezembro de 2010.

*Alexandre Borges de Souza Filho*  
**ALEXANDRE BORGES DE SOUZA FILHO**  
Diretor Presidente

*Suzana Maria de Santana*  
**SUZANA MARIA DE SANTANA**  
Advogada - OAB/PE nº. 27.998

Testemunhas:

*W.M.C.*  
RGL 8.039.493

*Mário do Sacramento*  
RG: 6.225+50



**Apresentado a Registro Hoje**

Protocolo sob o nº. 21280 da fls. 510  
do Livro 113 REGIS-  
TRO nº. 1118 às Fls. 129  
do livro 113, nos demais, dou fé  
Glória do Goitá-PE 06 JAN 2011  
O Oficial do Registro

*Wagner Barbosa*  
Taberna em Exercício

TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DE PERNAMBUCO  
Ato Notarial  
ou de Registro  
ANOREG-PE  
ACC031128

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAR  
*Wagner Barbosa*  
Taberna em Exercício

SELO DE AUTENTICIDADE  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Selo de Autenticidade  
ANOREG-PE  
AUTENTICADO  
BNQ02373  
VÁLIDO

Autentico a presente Cópia  
Fotostática Reprodução Fiel  
do Original que me foi exibido  
Em Teste da verdade

24 JUL. 2013

24 JUL.

Dra. Tasmim Montarinos d. Silveira Pinto  
Taberna em Exercício

RS	RS	RS
EMOLUMENTOS	TSNR	TOTAL





presente Cópia  
Reprodução Fiel  
que foi exibido  
da verdade



# Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitã-PE

Por vinte e oito dias do ano de dois mil e dez, às 10 horas na sala de reunião do salão Paroquial, estavam presentes os sócios fundadores, sócios honorários e sócios contribuintes com o objetivo de eleger os membros da Diretoria da Associação que irão gerir a Associação no novo mandato nos cargos de: Diretor Presidente, Diretor Administrativo e Diretor Operacional no momento o presidente abriu a sessão para votação, digo srta. Maria do Socorro de Deus Vasconcelos, que apresentou as chapas aos presentes que são compostas de 03 membros, sendo: Chapa 1 - Diretor Presidente sr. Alexandre Borges, Diretor Financeiro Vilma Nascimento, Diretor Operacional Srta. Maria do Socorro Vicente; Chapa 2 - Diretor Presidente Eliane Maria de Melo, Diretor Financeiro: José Bernardo da Silva, Diretor de Patrimônio Rodrigo José da Silva e em seguida foi dado início a votação, que foi encerrada às 12 horas, que foi dada início a apuração com a presença das 02 chapas concorrentes e em Assembleia. Em seguida foi aberta a urna que teve 82 votos de 82 votantes, participaram da apuração a Presidente da Comissão M<sup>o</sup> do Zócio de Deus Vasconcelos Rêdete Rocha de Albuquerque - Secretária, José Fernando Cesar de Albuquerque -





presente Cópia  
Fiel  
Reprodução  
do original  
exibido  
na verdade

presente Cópia Fiel Reprodução do original exibido na verdade

1. Antônia Maria da Silva nem  
lho da Comissão Eleitoral, foram conve- lu  
dados na Ofensiva para a apuração es  
os 02 candidatos Calçados da Chapa 1 a  
Alexandre Borges e Sra Eliane Nº de Melo Op  
da Chapa 2. Foram apurados 32 votos Se  
sendo 38 votos para a Chapa 2, 02 s  
votos nulos e 12 votos para a Chapa a  
1, sendo a Chapa eleita. Diretor  
Presidente: Alexandre Borges de Souza Filho g  
portador da RG Nº 8.039.493 SDS-PE CPF 12  
Nº 082.777.634-92, residente na Avenida Ci  
Djalma Dutra Nº 93 - Barracão, Glória do l  
Goitá - PE, Vilma Maria Nascimento, n  
Nique os dados correspondentes a ce  
Alexandre Borges são de Vilma Maria y  
do Nascimento. Alexandre Borges de l  
Souza Filho portador da RG Nº 6.442.576 d  
SDS- Diretor Presidente - Cic 069.544.954-09, a  
residente à Rua W. Rui Barbosa Nº 243, /  
Centro Glória do Goitá - PE - Diretor Financeiro  
Vilma Maria do Nascimento portadora  
dos documentos acima mencionados, e o  
Diretor Operacional - Helena Maria dos Ca  
Santos residente à Rua Antônio José  
de Jesus Nº 06 Sta. Rita - RG 616.224. emi  
SDS-PE, Cic. 037.840.514-48. Na Ser  
Ocasão foi dado a posse a nova im  
Diretoria que irá gerir na nova Jo  
gestão Administrativa. Não havendo s  
mais nada a ser tratado a Presidente  
encerrou a sessão. Entretanto justi- fu  
ficamos que onde se lê Diretor de de  
Patrimônio leia-se Diretor Operacional. de



Olória do Goita, 28 de novembro de 2014.  
eu Renede Rocha de Albuquerque Secretária  
esta sessão que será assinada por todos  
a presente ata. Resolvendo que o Diretor  
Operacional da Chapa 1 é Sra. Maria do  
Socorro Vicente portadora do RG 6.255.750  
SDS-PE, CPF 040.184.174-08, residente  
à Rua 22 Traversa Jatoba nº 57 no  
Bairro Jatoba - Glória do Goita - PE,  
resolvemos ainda que M<sup>o</sup> do Carmo  
Bezerra Filho é também membro da  
Comissão eleitoral. Sem mais para fins  
larro a presente ata assinada por  
mim secretária indicadora da Comissão  
eleitoral e por demais participantes da Assembleia  
participantes da Assembleia Geral de 28 de Novem-  
bro às vinte e oito dias do  
dois mil e dez. Renede Rocha de Albuquerque



- Maria do Socorro de Jesus Vasconcelos - Comissão  
Natalia Maria da Silva - Comissão  
G<sup>o</sup> do Carmo B. Silva - Comissão  
Elaine Maria de Melo, Janice Sobrado de M<sup>o</sup>, Izabelly  
Cavalcante dos Santos Silva, Maria Eduarda dos S.  
Recinthya Gabrielle Souza Silva, Valdeir Augusto da Silva.  
Serenino César de Silva, Glorivaldo Santos, José dos Santos  
Maria do Socorro Vicente, Gilmar dos Santos Silva,  
Jailson Barbosa dos Santos, José Carlos da Silva  
José Amador de Silva, Leandro José de Silva  
José Antonio dos Santos, Alexandre Borges de Sousa  
Filho, Bruna Maria de Oliveira Alves, Washington Barbosa  
de Barros Andrade, Geraldo Costa Santana, José Benedito Bastos  
de Almeida Leite, Janaina Maria de Oliveira Nascimento



SEI 53000.046267/2013-32 / pg. 20







**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E  
CULTURAL DE GLÓRIA DE GOITÁ**



**DECLARAÇÃO**

Eu, **Alexandre Borges de Souza Filho**, na qualidade de representante legal da **Associação Comunitária de Comunicação e Cultural de Glória de Goitá**.  
DECLARO para fins de prova ao Ministério das Comunicações, que: A entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura.

Glória de Goitá, 15 de junho de 2013.

Atenciosamente,

**Alexandre Borges de Souza Filho**

**DIRETOR PRESIDENTE**

**CPF: 069.544.954-09**





**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E  
CULTURAL DE GLÓRIA DE GOITÁ**

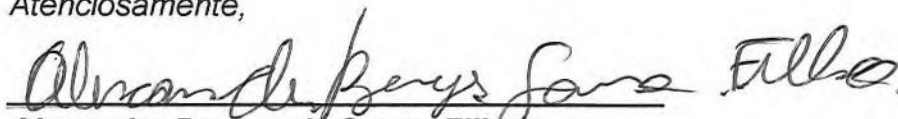


**DECLARAÇÃO**

Eu, **Alexandre Borges de Souza Filho**, na qualidade de representante legal da **Associação Comunitária de Comunicação e Cultural de Glória de Goitá**. DECLARO para fins de prova ao Ministério das Comunicações, que todos os dirigentes da entidade residem na área da comunidade a ser atendida pela estação.

Glória de Goitá, 15 de junho de 2013.

Atenciosamente,



**Alexandre Borges de Souza Filho**

**DIRETOR PRESIDENTE**

**CPF: 069.544.954-09**



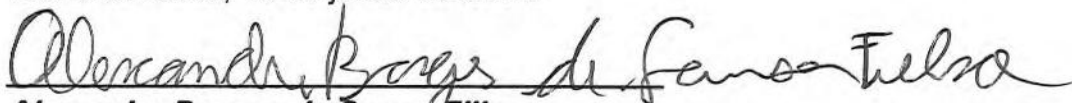
**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E  
CULTURAL DE GLÓRIA DE GOITÁ**



**DECLARAÇÃO**

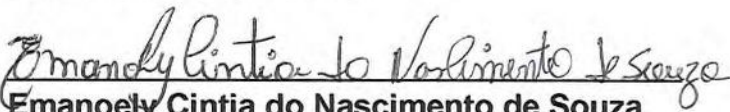
Eu, **Alexandre Borges de Souza Filho**, na qualidade de representante legal da **Associação Comunitária de Comunicação e Cultural de Glória de Goitá**. DECLARAM para fins de prova ao Ministério das Comunicações, que todos se comprometem ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço de RADCOM.

Glória de Goitá, 15 de junho de 2013.



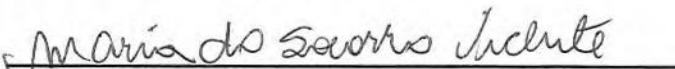
**Alexandre Borges de Souza Filho**

**DIRETOR PRESIDENTE**



**Emanuely Cintia do Nascimento de Souza**

**DIRETORA ADMINISTRATIVA**



**Maria do Socorro Vicente**

**DIRETORA DE OPERAÇÕES**



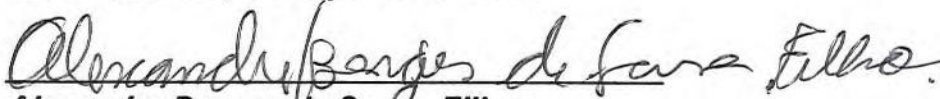
**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E  
CULTURAL DE GLÓRIA DE GOITÁ**



**DECLARAÇÃO**

Eu, Alexandre Borges de Souza Filho, na qualidade de representante legal da Associação Comunitária de Comunicação e Cultural de Glória de Goitá. DECLARO para fins de prova ao Ministério das Comunicações, que a Entidade requerente não possui qualquer vínculo de subordinação com outra Entidade, mediante compromissos e/ou relações financeiras, familiares, religiosas, político-partidárias ou comerciais.

Glória de Goitá, 15 de junho de 2013.



**Alexandre Borges de Souza Filho**

**DIRETOR PRESIDENTE**

**CPF: 069.544.954-09**





Poder Judiciário

**JUSTIÇA FEDERAL**

**Nº 201300656800**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**

Natureza: Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

**ALEXANDRE BORGES DE SOUSA FILHO**

**CPF: 069.544.954-09**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

**1 - Esta certidão NÃO abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;**

**2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;**

**3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);**

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.**

Recife, 26/07/2013 11:25:29

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL  
SETOR DE ANTECEDENTES CRIMINAISFórum Des. Rodolfo Aureliano  
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 – Térreo – Ala Oeste, bairro Joana Bezerra  
Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0476 e 3181-0470  
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE**CERTIDÃO CRIMINAL****VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO**

Data da Emissão: 26/07/2013 11h37min Data de Validade: 24/08/2013

**Nº da Certidão: 682319/2013****Nº da Autenticidade: FK.GT.5P.WE.1B**

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

**Nome: ALEXANDRE BORGES DE SOUZA FILHO****Documento identificação: 6442576 SDS/PE****Data da Emissão: 20/12/2011****CPF: 069.544.954-09****Título de Eleitor:****Nome do Pai: ALEXANDRE BORGES DE SOUZA****Nome da Mãe: MARINA MARIA DE JESUS****Estado Civil: Solteiro Nacionalidade: Brasileira****Dt Nascimento: 17/03/1987****Endereço Residencial: RUA A, 17****Compl: VILA DA CAIXA****Bairro: CENTRO****Cidade: Glória do Goita/PE**

Certifico que **NADA CONSTA**, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, AÇÃO PENAL, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

**Observações:**

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 - TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 021/2009 - TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) - no menu - Antecedentes Criminais - Emitir / Validar Certidão Negativa, utilizando o número de autenticidade acima identificado.





GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
Gerência Geral da Polícia Científica  
Instituto de Identificação Tavares Buril  
UTICRIM



**Certidão de Antecedentes Criminais**

**PROTOCOLO:** 2013072604252393

**Nome:** ALEXANDRE BORGES DE SOUSA FILHO

**Nome do Pai:** ALEXANDRE BORGES DE SOUSA

**Nome da Mãe:** MARINA MARIA DE JESUS

**Data de Nascimento:** 17/03/1987

**Naturalidade:** VITORIA DE SANTO ANTÃO **UF:** PE

**Nacionalidade:** BRASILEIRA

**Estado Civil:** SOLTEIRO(A)

**Profissão:** RADIALISTA

**RG:** 6442576 **Órgão Emissor:** SDS **UF:** PE **Data de Expedição:** 20/12/2011

**Endereço:**

RUA A, 17, VILA DA CAIXA, CENTRO,  
GLÓRIA DE GOITA-PE

Certifico que, em pesquisa realizada em **26/07/2013 às 16:25:23** nas bases de dados do Instituto de Identificação Tavares Buril, **NENHUM REGISTRO DE ANTECEDENTE CRIMINAL** foi encontrado em desfavor da pessoa acima qualificada.

Os dados constantes do presente atestado são de inteira responsabilidade do requerente.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto nos termos do artigo 12 da Lei 12.681/2012, no §4º e §6º do artigo 76 da Lei 9.099/95 e no artigo 202 da Lei 7.210/84.

Observações:

- a) A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet.
- b) A validade desta certidão é de 30 (trinta) dias a partir da data de emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão.
- c) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.servicos.sds.pe.gov.br/antecedentes> na opção Validar Certidão Negativa.

Recife, 26/07/2013 16:25:23





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Nº 18904962013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **ALEXANDRE\*BORGES\*DE\*SOUSA\*FILHO**, nacionalidade brasileira, filho(a) de ALEXANDRE BORGES DE SOUSA e MARINA MARIA DE JESUS, nascido(a) aos 17/03/1987, natural de VITÓRIA DE SANTO ANTÃO/PE, Documento de identificação 6442576 SSP/PE, CPF 069.544.954-09.

**Observações:**

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (\*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 11:52 de 07/06/2013





JUSTIÇA ELEITORAL  
21ª ZONA ELEITORAL DE GLÓRIA DO GOITÁ - PE  
AV. RUI BARBOSA, 249 (NA RUA DA PREFEITURA) Telefone 36581934

Ministério das Comunicações - SCEL  
Ass. 27  
Rubrica

## Certidão



Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: ALEXANDRE BORGES DE SOUSA FILHO  
Inscrição: 066978110841 Zona: 21 Seção: 55  
Município: 24210 - GLÓRIA DO GOITÁ UF: PE  
Data de nascimento: 17/03/1987 Domiciliado desde: 27/03/2003  
Filiação: MARINA MARIA DE JESUS  
ALEXANDRE BORGES DE SOUSA

Em 11 de junho de 2013.

REJANE MARIA DA COSTA  
AUXILIAR DE CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 6.442.576 DATA DE EXPEDIÇÃO 20/12/2011

NOME << ALEXANDRE BORGES DE SOUSA FILHO >>

FILIAÇÃO << ALEXANDRE BORGES DE SOUSA >>  
 << MARINA MARIA DE JESUS >>

NATURALIDADE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PE DATA DE NASCIMENTO 17/03/1987

DOC ORIGEM << CN.12012 L.A11 F.187 CART.GLÓRIA DO GOITÁ-PE 12.05.1987 >>

CPF 069.544.954-09

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.196 DE 29/08/83

F-47 25.7/16 - 4332

UNIDADE ÚNICA DE GLÓRIA DO GOITÁ  
 Av. Rui Barbosa, nº 280-A  
 Glória do Goitá - PE  
 Válido só com selo de autenticidade

Autentico a presente Cópia Fotostática Reprodução Fiel do Original que me foi exibido Em Teste da verdade

04 JUN. 2013

Dra. Iasmim Montarros da Silveira Pinto  
 Tabeliã em Exercício

EMOLUMENTOS	RS	RS	RS
TSNR			
TOTAL			



SELO DE AUTENTICAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO 09R-38  
 SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BURIL

POLEGAR DIREITO

Assinatura do Titular: Alexandre Borges de Sousa Filho

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

## A FISCAL FATURA CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Ministério das Comunicações - SCEL  
R. 29  
R. 29

www.celpe.com.br

Companhia Energética de Pernambuco  
Av. João de Barros, 111, Boa Vista  
Recife, Pernambuco - CEP 50050-902  
CNPJ 10.835.832/0001-08 | Ins. Est. 0005943-93

Data de Vencimento

16/05/2013

Total a Pagar (R\$)

56,14

Comercial: 0800 081 0120 | Prontidão: 0800 081 0196  
Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142  
Ouvidoria Celpe: 0800 282 5599  
Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE: 0800 727 0167 - Ligação gratuita de telefones fixos  
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL: 167 - Ligação gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares

## CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL  
RESIDENCIAL  
Monofásico

Conta Contrato 7005438033

## DADOS DO CLIENTE

ALEXANDRE BORGES SOUZA FILHO

CPF: 069.544.954-09

## ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

RUA A 17

VILA DA CAIXA/GLORIA DO GOITA  
55620-000 GLORIA DO GOITA PE

NÚMERO DA NOTA FISCAL	DATA DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL	DATA DA APRESENTAÇÃO
002903620	24/04/2013	09/05/2013
SÉRIE DA NOTA FISCAL SÉRIE ÚNICA	NÚMERO DO CLIENTE	NÚMERO DA INSTALAÇÃO
	2010218938	1214407

Reservado ao Fisco

54D8.7DD9.AA55.2AC7.00BE.C42A.1D58.EB92

Não existem débitos de 2012 e anos anteriores. Esta declaração substitui as quitações dos salamentos mensais (Art. 4º, Lei 12.007/09). Esta declaração não abrange débitos de parcelamentos/confissões de dívidas nem litígios em discussão judicial que poderão ser cobrados após o fim do processo judicial.

## DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	Quantidade	Preço (R\$)	Valor (R\$)	HISTÓRICO DO CONSUMO
Consumo Ativo(kWh)	132,0000000	0,41599943	54,91	ABR 13 132
Distribuição Iluminação Pública			1,23	MAR 13 141
				FEV 13 130
				JAN 13 118
				DEZ 12 115
				NOV 12 121
				OUT 12 131
				SET 12 137
				AGO 12 122
				JUL 12 104
				JUN 12 115
				MAI 12 143
				ABR 12 138

TARIFAS APLICADAS  
Consumo Ativo(kWh) 0,29615000

TOTAL DA FATURA 56,14

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS								
ICMS			PIS			COFINS		
Base de Cálculo	%	Valor do Imposto	Base de Cálculo	%	Valor do Imposto	Base de Cálculo	%	Valor do Imposto
54,91	25,00	13,72	54,91	0,65	0,36	54,91	3,00	1,65

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO		
	R\$	%
Geração de Energia	18,09	34,04
Transmissão	1,02	1,86
Distribuição (Celpe)	17,02	32,22

VÁLIDO  
DE AUC. ÚNICO DE GLÓRIA DO GOITA  
Av. Rui Barbosa, nº 280-A  
Glória do Goita - PE  
Válido só com selo de autenticidadeAutentico a presente Cópia  
Fotostática Reprodução Fiel  
do Original que me foi exibido  
Em Teste da verdade

04 JUN. 2013

Dra. Iasmim Montarroi da Silveira Pinto  
Tabeliã em Exercício

R\$	R\$	R\$
EMOLUMENTOS		
TSNR		
TOTAL		





Poder Judiciário

**JUSTIÇA FEDERAL**

**Nº 201300656809**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**

Natureza: Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

**EMANOELY CINTIA DO NASCIMENTO DE SOUZA**

**CPF: 103.107.844-41**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

**1 - Esta certidão NÃO abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;**

**2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;**

**3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);**

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 26/07/2013 11:27:55

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL  
SETOR DE ANTECEDENTES CRIMINAISFórum Des. Rodolfo Aureliano  
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 – Térreo – Ala Oeste, bairro Joana Bezerra  
Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0476 e 3181-0470  
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE**CERTIDÃO CRIMINAL****VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO**

Data da Emissão: 26/07/2013 11h40min Data de Validade: 24/08/2013

**Nº da Certidão: 682347/2013****Nº da Autenticidade: PW.88.7H.K7.YF**

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

**Nome: EMANOELY CINTIA DO NASCIMENTO DE SOUZA****Documento Identificação: 8845137 SDS/PE****Data da Emissão: 24/09/2009****CPF: 103.107.844-41****Título de Eleitor:****Nome do Pai: EMANOEL JOSÉ DO NASCIMENTO****Nome da Mãe: MARIA JOSÉ DE SOUZA****Estado Civil: Solteiro Nacionalidade: Brasileira****Dt Nascimento: 03/05/1993****Endereço Residencial: RUA TEODORIA CARVALHO, 169****Compl:****Bairro: SANTA RITA****Cidade: Glória do Goita/PE**

Certifico que **NADA CONSTA**, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, AÇÃO PENAL, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

**Observações:**

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 - TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 021/2009 - TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) - no menu - Antecedentes Criminais - Emitir / Validar Certidão Negativa, utilizando o número de autenticidade acima identificado.





GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
Gerência Geral da Polícia Científica  
Instituto de Identificação Tavares Buril  
UTICRIM

**Certidão de Antecedentes Criminais**

**PROTOCOLO:** 2013072604094441

**Nome:** EMANOELY CINTIA DO NASCIMENTO DE SOUZA

**Nome do Pai:** EMANOEL JOSÉ DE SOUZA

**Nome da Mãe:** MARIA JOSÉ DO NASCIMENTO

**Data de Nascimento:** 03/05/1993

**Naturalidade:** PAULISTA **UF:** PE

**Nacionalidade:** BRASILEIRA

**Estado Civil:** SOLTEIRO(A)

**Profissão:** SECRETÁRIA

**RG:** 8845137 **Órgão Emissor:** SDS **UF:** PE **Data de Expedição:** 24/09/2009

**Endereço:**

RUA TEODORIA CARVALHO, 169, CENTRO,  
55.620-000, GLÓRIA DE GOITA-PE

Certifico que, em pesquisa realizada em **26/07/2013 às 16:09:44** nas bases de dados do Instituto de Identificação Tavares Buril, **NENHUM REGISTRO DE ANTECEDENTE CRIMINAL** foi encontrado em desfavor da pessoa acima qualificada.

Os dados constantes do presente atestado são de inteira responsabilidade do requerente.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto nos termos do artigo 12 da Lei 12.681/2012, no §4º e §6º do artigo 76 da Lei 9.099/95 e no artigo 202 da Lei 7.210/84.

Observações:

- a) A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet.
- b) A validade desta certidão é de 30 (trinta) dias a partir da data de emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão.
- c) **A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.servicos.sds.pe.gov.br/antecedentes> na opção Validar Certidão Negativa.**

Recife, 26/07/2013 16:09:44





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Nº 18904132013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **EMANOELY\*CINTIA\*DO\*NASCIMENTO\*DE\*SOUZA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de EMANOEL JOSÉ DE SOUZA e MARIA JOSÉ DE SOUZA, nascido(a) aos 03/05/1993, natural de PAULISTA/PE, Documento de identificação 8845137 SDS/PE, CPF 103.107.844-41.

**Observações:**

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (\*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 11:49 de 07/06/2013





JUSTIÇA ELEITORAL  
21ª ZONA ELEITORAL DE GLÓRIA DO GOITÁ - PE  
AV. RUI BARBOSA, 249 (NA RUA DA PREFEITURA) Telefone 36581934

Ministério das Comunicações - SCF  
Rs. 34  
Rubrica 67

## Certidão



Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada está quite com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: EMANOELY CINTIA DO NASCIMENTO DE SOUZA  
Inscrição: 084099040868      Zona: 21    Seção: 136  
Município: 24210 - GLÓRIA DO GOITÁ    UF: PE  
Data de nascimento: 03/05/1993    Domiciliada desde: 03/05/2010  
Filiação: MARIA JOSÉ DO NASCIMENTO  
            EMANOEL JOSÉ DE SOUZA

Em 10 de junho de 2013.

REJANE MARIA DA COSTA  
AUXILIAR DE CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da incorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO **CAC-01**

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BURIL

EMANUELY CINTIA DO N.º DE SOUZA

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

CARTÓRIO ÚNICO DE GLÓRIA DO GOIÁ  
Av. Rui Barbosa, nº 280-A  
Glória do Goitá - PE  
Válido só com selo de autenticidade

Dra. Iasmim Montarros de Silveira Pinto  
Tabeliã em Exercício

Autentico a presente Cópia  
Fotostática Reprodução Fiel  
do Original que me foi exibido  
Em Teste da da verdade

04 JUN. 2013

EMOLUMENTOS	RS
TSNR	RS
TOTAL	RS

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 8.845.137 DATA DE EXPEDIÇÃO 24/09/2009

NOME << EMANOELY CINTIA DO NASCIMENTO DE SOUZA >>

FILIAÇÃO << EMANOEL JOSÉ DE SOUZA >>  
<< MARIA JOSÉ DO NASCIMENTO >>

NATURALIDADE PAULISTA - PE DATA DE NASCIMENTO 03/05/1993

DOC ORIGEM << CN.116710-L.100-A F.66 CART.SANTO ANTONIO RECIFE PE.11.01.1994 >>

CPF

Lei N.º 7.116 DE 29/08/83



VALIDO AUMENTO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Receita Federal

**CPF**

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição  
**103.107.844-41**

Nome  
EMANOELY CINTIA DO NASCIMENTO DE SOUZA

Nascimento  
03/05/1993

CARTÓRIO ÚNICO DE GLÓRIA DO GOIÁ  
Av. Rui Barbosa, nº 280-A  
Glória do Goitá - PE  
Válido só com selo de autenticidade

Autentico a presente Cópia  
Fotostática Reprodução Fiel  
do Original que me foi exibido  
Em Teste da da verdade

04 JUN. 2013

Dra. Iasmim Montarros de Silveira Pinto  
Tabeliã em Exercício

EMOLUMENTOS	RS
TSNR	RS
TOTAL	RS





## NOTA FISCAL • FATURA • CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA



www.celpe.com.br

Companhia Energética de Pernambuco  
Av. João de Barros, 111, Boa Vista  
Recife, Pernambuco - CEP 50050-902  
CNPJ 10.835.932/0001-08 | Ins. Est. 0005943-93

Comercial: 0800 081 0120 | Prontidão: 0800 081 0196  
Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142  
Ouvidoria Celpe: 0800 282 5599

Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE: 0800 727 0167 - Ligação gratuita de telefones fixos  
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL: 167 - Ligação gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares

Data de Vencimento

17/07/2013

Total a Pagar (R\$)

9,21

## CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL  
BAIXA RENDA COM NIS  
Morfológico

## DADOS DO CLIENTE

MARIA DE LOURDES N SANTANA

CPF: 731.403.764-72

NIS: 16374801513

Conta Contrato

1745763010

## ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

RUA TEODORIA CARVALHO 169

STA RITA GLORIA DO GOITA  
55620-000 GLORIA DO GOITA PE

NÚMERO DA NOTA FISCAL	DATA DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL	DATA DA APRESENTAÇÃO
002853142	25/06/2013	10/07/2013
SÉRIE DA NOTA FISCAL	NÚMERO DO CLIENTE	NÚMERO DA INSTALAÇÃO
SÉRIE ÚNICA	2000971776	1214349

Reservado ao Fisco

9C58:79C7:96B2:AA9A:FC24:8G6F:D97F:0735

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados se encontram à disposição, para consulta, em nossas unidades de atendimento e no site

## DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	Quantidade	Preço (R\$)	Valor (R\$)	HISTÓRICO DO CONSUMO
Consumo Ativo até 30 kWh	30.00000000	0.10807813	3.24	JUN 13 50
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	29.00000000	0.18527681	5.37	MAR 13 81
Contribuição Iluminação Pública			0.60	ABR 13 101
				MAR 13 76
				REV 13 146
				JAN 13 121
				DEZ 12 116
				NOV 12 108
				OUT 12 102
				SET 12 115
				AGO 12 122
				JUL 12 127
				JUN 12 105

## TARIFAS APLICADAS

Consumo Ativo até 30 kWh 0.10249050  
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh 0.17069800

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS								
ICMS			PIS			COFINS		
Base de Cálculo	%	Valor do Imposto	Base de Cálculo	%	Valor do Imposto	Base de Cálculo	%	Valor do Imposto
			8.61	0.02	0.02	8.61	4.25	0.36

AUTORIZADO POR REGIME ESPECIAL DESPACHO ICMS - RE Nº 048/2011 SEFAZ/PE

## COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

	R\$	%
Operação de Energia	4.63	53.78
Transmissão	0.17	1.97
Distribuição (Celpe)	3.12	36.24
Encargos Setoriais	0.26	3.02
Tributos	0.43	4.99

UNIDADE DE GLORIA DO GOITA  
Av. Rui Barbosa, nº 280-A  
Gloria do Goita - PE  
Vendo av. um selo de autenticidade

Autenticar a presente Cópia  
Fotostática Reprodução Fiel  
do Original que me foi exibido  
Em Teste da verdade

19 JUL. 2013

Dra. Iasmim Montaneros de Silveira Pinto  
Tribunária em Exercício

VALIDO DE AUTENTICIDADE  
R\$ R\$ R\$  
EMOLUMENTOS  
TSNR  
TOTAL



SELO DE FISCALIZAÇÃO  
BNQ 023086





Poder Judiciário

**JUSTIÇA FEDERAL**

**Nº 201300656822**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**

Natureza: Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

**MARIA DO SOCORRO VICENTE**

**CPF: 040.184.174-03**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

**1 - Esta certidão NÃO abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;**

**2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;**

**3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);**

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.**

Recife, 26/07/2013 11:29:01

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE



Ministério das Comunicações  
Fls. 38  
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL  
SETOR DE ANTECEDENTES CRIMINAISFórum Des. Rodolfo Aureliano  
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 – Térreo – Ala Oeste, bairro Joana Bezerra  
Fones nº (081) 3181-0400 (FAX) 3181-0476 e 3181-0470  
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE**CERTIDÃO CRIMINAL****VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO**

Data da Emissão: 26/07/2013 11h34min Data de Validade: 24/08/2013

**Nº da Certidão: 682327/2013****Nº da Autenticidade: 44.J6.IC.IB.NR**

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

**Nome: MARIA DO SOCORRO VICENTE****Documento Identificação: 6225750 SSP/PE****Data da Emissão: 01/12/1998****CPF: 040.184.174-03****Título de Eleitor:****Nome do Pai: JOSÉ MIGUEL DA SILVA****Nome da Mãe: EDNALVA MARIA DA SILVA****Estado Civil: Casado Nacionalidade: Brasileira****Dt Nascimento: 17/01/1980****Endereço Residencial: 2º TRAVESSA DO JATOBÁ, 57****Compl: JATOBÁ****Bairro: CENTRO****Cidade: Glória do Goita/PE**

Certifico que **NADA CONSTA**, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, AÇÃO PENAL, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

**Observações:**

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 - TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 021/2009 - TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) - no menu - Antecedentes Criminais - Emitir / Validar Certidão Negativa, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

01 Protocolo

02. Órgão Expedidor

REQUERIMENTO DE CERTIDÃO DE ANTECEDENTES

Dados Pessoais

03. Nome Completo:	MARIA DO SOCORRO VICENTE								
04. Nome de Solteiro:	MARIA DO SOCORRO VICENTE								
05. Nome do Pai:	JOSÉ MIGUEL DA SILVA								
06. Nome da Mãe:	EDNALVA MARIA DA SILVA								
07. Naturalidade/UF:	GLÓRIA DE GOITÁ /	08. Nacionalidade:	BRASILEIRA	09. Dt Nascimento:	17/01/1980	10. Profissão:	COMERCIARIA	11. CPF:	04018417403

Endereço Residencial

12. Endereço	13. Numero:	14. Complemento:	15. CEP:
2ª TRAVESSA DO JATOBÁ	57		55.620-000
16. Bairro/Distrito:	17. Município:	18. UF:	19. DDD/Telefone:
JATOBÁ	GLÓRIA DE GOITÁ	PE	

Documento Apresentado

20. Doc de Identidade	21. Número	22. Data de Expedição	23. Órgão Expedidor
RG.	6.225.750	21/12/1998	SSP/PE

24 Justificativa / Finalidade

EM AGÊNCIA DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES, REFERENTE A  
RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADCOM

Declaro, sob as penas do Art. 299 do código penal, que os dados por mim consignados neste requerimento são verdadeiros.

Local e Data Recife, 17 de Junho de 2013

*[Assinatura]*  
Assinatura do Requerente

Recebido e Conferido por:

25 Nome	26 Matrícula	27 Rubrica
<i>[Assinatura]</i>		

Damião Francisco do Carmo  
Agente Administrativo  
Matrícula 5295






SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM PERNAMBUCO

**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**  
**VÁLIDA POR 90 DIAS**

Certifico que até esta data NADA CONSTA  
de ANTECEDENTES CRIMINAIS em nome do reque-  
rente. O referido é verdade e dou fé

Recife-PE, 18 de JUNHO de 20 13

  
Gilmar Barbosa de Farias Leal  
Escrivão de Polícia Federal  
Classe Especial - Mat. 2790  
Chefe do NUCART/SR/PE





GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
Gerência Geral da Polícia Científica  
Instituto de Identificação Tavares Buril  
UTICRIM



**Certidão de Antecedentes Criminais**

**PROTOCOLO:** 2013072604203114

**Nome:** MARIA DO SOCORRO VICENTE

**Nome do Pai:** JOSÉ MIGUEL VICENTE

**Nome da Mãe:** EDNALVA MARIA DA SILVA

**Data de Nascimento:** 17/01/1980

**Naturalidade:** GLÓRIA DE GOITÁ **UF:** PE

**Nacionalidade:** BRASILEIRA

**Estado Civil:** SOLTEIRO(A)

**Profissão:** COMERCIARIA

**RG:** 6225750 **Órgão Emissor:** SSP **UF:** PE **Data de Expedição:** 01/12/1998

**Endereço:**

2º TRAVESSA DO JATOBÁ, 57, JATOBÁ,  
GLÓRIA DE GOITA-PE

Certifico que, em pesquisa realizada em **26/07/2013 às 16:20:31** nas bases de dados do Instituto de Identificação Tavares Buril, **NENHUM REGISTRO DE ANTECEDENTE CRIMINAL** foi encontrado em desfavor da pessoa acima qualificada.

Os dados constantes do presente atestado são de inteira responsabilidade do requerente.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto nos termos do artigo 12 da Lei 12.681/2012, no §4º e §6º do artigo 76 da Lei 9.099/95 e no artigo 202 da Lei 7.210/84.

Observações:

- a) A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet.
- b) A validade desta certidão é de 30 (trinta) dias a partir da data de emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão.
- c) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.servicos.sds.pe.gov.br/antecedentes> na opção Validar Certidão Negativa.

Recife, 26/07/2013 16:20:31







JUSTIÇA ELEITORAL  
21ª ZONA ELEITORAL DE GLÓRIA DO GOITÁ - PE  
AV. RUI BARBOSA, 249 (NA RUA DA PREFEITURA) Telefone 36581934



## Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitora: MARIA DO SOCORRO VICENTE  
Inscrição: 054440370884      Zona: 21    Seção: 71  
Município: 24210 - GLÓRIA DO GOITÁ    UF: PE  
Data de nascimento: 17/01/1980    Domiciliada desde: 12/03/2010  
Filiação: EDNALVA MARIA DA SILVA  
            JOSÉ MIGUEL VICENTE

Em 10 de julho de 2013.

REJANE MARIA DA COSTA  
AUXILIAR DE CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

## NOTA FISCAL - FATURA - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA



www.celpe.com.br

Companhia Energética de Pernambuco

Av. João de Barros, 111, Boa Vista

Recife, Pernambuco - CEP 50050-902

CNPJ 10.835.932/0001-08 | Ins. Est. 0005943-93

Comercial: 0800 081 0120 | Prontidão: 0800 081 0196

Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142

Ouvidoria Celpe: 0800 282 5599

Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE: 0800 727 0167 - Ligação gratuita de telefones fixos  
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL: 167 - Ligação gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares

Data de Vencimento

18/02/2013

Total a Pagar (R\$)

25,33

Conta Contrato 4009373042

## CLASSIFICAÇÃO

81 RESIDENCIAL  
BAIXA RENDA COM NIS  
Monofásico

## DADOS DO CLIENTE

JAILSON SILVA DO NASCIMENTO

CPF: 051.485.344-36

NIS: 16286343483

## ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

TV 2 CEL J A ALBUQUERQUE 57/H

CENTRO/GLORIA DO GOITA  
55620-000 GLORIA DO GOITA PE

## ATENÇÃO!

A CELPE INFORMA QUE VOCÊ POSSUI CONTAS EM ABERTO

Comunicamos o não pagamento da(s) conta(s) de energia citadas:

Vencido	Dt reaviso	Valor	Vencido	Dt reaviso	Valor
19/05/11	27/05/11	3,33			

Em caso de não pagamento do débito, o fornecimento de energia poderá ser suspenso, bem como poderá ocorrer sua inclusão nos registros de restrição de crédito do SPC e SERASA, com abrangência nacional. Este comunicado não substitui o aviso de débitos anteriores bem como não abrange débitos em discussão judicial que poderão ser cobrados após o fim do processo.

## DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	Quantidade	Preço (R\$)	Valor (R\$)
Consumo Ativo até 30 kWh	30,00000000	0,12136935	3,78
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	70,00000000	0,21632759	15,13
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	16,00000000	0,32450163	5,19
Contribuição Iluminação Pública			1,23

## HISTÓRICO DO CONSUMO

JAN 13	116
DEZ 12	110
NOV 12	105
OUT 12	97
SET 12	105
AGO 12	107
JUL 12	108
JUN 12	105
MAI 12	110
ABR 12	112
MAR 12	109
FEV 12	103
JAN 12	117

## TARIFAS APLICADAS

Consumo Ativo até 30 kWh 0,12136935  
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh 0,21632759  
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh 0,32450163

TOTAL DA FATURA 25,33

## INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

ICMS			PIS			COFINS		
Base de Cálculo	%	Valor do Imposto	Base de Cálculo	%	Valor do Imposto	Base de Cálculo	%	Valor do Imposto
			24,10	0,65	0,16	24,10	3,15	0,75

## COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

	R\$	%
Geração de Energia	11,75	48,74
Transmissão	1,26	5,23
Distribuição (Celpe)	9,14	37,93
Encargos Setoriais	1,04	4,32
Tributos	0,91	3,78

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Selo de Autenticidade

e Fiscalização

ANEXO PE

AUTENTICAÇÃO

BNQ021342

Cartão Único de GLORIA DO GOITA

Av. Rui Barbosa, nº 280-A

Glória do Goita - PE

Válido só com selo de autenticidade

Autentico a presente Cópia  
Fotostática Reprodução Fiel  
do Original que me foi exibido  
Em Teste da verdade

14 JUN. 2013

Dra. Iasmim Montarros da Silveira Pinto  
Tabeliã em Exercício

EMOLUMENTOS	R\$
TSNR	R\$
TOTAL	R\$

Ministério das Comunicações - SGE  
Fls. 42  
Rubrica 69



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO TAVARES BURIL




*Maria do Socorro Vicente*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Selo de Autenticidade e Fiscalização

ANONCE DE AUTENTICAÇÃO

ENQ023726

24 JUL. 2013

Autenticação a presente Cópia Fotostática Reprodução Fiel do Original que foi exibido em Teste da verdade

ENCOLUIMENTOS	R\$
NR	R\$
TOTAL	R\$

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Receita Federal

**CPF**

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição

**040.184.174-03**

Nome

MARIA DO SOCORRO VICENTE

Nascimento

17/01/1980

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 6225750 DATA DE EXPEDIÇÃO 1.12.1993

NOME

MARIA DO SOCORRO VICENTE

FILIAÇÃO

Jose, Miguel Vicente e  
Silvia Maria da Silva

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Glória do Góia PE. 17.01.1980

DOC ORIGEM

13.184

PROGRAMA DE ILICIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Selo de Autenticidade e Fiscalização

ANONCE DE AUTENTICAÇÃO

ENQ023727

24 JUL. 2013

Autenticação a presente Cópia Fotostática Reprodução Fiel do Original que foi exibido em Teste da verdade

ENCOLUIMENTOS	R\$
NR	R\$
TOTAL	R\$

Ministério das Comunicações

Receita 43

69

SCM



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E  
CULTURAL DE GLÓRIA DE GOITÁ**



**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO  
SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Eu, **Alexandre Borges de Souza Filho**, na qualidade de representante legal da **Associação Comunitária de Comunicação e Cultural de Glória de Goitá**.  
Declaro para os devidos fins que:

- 1 - a emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- 2 - a emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; e
- 3 - a emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Glória de Goitá, 15 de junho de 2013.

Atenciosamente,

**Alexandre Borges de Souza Filho**

**DIRETOR PRESIDENTE**

**CPF: 069.544.954-09**





**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E  
CULTURAL DE GLÓRIA DE GOITÁ**



**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO  
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Eu, **Alexandre Borges de Souza Filho**, na qualidade de representante legal da **Associação Comunitária de Comunicação e Cultural de Glória de Goitá**. Declaro para os devidos fins que: Sou o responsável pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação. Estando devidamente qualificado nos autos do processo.

Glória de Goitá, 15 de junho de 2013.

*Atenciosamente,*

**Alexandre Borges de Souza Filho**

**DIRETOR PRESIDENTE**

**CPF: 069.544.954-09**



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURAL DE GLÓRIA DE GOITÁ**



De acordo com o que consta no subitem 21.4.1 da Norma Complementar 01/2011, segue assinado por todos os conselheiros o relatório resumido da Grade de Programação da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá, mantenedora da Rádio Goitacaz.

***Segunda a Sexta***

<b><i>HORA</i></b>	<b><i>Programação</i></b>	<b><i>Conteúdo</i></b>
<b><i>5h30 às 7h</i></b>	<b><i>A Voz da Assembléia de Deus</i></b>	<b>Programação Evangélica</b>
<b><i>7h às 8h</i></b>	<b><i>Bom Dia Notícia</i></b>	<b>Jornalismo local, Estadual e Nacional, Interatividade com a participação da comunidade.</b>
<b><i>8h às 10h</i></b>	<b><i>Alegria da Manhã</i></b>	<b>Programa Musical e utilidade pública</b>
<b><i>10h às 12h</i></b>	<b><i>Manhã de Sucesso</i></b>	<b>Programa Musical e utilidade pública</b>
<b><i>12h às 13h</i></b>	<b><i>Repórter Goitacaz</i></b>	<b>Jornalismo local, Estadual e Notícias da Região, Debate e enquete com a participação da comunidade.</b>
<b><i>13h às 14h</i></b>	<b><i>Panela de Pressão</i></b>	<b>Programa Musical e utilidade pública</b>
<b><i>14h às 15h</i></b>	<b><i>Cultura Nordestina</i></b>	<b>Resgate da Cultura da terra.</b>
<b><i>15h às 17h</i></b>	<b><i>Forró e Brega na Goitacaz</i></b>	<b>Programa Musical, enquete e distribuição de prêmios para os ouvintes</b>
<b><i>17h às 19h</i></b>	<b><i>Caminhando com Jesus</i></b>	<b>Programação Católica</b>
<b><i>19h às 20h</i></b>	<b><i>Voz do Brasil</i></b>	<b>Apresentação/Produção/Direção EBC BRASIL</b>
<b><i>20h às 21h</i></b>	<b><i>Vox-PropulyVariedade</i></b>	<b>Programa Musical, enquete e distribuição de prêmios para os ouvintes</b>
<b><i>21h às 22h</i></b>	<b><i>Noites de Amor</i></b>	<b>Programa Musical, enquete e distribuição de prêmios para os ouvintes</b>

***Sábado***

<b><i>Hora</i></b>	<b><i>Programação</i></b>	<b><i>Conteúdo</i></b>
<b><i>5h30 às 8h</i></b>	<b><i>A Voz da Assembleia de Deus</i></b>	<b>Programação Evangélica</b>
<b><i>7h às 8h</i></b>	<b><i>Violas e Violeiros</i></b>	<b>Resgate da Cultura Local</b>
<b><i>8h às 9h</i></b>	<b><i>Programa No Batente</i></b>	<b>Dicas da feira livre</b>
<b><i>9h às 10h</i></b>	<b><i>A Voz da Mulher</i></b>	<b>Programação voltada para um público feminino, debates, dicas de saúde, informação sobre violência domésticas e muita interatividade.</b>

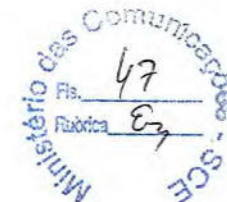
Rua David Pereira do Rosário, s/n, Centro, Glória de Goitá, PE, CEP: 55.620-000

CNDI- 02 878 627/0001-60





**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURAL DE GLÓRIA DE GOITÁ**



<b>10h às 11h</b>	<b>Goitacaz Revista</b>	<b>Tudo sobre a vida social da cidade</b>
<b>11h às 12h</b>	<b>Educação em Foco</b>	<b>Programa da Secretária de Educação, com debates voltados para melhorias da Educação local.</b>
<b>12h às 14h</b>	<b>Momento Sertanejo</b>	<b>Resgate da cultura da Região</b>
<b>14h às 15h</b>	<b>Sábado Livre</b>	<b>Musicas, prêmios, debates e a participação da comunidade</b>
<b>15h às 17h</b>	<b>Espaço Jovem</b>	<b>Voltado para o público jovem, orientação sexual, orientações contra o uso de drogas, musica e debates.</b>
<b>17h às 18h</b>	<b>Voz do Trabalhador</b>	<b>Informes para o trabalhador do Campo. Produção: Sindicato Trabalhador Rural.</b>
<b>18h às 19h</b>	<b>Jesus em minha Vida</b>	<b>Programação Evangélica</b>
<b>19h às 20:30h</b>	<b>Missa</b>	<b>Igreja Católica</b>
<b>20:30h às 22h</b>	<b>Programa Sublime Amor</b>	<b>Musicas, prêmios, debates e a participação da comunidade</b>

**Domingo**

<b>Hora</b>	<b>Programação</b>	<b>Conteúdo</b>
<b>7h às 8h</b>	<b>Preparando o Dia do Senhor</b>	<b>Programação da Igreja Católica</b>
<b>8h às 9h30</b>	<b>Missa</b>	<b>Igreja Católica</b>
<b>9h30 às 11h</b>	<b>Mundo Infantil</b>	<b>Voltado para o publico infantil, musica e muita brincadeira</b>
<b>11h às 12h</b>	<b>Versos e Violas</b>	<b>Resgate da cultura local</b>
<b>12h às 14h</b>	<b>Tarde Livre</b>	<b>Musicas, prêmios, debates e a participação da comunidade</b>
<b>14h às 15h</b>	<b>Tarde do Brega</b>	<b>Musicas, prêmios, debates e a participação da comunidade</b>
<b>15h às 16h</b>	<b>Tarde Total</b>	<b>Musicas, prêmios, debates e a participação da comunidade</b>
<b>16h às 17h</b>	<b>Amor a Dois</b>	<b>Musicas, prêmios, debates e a participação da comunidade</b>
<b>17h às 19h</b>	<b>Jesus em Minha Vida</b>	<b>Igreja Católica</b>
<b>19h às 20:30</b>	<b>Santa Missa</b>	<b>Igreja Católica</b>
<b>20:30 às 22:h</b>	<b>Programa Sublime Amor</b>	<b>Musicas, prêmios, debates e a participação da comunidade</b>

Rua David Pereira do Rosário, s/n, Centro, Glória de Goitá, PE, CEP: 55.620-000

CNDI- 02 072 627/0001-60





**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E  
CULTURAL DE GLÓRIA DE GOITÁ**



Conforme o que consta na Grade de Programação da Radio, está de acordo com o que preceitua a Norma 01/2011, não veiculando publicidade, veiculando mais de 10% (dez por cento) de sua programação com conteúdos noticiosos de acordo com o que estabelece o Art. 67, 3 do Decreto nº 52.795 de 31 de outubro de 1963, bem como, vem estimulando os artistas locais, dando oportunidades de mostrar seus trabalhos.

Também, tem uma ampla abertura para a participação da sociedade organizada de Glória de Goitá, principalmente no que se refere às entidades religiosas e outras entidade, a exemplo do grande trabalho realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que utiliza a emissora para divulgar notas e avisos aos seus associados. Também, faz a cobertura de eventos importante na comunidade.

Relatamos também, a contribuição da Radio no que se refere às ações de utilidade pública, principalmente na divulgação de campanhas de vacinação, bem como, informações do poder público local no que se refere às campanhas na área de Saúde e Educação em nossa cidade. A Rádio pelo trabalho que realiza na comunidade em que atua, consegue mobilizar a sociedade em pouco tempo.

A Campanha do Natal sem fome é outra ação louvável da radio, arrecadando milhares de quilos de alimentos e vestuário para os mais necessitados da nossa comunidade. Por tudo isto, aprovamos a programação da radio, pois cumpre um papel relevante para nosso Município.

Além do grande serviço prestado a nossa comunidade, a Radio Goitacaz tem contribuído na formação de jovens locutores, bem como dando oportunidade a diversos Radialistas, até então excluído do mercado de trabalho. Assim aprovamos o referido relatório que vai assinado por todos os representantes das Entidades que compõem o referido Conselho Comunitário e segue junto com a Ata de Eleição e Pose do Conselho Comunitário para apreciação do Ministério das Comunicações.

Glória de Goitá, 15 de junho de 2013.

**REPRESENTANTES DO CONSELHO COMUNITÁRIO**

*Maria do Socorro de Lemos Vasconcelos*

**1ª ENTIDADE:** Igreja Católica, Paróquia Nossa Senhora da Glória

**Representante:** Maria do Socorro de Lemos Vasconcelos

**Rua David Pereira do Rosário, s/n, Centro, Glória de Goitá, PE, CEP: 55.620-000**

**CNDI- 02 072 627/0001-60**





**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E  
CULTURAL DE GLÓRIA DE GOITÁ**



Urbano de Souza Costa

**2ª ENTIDADE:** Sociedade Beneficente 21 de Abril

**Representante:** Urbano Correia de Lima

Maria José de Lima Silva

**3ª ENTIDADE:** Associação Comunitária dos Moradores Residentes no  
Conjunto Residencial Santa Rita e Loteamento São Pedro

**Representante:** Maria José de Lima Silva

Everaldo Costa Santana

**4ª ENTIDADE:** Grupo de Informática, Comunicação e Ação Social

**Representante:** Everaldo Costa Santana

Manoel Mendes de Souza

**5ª ENTIDADE:** Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Glória de Goitá

**Representante:** Manoel Mendes de Souza.



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO  
E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ - PE**

CNPJ: 02.978.687/0001-60



Alegria de quem faz

Urbano de Souza Costa

**2ª ENTIDADE:** Sociedade Beneficente 21 de Abril

**Representante:** urbano Souza da Costa

Germano de Barros Ferreira

**3ª ENTIDADE:** Serta-Serviço de Tecnologia Alternativa

**Representante:** Germano de Barros Ferreira

Germano de Barros Ferreira

**4ª ENTIDADE:** Grupo de Informática, Comunicação e Ação Social

**Representante:** Everaldo Costa Santana

Everaldo Costa Santana

**5ª ENTIDADE:** Igreja Evangélica Assembleia de Deus

**Representante:** Ozias Gomes da Silva



33 vinte e dois dias de mais de execução de

e de dois mil e onze ao mês de maio

Medidas na Lei de Execução de Pena de

Sete a mudança de divisa, a divisa

e os demais que: "1º a divisa

da divisa de execução de pena de

na divisa de execução de pena de

e de dois mil e onze ao mês de maio

e de dois mil e onze ao mês de maio







O presidente estabeleceu que o mandato seria de quatro para o período de 2011 até 2014, devendo por todos presentes referendados. Como ninguém mais fez uso da palavra, após ler toda a presente ata computadorizada, fiz a leitura e a submeti à aprovação dos mesmos presentes, que aprovada por unanimidade, segue assinada pela diretora administrativa, pelo Presidente. Vitoria Maria do Nascimento Silva.

Glória do Goitá, PE, 08 de abril de 2013



Apresentado a Registro Hoje

Protocolo sob o n.º 4.599 da fls. 96v do Livro I A-3, REGISTRO n.º 1.666 às Fls. 92 do livro BIC, nos demais, dou fé Glória do Goitá-PE 06 JUN 2013

O Oficial do Registro

*Lasimim Montarroses da Silveira Pinto*

Cartório Unico de Glória do Goitá  
Notarial e Registral  
Dra. Lasimim Montarroses da Silveira Pinto  
Tabelã em Exercício  
Av. Rui Barbosa, nº 280 - A  
Glória do Goitá - PE - CEP: 55620-000

Cartório Unico de Glória do Goitá Av. Rui Barbosa, nº 280-A Glória do Goitá - PE Válido só com selo de autenticidade	Autentico a presente Cópia Fotostática Reprodução Fiel do Original que me foi exibido Em Teste <i>Rua</i> da verdade		
	06 JUN 2013		
	Dra. Lasimim Montarroses da Silveira Pinto Tabelã em Exercício		
	EMOLUMENTOS R\$ R\$ R\$ TSNR TOTAL		





Ata da reunião ordinária de substituição de entidades do Conselho Comunitário de Glória do goitai - 2013

aos 18 (dezoito) dias do mês de julho de 2013, às que atinge horas, na sede da rádio goitai FM. Situada a rua David Perreiro do Resende, S/n, Centro, no município de glória do goitai PE, foi realizada a assembleia extraordinária de substituição de duas entidades que compõem o Conselho Comunitário do município. Assumiu a presidência dos trabalhos por aclamação unânime o presidente em exercício do município, o Sr. Alexandre Borges de Souza Filho, brasileiro, Solteiro, radialista, residente domiciliado na rua Djalma Dutra, 93, Barro Preto, Glória do goitai, RG. 6.442.576, SDS/Pe e CPF. 069.544.954-09, convidando a mim Emanuel Lúcia do Nascimento de Souza, brasileiro, Solteiro, Secretária, residente e domiciliado na rua Teodoro Milheiro de Carvalho, 169, Santa Rita, Glória do goitai, PE, RG. 8.845.137 SDS/Pe e CPF. nº 103.104.844-41, para secretaria a sessão - dando por instalada a assembleia, ordenando-me, o que fiz como secretário, que procedesse a leitura do ordem do dia, para a qual fora convocada esta assembleia geral, que tem o seguinte teor: a) Atualização do Conselho Comunitário, b) assuntos de interesse geral. Iniciando-se os trabalhos, o presidente esclareceu os motivos do convocação que era necessidade de fazer os atualizações necessárias para o devido funcionamento do Conselho Comunitário, tendo em vista que duas entidades que compõem o referido Conselho,





19 JUL 2018

Autentico a presente Cópia Fotostática Reprodução fiel do Original, sua autenticidade e fidelidade.

Dra. Iasmim Montalvosa da Silva Couto  
Advogada em Exercício

Fls. 001 CNPJ, constam nomes de outros  
munições, o que não é permitido pela norma  
011/2011, desta forma, indicamos ao Ministério,  
ficando autenticados Srtas. - Serviço de Trans-  
missão Alternativa e a Igreja Assembleia de Deus,  
substituídas pelas entidades. Associação Comunitá-  
ria dos moradores residentes no Conjunto Residen-  
cial Ponta Preta e loteamento nº 07, prédio 3,  
CNPJ/MF. nº 06.126.944/0001-36, neste  
ato representado pela sua presidente Maria  
Tereza Lima Silva, brasileira, casada,  
admissionadora, residente e sua Manuel Tereza  
Maria Lima Filho, 146, Santa Rita, igreja  
de Santa Rita, RG. nº 4.135454 SDS/PE e CPF.  
901.425.454-20, e a entidade indicadas,  
dos trabalhadores rurais de Santa Rita,  
CNPJ / MF. nº 10.304.464/0001-11, neste ato  
representado pelo seu presidente O Sr. Manoel  
Mendes de Souza, brasileiro, casado, e residente,  
residente no sítio Serrinha, zona rural, igreja  
de Santa Rita, RG. nº 465.946 SDS/PE e CPF. 543.  
127.884.04, ficando as demais entidades,  
nomeada: Associação Manoel Silva da Glória. CNPJ  
nº 10.544.203/0001-49, neste ato repre-  
senta pelo Sr. Manoel de Sousa de Almeida  
e da Silva Sr. Manoel de Sousa de Almeida  
e da Silva. Se a entidade de Santa Rita, neste ato  
representado pelo Sr. Urbano de Souza Costa. Grupo  
de Santa Rita, Comunidade do São João  
CNPJ / MF. nº 09.212.041/0001-98  
neste ato representado pelo Sr. Fernando Este-  
vão, brasileiro, que as entidades que temem  
sancionadas, pleiteamos que as entidades, condutas  
para nesta assembleia, este a ordem, e  
desta forma, de 04 (quatro) anos, que iniciará a  
prazo de 2011 para os atos de 2014. Temamos  
a. A. F. M. da Assembleia



Cartório único de G. 55  
 Rubrica En 41  
 03

Declaramos que a presente ata segue para o registro no Cartório. E não havendo mais nada a ser discutido nesta assembleia geral extraordinária do Conselho Comunitário de Comunidade e Cultura e glória do goitá, o presidente agradece os presentes pela colaboração de todos, e em quanto esteve a frente elevará o nome de anistiação e encerra reunião, eu Emanuel Pinto do Nascimento de Souza que sou de Santarém, lavro data e assino a presente ata juntamente com toda a diretoria, bem como todos os membros do Conselho Comunitário os presentes abaixo assinados. Emanuel Pinto do Nascimento de Souza, Maria José de Lima Silva, Wagner Mendes de Souza, Evandro Costa Santana, Maria do Socorro de Jesus Vasconcelos, Uir de Souza Costa, Alexandre Borges de Sant'Filhos,

glória do goitá, PE, 18 de Julho de 2013

Apresentado a Registro Hoje  
 Protocolo sob o nº. 4.824 da fls  
 96V do Livro I A-3, REGIS-  
 TRO nº. 1.679 às Fls. 97  
 do livro BIE, nos demais, dou fé.  
 Glória do Goitá-PE 19 JUL. 2013  
 O Oficial do Registro

DE VALIDO SOMENTE  
 DE AUTENTICIDADE  
 TRIBUNAL DE JUSTICA  
 DE PERNAMBUCO  
 Cartório Notarial  
 ou de Registro  
 ANO 2013  
 SELO DE AUTENTICAÇÃO  
 ACQ063943

VALIDO SOMENTE  
 DE AUTENTICIDADE  
 TRIBUNAL DE JUSTICA DE PERNAMBUCO  
 Selo de Autenticidade  
 e Fiscalização  
 ANDRÉS DE  
 AUTENTICAÇÃO  
 BNQ023643  
 SELO DE AUTENTICAÇÃO

Cartório Único de Glória do Goitá Av. Rui Barbosa, nº 280-A Glória do Goitá - PE Válido só com selo de autenticidade	Autentico a presente Cópia Fotostática Reprodução Fiel do Original que me foi exibido Em Teste da verdade	RS	RS	RS
	19 JUL. 2013	RMOLUMENTOS	TSNR	TOTAL
	Dra. Iasmim Montarroios da Silveira Pinto Tab. 114 em Exercício			





**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURAL  
DE GLÓRIA DE GOITÁ**

Nº	NOME	ENDEREÇO	Nº RG	Nº CPF
01	Maria Socorro de Lemos	Rua Senador Vigário de Carvalho n°15	520-387 SSP/PE	029. 924.978-91
02	Urbano de Souza Costa	Rua Aurino Correia de Lima n° S/n°	316-724SSP/PE	029.248.094-72
03	Everaldo Costa Santana	Rua Madre de Deus n° 111	644-024SSP/-PE	041.106.144-57
04	Maria Jose de Lima Silva	Rua Manoel Jose Pessoa de Luna Filho n°176	4.735.457SSP/PE	907.425.754-20
05	Manoel Mendes de Souza	Sítio Serrinha S/n°	765.940SSP/PE	543.792.884-04
06	Maria do Socorro Vicente	2° Travessa do Jatobá n°57	6.255.750SSP/PE	0470.184.174-08
07	Maria Josefado do Nascimento	Rua Manoel de Vasconcelos n°152	2.980.555 SSP/PE	434.964-744-91
08	Vilma Maria do Nascimento	Rua Djalma Dutra	8.039.493SSP/PE	082.777.634-92
09	Sivaldo Severino de Lima	Loteamento Planalto	4.495.644SSP/PE	868.038.674-04
10	Leonildo Moura Souza	Rua Antônio de Lima COHAB	8.637.544SSP-PE	083.116.624-08
11	Claudenice Maria dos Santos	Rua Madre de Deus	8.039.495SSP/PE	015.489.824-40
12	Neci França de Albuquerque	Rua Joaquim Inácio	1.326.217SSP/PE	134.472.034-04
13	Meneias Carlos Neri	Rua Jose Bernardo da Silva	6.773.918SSP/PE	047.074.914-80
14	Jose Bernardo da Silva	Avenida Rui Barbosa.	3.366.266SSP/PE	592.519.484-53
15	Gilmar do Santo Silva	2° Travessa Loteamento Irã	5.239.381SSP/PE	023.831-784-63


**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURAL  
DE GLÓRIA DE GOITÁ**

16	Leonildo Manoel Rufino	Rua Massaranduba nº75	4.233.030SSP/PE	795.467.444-53
17	Regina Maria da Silva	Rua Teodoro Ribeiro de Carvalho nº 172	9.050.702SSPPE	107.655.464-42
18	Severino Cicero da Silva	Rua Joaquim Nabuco	4.760.008SSP/PE	932.684.834-53
19	Josuel Jose dos Santos	Loteamento Campo Alegre s/n	8.560.851SSP/PE	109.637.504-45
20	Helena Maria dos Santos	Rua Manoel Pessoa	6.162.241SSP/PE	037.840.511-48
21	Valdir Luiz de Jesus	Rua Madre de Deus	8.323.697SSP/PE	099.811.824-94
22	Maria de Fátima de Santana	Rua Aurino Correia nº64	2.025.053SSP/PE	361.096.234-68
23	Wellington Ferreira da Silva	Rua Siqueira Campos nº229	1.772.167SSP/PE	197.633.014-91
24	Jose Mariano da Silva	Rua David Pereira do Rosário nº93	1.623.411SSP/PE	197.633.014-91
25	Reudete Rocha de Albuquerque	Rua 15 de Novembro nº49	1.445.096SSP/PE	134.481.534-00
26	Jose Antônio dos santos	Rua Joaquim Coutinho nº20	1.223.216SSP/PE	137.218.524-00
27	Elias Gomes de Freitas Neto	Rua Siqueira campos nº390	2.845.916SSP/PE	545.928.364-72
28	Jose da Silva Vasconcelos	Rua Aurino Correia de Lima nº46	242.265SSP/PE	010.416.144-20
29	Valderiano Geraldo do Nascimento	Sítio Massaranduba	1.531.410SSP/PE	280.694.554-20
30	João Soares da Silva	Vila da COHAB nº166	1.834.510SSP/PE	742.380.824-34
31	Renilda Rocha de Albuquerque	Rua 15 de Novembro nº49	1.9915.264 SSP/PE	223.701.294-68



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURAL  
DE GLÓRIA DE GOITÁ**

32	Erivan Jose da Silva	Manoel Pessoa de Luna Filho nº176	1.442.278SSP/PE	134.471.494-34
----	----------------------	-----------------------------------	-----------------	----------------

  
\_\_\_\_\_  
**Diretora Administrativa**  
**Emanoely Souza**





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**



**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA DE GLORIA DO GOITA**  
**CNPJ: 02.978.687/0001-60**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 10:57:03 do dia 18/07/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 14/01/2014.

Código de controle da certidão: **BE77.C19E.D11D.F8D0**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



## CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL

Número da Certidão: 2013.000005014997-17

Data de Emissão: 29/05/2013

### DADOS DO REQUERENTE

CNPJ: 02.978.687/0001-60

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste órgão, que o requerente acima identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida até **26/08/2013** devendo ser confirmada sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" na página [www.sefaz.pe.gov.br](http://www.sefaz.pe.gov.br).

**Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado em Pernambuco.**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA DO GOITÁ**  
**SECRETARIA DE FINANÇAS**

Praça Cristo Redentor, nº 08 - Centro  
Glória do Goitá - PE FONE: 081-36581156  
C.N.P.J.: 11.049.814/0001-37

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS**

CERTIFICO, em cumprimento ao despacho exarado no PROCESSO Nº 0216/2013 e com base na legislação em vigor, que o contribuinte mencionado abaixo, está quite com os tributos do cadastro mercantil até 24/07/2013.

<b>Contribuinte:</b> ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE GLÓRIA DO		<b>Inscrição Imobiliária</b> <b>Seqüencial</b> <b>Referência Loteamento</b>
<b>Localização:</b> RUA DAVID PEREIRA DO ROSARIO, S/N RÁDIO COMUNITÁR, CENTRO		1010090162001 1613-0 00000 00000 0000
<b>Natureza:</b> Tributos Municipais		
<b>Razão Social:</b> ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE GLÓRIA DO		
<b>CNPJ / C.P.F.</b> 02978687000160	<b>Inscrição Estadual</b>	<b>Inscrição Mercantil</b> 349
<b>Cód. Atividade Princ.:</b> 501131 ASSOCIACOES	<b>Cód. Atividade Sec.:</b> 0	
<b>Início Atividade:</b> 18/02/1999	<b>Validade:</b> 24/08/2013	
<b>Observações:</b> (Cad. Imobiliário e Mobiliário)		

  
Responsável Pelo Departamento

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA DO GOITÁ se reserva o direito de cobrar futuramente, quaisquer dívidas que porventura venham a ser apuradas posteriormente relativas ao período a que se refere a presente certidão.

Operador: JOAO

Data: 24/07/2013 Hora: 09:22







MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

**CERTIDÃO NEGATIVA****DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE TERCEIROS**

Nº 001112013-15001687

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA DE GLOR

CNPJ: 02.978.687/0001-60

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8,212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 29/05/2013.

Válida até 25/11/2013.

IMPRIMIR

VOLTAR



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 02978687/0001-60  
**Razão Social:** ASSOC COM DE C C DE GLORIA DO GOITA  
**Endereço:** RUA DAVI PEREIRA DO ROSARIO SN / CENTRO / RECIFE / PE  
/ 55620-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 26/07/2013 a 24/08/2013

**Certificação Número:** 2013072616095950114236

Informação obtida em 26/07/2013, às 16:09:59.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**www.caixa.gov.br**





**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E  
CULTURAL DE GLÓRIA DE GOITÁ**

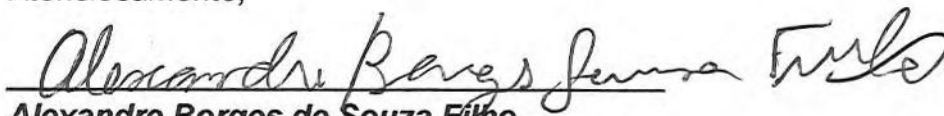


**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO  
SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Eu, **Alexandre Borges de Souza Filho**, na qualidade de representante legal da **Associação Comunitária de Comunicação e Cultural de Glória de Goitá**. Declaro para os devidos fins que: solicito vistoria técnica da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência.

Glória de Goitá, 15 de junho de 2013.

Atenciosamente,

  
**Alexandre Borges de Souza Filho**  
**DIRETOR PRESIDENTE**  
**CPF: 069.544.954-09**

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria-Executiva

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

Coordenação de Gestão de Pessoas

Núcleo de Recursos Humanos no Estado de Pernambuco

Avenida Guararapes, 250, 5º Andar, Sala 511, Santo Antônio, Recife-PE

Tel.: (81) 3425-3611 - Fax: (81) 3424-9366

Memo nº 656/2012/NRH-PE/COGEP/CGGP/SPOA/SE-MC

Recife, 30 de julho de 2013.

Ao Senhor Coordenador – Geral de Radiodifusão Comunitária

Assunto: **Encaminhamento de documentos/Renovação de Outorga**

Em anexo, encaminhamos documentação da Associação Comunitária de Comunicação e Cultural de Glória de Goiatá, solicitando renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária.

Atenciosamente,



**SILVANA FERREIRA DE ARAÚJO**

Responsável pelo Núcleo de RH/MC no Estado de Pernambuco





**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Superior Eleitoral**  
**Certidão**



Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ REGULARMENTE FILIADO**.

**Nome do Eleitor:** MARIA DO SOCORRO VICENTE

**Inscrição:** 054440370884

Dados da Ocorrências de Filiação Partidária

<b>Partido</b>	<b>UF</b>	<b>Município</b>	<b>Data de Filiação</b>
1 PRB	PE	GLÓRIA DO GOITÁ	07/10/2011

Certidão emitida às 15:09:00 de 19/12/2013

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:

**<http://www.tse.gov.br>**, por meio do código de autenticação:  
**GCTL.ZVJB.MNWP.0/FB**



## JUSTIÇA ELEITORAL



## CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(s) Membro(s) abaixo relacionado(s):

Nome	Título Eleitoral	Cargo	Exercício
ANDRÉA VIVIANE BEZERRA NERY	049016000884	SECRETÁRIO	04/06/2012 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
BRUNO DE PÁDUA BRANCO DA SILVA	055246020884	VICE-PRESIDENTE	11/07/2011 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
ELIÁNE MARIA DE MELO	039507470850	VOGAL	11/07/2011 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
EMERSON EDINALDO MATIAS	082075730850	VOGAL	11/07/2011 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
EVERALDO COSTA SANTANA	054444210876	PRESIDENTE	11/07/2011 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
JOSÉ MARCOS DA SILVA	050403130833	VOGAL	11/07/2011 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
LEONILDO DE MOURA SOUZA	075361420868	VOGAL	11/07/2011 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
LEONILDO DE MOURA SOUZA	075361420868	VOGAL	11/07/2011 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
LUIZ EDUARDO DE ANDRADE VASCONCELOS	000377480817	TESOUREIRO	11/07/2011 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
MARIA BELTRÃO DE FARIAS	025874410817	SECRETÁRIO	11/07/2011 a 01/06/2012 - INATIVO
MARIA DO SOCORRO VICENTE	054440370884	TESOUREIRO	11/07/2011 a 01/06/2012 - INATIVO
MARIA DO SOCORRO VICENTE	054440370884	VOGAL	11/07/2011 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
MARIVALDO SEVERINO DA SILVA	060028810850	VOGAL	11/07/2011 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA	083124320825	VOGAL	11/07/2011 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
SEVERINO MARTINS DE OLIVEIRA	010236480817	VOGAL	11/07/2011 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
VALDIR LUIZ DE JESUS	082076490892	VOGAL	11/07/2011 Fim da vigência indeterminado - ATIVO

Faz(em) parte do seguinte orgão partidário:

CNPJ: **15.740.484/0001-82**



Partido: **PARTIDO REPUBLICANO**

Político: **BRASILEIRO - PRB**

Orgão  
Partidário: **Comissão Provisória**

Abrangência: **MUNICIPAL - GLÓRIA DO GOITÁ/PE**

Protocolo: **380602011**

Data: **13/07/2011**

Protocolo: **18:14:28**

Vigência: **Início:11/07/2011 Fim da vigência  
indeterminado**

Logradouro: **RUA JOÃO JOSÉ BARBOSA DE LIMA,  
Nº 14**

Bairro: **VILA DA CAIXA**

CEP: **55.620-000**

Telefone: **(81)9430-2300**

Fax:

E-mail: **everaldocostas@gmail.com**

Código: **IICL.#HWH.PRNJ.5MXE.**

Certidão  
emitida às: **19/12/2013 15:10:11**

• Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.

• **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**

• Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Superior Eleitoral**  
**Certidão**



Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ REGULARMENTE FILIADO**.

**Nome do Eleitor:** ALEXANDRE BORGES DE SOUSA FILHO

**Inscrição:** 066978110841

Dados da Ocorrências de Filiação Partidária

<b>Partido</b>	<b>UF</b>	<b>Município</b>	<b>Data de Filiação</b>
1 PSL	PE	GLÓRIA DO GOITÁ	20/08/2011

Certidão emitida às 15:01:02 de 19/12/2013

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:

**<http://www.tse.gov.br>**, por meio do código de autenticação:  
**BXJB.HCD3.TER5.QWGI**





ALEXANDRE BORGES 17123



Catho -  
Vagas de  
Emprego

www.catho.com.br

Inclua seu CV no Site  
que Ajuda a Contratar  
500 Pessoas Por  
Hora.



Ache amigos

## Alexandre Borges 17123

Candidato a Vereador Suplente Glória do Goitá / PE

Curtir 31 pessoas curtiram isso. Seja o primeiro entre seus amigos.

Dentista Brasília  
DF-

www.odonthoclean.com.br

Marque agora sua consulta,  
Implante  
Odontopediatria, Ortodontia e  
outras



Alexandre Borges foi candidato a Vereador e  
ficou como suplente em Glória do Goitá pelo  
PSL na coligação Frente Popular Gloriense.  
Obteve 77 votos (0,46%).

Nome: Alexandre Borges de Sousa Filho  
Idade: 26 anos (17/03/1987)  
Naturalidade: Vitória de Santo Antão/PE  
Estado Civil: Solteiro(A)  
Ocupação: Estudante, Bolsista, Estagiário e Assemelhados  
Escolaridade: Ensino Médio Completo

### Dados do Candidato a Vereador Alexandre Borges 17123

Resultado: **SUPLENTE**  
Votação: **77 Votos**  
Cargo a que concorre: Vereador  
Nome para urna: Alexandre Borges  
Número: 17123  
Estado: Pernambuco  
Município: Glória do Goitá  
Partido: Partido Social Liberal - PSL  
Coligação: Frente Popular Gloriense (PDT / PSL / PSB)

[Candidatos a Vereador Glória do Goitá](#)

### Outros Candidatos do PSL

Vereadores do PSL:

Snell Barros - 17777

× Localizar: ale

↓ Próxima ↑ Anterior ↗ Realçar tudo ☐ Diferenciar maiúsculas/minúsculas

SSCE-M. das  
Comunicações  
Folha: 69  
1

**Ministério das Comunicações**  
Secretaria de Serviço de Radiodifusão  
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão  
**ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM**



### Identificação do Processo

Número: 53000.046267/2013

Localidade / UF: GLÓRIA DO GOITÁ/PE

Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE COMUNICACAO E CULTURA DE GLORIA DO GOITA

Aviso: 5

Publicação: 09/09/1999

Prazo: 30

Canal: 290

### Processo

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

#### 2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
ALEXANDRE BORGES DE SOUZA FILHO	069.544.954-09	Presidente	28/01/2010 28/01/2014	
maria do socorro vicente	040.184.174-03	Diretor de Operações	28/01/2010 28/01/2014	
Emanoely Cintia do Nascimento Souza	103.107.844-41	Diretor Administrativo	28/01/2010 28/01/2014	

#### 3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

##### PENDÊNCIAS:

- I - Indícios de vínculo político; e
- II - Certidão de registro de estatuto social e ata de eleição.

##### MAPA DA DOCUMENTAÇÃO:

- a) requerimento de renovação: fls. 05;
- b) declaração de conformidade das instalações da emissora: fls. 06;
- c) certidão negativa de débitos com a Anatel: fls. 07;
- d) CNPJ, nº 02.978.687/0001-60: fls. 08;
- e) estatuto social, datado de 29/12/2010, rg.-PJ: fls. 09-15;
- f) ata de eleição, datada de 28/01/2010, rg.-PJ: fls. 16-18;
- g) provas de nacionalidade e maioridade: fls. 28, 35 e 43;
- h) relatório do Conselho Comunitário: fls. 46-50.

MANDATO: 4 ANOS.

É o relatório.

À consideração superior.

*Claudia Pereira*

Cesar Segond Vasconcellos





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 233/2014/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº 53000.046267/2013

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da renovação da outorga concedida à **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Glória do Goitá/PE**.

---

**ANÁLISE**

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências elencadas abaixo:

I. Há indícios de vinculação política na entidade, o que em tese, violaria o disposto no art. 11 da Lei 9.612/98, que determina que *“a entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais”*. Por essa razão, em atenção aos princípios do contraditório e da ampla defesa, a entidade deverá se manifestar sobre os seguintes itens:

a. A Sra. Maria do Socorro Vicente, tesoureira da entidade, figura como tesoureira e vogal no Órgão Partidário do PRB na Comissão Provisória de Glória do Goitá/PE.

b. Ademais, o Sr. Alexandre Borges de Sousa Filho, Presidente da entidade, além de estar filiado ao PRB, concorreu às eleições para vereador no município e foi eleito como suplente.

II. Ademais, a entidade deve apresentar certidão de registro ata de Eleição da diretoria em exercício e Estatuto Social, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme disposto no subitem 20.3, alínea “d” e “e” da Norma nº1/2011.

---

**CONCLUSÃO**

3. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar os esclarecimentos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o processo será encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com vistas à extinção da Autorização outorgada à requerente.

4. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.

À consideração superior.

Brasília, 17 de janeiro de 2014.

  
**CLÁUDIA PEREIRA DOS SANTOS**  
*Técnica de nível superior*

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 233/2014/CGRC/DEOC/SCE-MC.

Brasília,  de  de 2014.

  
**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
*Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária*





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF  
(61) 3311-6281

Ofício nº 283 /2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 20 de janeiro de 2014.

Ao Senhor

**ALEXANDRE BORGES DE SOUZA FILHO**

Representante Legal da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá  
Rua David Pereira do Rosário, s/n, Centro  
55.620-000 Glória de Goitá - PE

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.046267/2013.**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº 53000.046267/2013, na localidade de **Glória de Goitá/PE**, no qual essa Entidade requer renovação outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 233/2014 que indica pendências passíveis de saneamento pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente todos esclarecimentos e documentação solicitada sob pena de extinção da outorga.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.
4. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,

  
**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURAL DE GLÓRIA DE GOITÁ**



Ofício 01/2014

Glória de Goitá, 06 de fevereiro de 2014

Ilmo Sr.  
Samir Âmando Granja Nobre Maia  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 011297/2014-17

SEAPA/SCE

17/03/2014-08:25

Assunto: **Encaminhamento documentos**  
Referencia do Processo: **53000.046267/2013**

Senhor Coordenador-Geral

Em atenção ao que consta no Ofício nº 283/2014, datado de 20/01/2014, e na Nota Técnica nº 233/2014/CGRC/SCE-MC, vem apresentar a documentação abaixo relacionada para as providências cabíveis.

I – Certidão do Cartório Eleitoral das desfiliações partidárias de:

Alexandre Borges de Sousa Filho  
Maria do Socorro Vicente

II – Certidão Cartorial do Registro da Ata de Eleição da Diretoria em Exercício e do Estatuto Social

Atenciosamente,

  
\_\_\_\_\_  
**Alexandre Borges de Sousa Filho**  
**DIRETOR PRESIDENTE**  
**CPF: 069.544.954-09**

Rua David Pereira do Rosário, s/n, Centro, Glória de Goitá, PE, CEP: 55.620-000  
CNPJ: 02.978.687/0001-60





**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Superior Eleitoral**  
**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **NÃO ESTÁ FILIADO A PARTIDO POLÍTICO.**

**Nome do Eleitor:** ALEXANDRE BORGES DE SOUSA FILHO

**Inscrição:** 066978110841

Certidão emitida às 08:57:54 de 06/03/2014

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: **<http://www.tse.gov.br>**, por meio do código de autenticação: **LQ0U.J/TZ.FYP2.WXOB**





**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Superior Eleitoral**  
**Certidão**



Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **NÃO ESTÁ FILIADO A PARTIDO POLÍTICO.**

**Nome do Eleitor:** MARIA DO SOCORRO VICENTE

**Inscrição:** 054440370884

Certidão emitida às 08:59:55 de 06/03/2014

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: **<http://www.tse.gov.br>**, por meio do código de autenticação: **XDMN.07S4.OD3R.JH3D**





**SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL – OFÍCIO ÚNICO**  
**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**Comarca de Glória do Goitá - Pernambuco**  
**IASMIM MONTARROIOS DA SILVEIRA PINTO**  
 Tabeliã e Oficial em exercício  
**TABELIONATO – REGISTRO DE IMÓVEIS – REGISTRO DE**  
**TÍTULOS E DOCUMENTOS – PROTESTO DE TÍTULOS.**  
 e-mail: [cartoriounico.gloriadogoita@hotmail.com](mailto:cartoriounico.gloriadogoita@hotmail.com)  
 Fone: (81) 3658-2000



Cartório Único de Glória do Goitá  
 Notarial e Registral  
 Dra. Iasmim Montarroios da Silveira Pinto  
 Tabeliã em Exercício  
 Av. Rui Barbosa, nº 280 - A  
 Glória do Goitá - PE - CEP: 55620-000

## Cartório de Títulos e Documentos

### CERTIDÃO

**CERTIFICO** por me haver sido verbalmente pedido e para os devidos fins, que revendo o arquivo deste Cartório a meu cargo, sito nesta cidade, à Av. Rui Barbosa, n.º 243, Centro, deles verifiquei constar no Livro n.º “B/E”, às fls. 78, sob o n.º 1.629, em data de 06 de Novembro de 2012, o registro constante de: **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GLÓRIA DO GOITÁ.** Ao dia vinte e oito de outubro de dois mil e doze, realizou-se a reunião ordinária seguindo uma pauta apresentada pelo direto presidente, Alexandre Borges de Souza Filho, seguindo a pauta da reunião, primeiramente foi relatado todas as realizações feitas durante os três meses na ausência do diretor presidente, relatada pelo secretário Valdir Luiz. Em seguida foi dito sobre o afastamento da atual diretora administrativa, Vilma Maria do Nascimento Silva, foi feita uma nova indicação da senhora Emanoely Cintia do Nascimento de Souza RG: 8.845.137 SDS-PE, inscrita sob o CPF: 103.107.844-41 no qual todos aprovarão a indicação da mesma para assumir o cargo de diretora administrativa atual, até o ano de dois mil e quatorze. Logo após foram exposta as pendências que estão ocorrendo na emissora, tomados as devidas providências soluções. No momento posterior foi aberto a fala para os membros do conselho fiscal. Sobre as pendências a serem solucionadas pela diretoria. A reunião foi encerrada com as explicações do diretor presidente sobre as pendências em aberto. Em seguida foi aberto a fala aos demais comunicadores da associação de comunicação e cultura de Glória do Goitá. Assim sem fins louvo a presente assinada ata por mim e pelos demais participantes. Da presente reunião, Vinte e Oito de Outubro de Dois Mil e Doze. Alexandre Borges de Souza Filho. **Conforme com o original, dou fé.** Glória do Goitá, 06 de Novembro de 2012. Iasmim Montarroios da Silveira Pinto. Oficial do Registro em exercício. **Conforme com o original, dou fé. O referido é verdade e dou fé. Digitei, subscrevo e assino.**

Glória do Goitá, 11 de Março de 2014.

*Iasmim Montarroios da Silveira Pinto*  
**IASMIM MONTARROIOS DA SILVEIRA PINTO**  
 Oficiala em exercício do Registro



Cartório Único de Glória do Goitá  
 Notarial e Registral  
 Dra. Iasmim Montarroios da Silveira Pinto  
 Tabeliã em Exercício  
 Av. Rui Barbosa, nº 280 - A  
 Glória do Goitá - PE - CEP: 55620-000

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO.

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS





SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL – OFÍCIO ÚNICO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Comarca de Glória do Goitá - Pernambuco

**IASMIM MONTARROIOS DA SILVEIRA PINTO**

Tableia e Oficial em exercício

**TABELIONATO – REGISTRO DE IMÓVEIS – REGISTRO DE**

**TÍTULOS E DOCUMENTOS – PROTESTO DE TÍTULOS.**

e-mail: [cartoriounico.gloriadogoita@hotmail.com](mailto:cartoriounico.gloriadogoita@hotmail.com)

Fone: (81) 3658-2000



Cartório Único de Glória do Goitá  
Notarial e Registral  
Dra. Iasmim Montarroios da Silveira Pinto  
Tableia em Ex. nº 260  
Av. Rui Barbosa, n.º 243  
Glória do Goitá - PE - CEP: 55620-000

## Cartório de Títulos e Documentos

### CERTIDÃO

**CERTIFICO** por me haver sido verbalmente pedido e para os devidos fins, que revendo o arquivo deste Cartório a meu cargo, sito nesta cidade, à Av. Rui Barbosa, n.º 243, Centro, deles verifiquei constar no Livro n.º "A", às fls. 29, sob o n.º 118, em data de 06 de Janeiro de 2011, o registro constante de: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DECOMUNICAÇÃO E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ. ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ. I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS. Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ**, doravante denominada ACCCGG, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e constituída pela união de moradores e representantes e entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, do Município de Glória do Goitá, Estado de Pernambuco, com sede, na Rua David Pereira do Rosário s/n. Parágrafo único - A ACCCGG utilizará como denominação fantasia Rádio Goitacaz e reger-se-á pelas disposições deste estatuo e pelas leis vigentes no território nacional. **Art. 2º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURAL DE GLÓRIA DO GOITÁ** tem por objeto EXECUTAR SERVIÇO DE RADIOFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como: I - beneficiar a comunidade com vistas a: a) Dar oportunidade a difusão de idéias, elementos e cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; d) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível. II- respeitar e atender aos seguintes princípios: a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade; b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida; c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida; d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas reações comunitárias; § 1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados; § 2º Será obrigatório a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados; § 3º Qualquer cidadão da comunidade







beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária. **Art. 3º** - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções. **Art. 4º** - A receita da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ** será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes. **II - DOS ASSOCIADOS. Art. 5º** - Serão admitidos como associados as pessoas físicas e jurídicas que tenham preenchido formulário próprio e admitidas em Assembléia Geral, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto. **Art. 6º** - A **ACCCGG** será composta pelas seguintes categorias de associados: I- **Fundadores**- formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação. II- **Contribuintes ou Efetivos**- qualquer pessoa física ou jurídica que contribua mensalmente com qualquer importância por ele designada ou contribuição sob a forma de apoio cultural. III - **Honorários** - Os que se distinguem por benefícios relevantes, à Associação ou à coletividade. **Art. 7º** - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembléia Geral. **Art. 8º** - São direitos e deveres dos associados; a) o direito de voto e de concorrer as eleições, podendo ser votados para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no §2º do art. 12; b) manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela AG. **Art. 9º** - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão. **III- DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO. Art. 10-** São órgãos da **ACCCGG** a) Assembléia Geral; b) Diretoria; c) Conselho Comunitário. **Art. 11** - A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação da **ACCCGG**, será composta por seus associados e ocorrerá ordinariamente a cada ano, no dia 31 do mês de dezembro para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 04 anos para eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no. **§1º** - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria de diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), um terço do Conselho Comunitário para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária Serpa exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguinte. **§ 2º** - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de quinze dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da **ACCCGG** e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e Órgão Público, com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local a pauta da reunião. **§3º** - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições





dispostas no §1º. **Art. 12** – A Diretoria da ACCCGG, órgão executivo administrativo, será composta por Diretor Presidente, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleito sem Assembléia Geral para um mandato de 04 anos, permitida a reeleição. §1º - A Diretoria da ACCCGG poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembléia Geral, respeitadas as disposições dispostas no §1º. §2º - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função pública ou privada da qual decorra foro especial. **Art. 13** – São atribuições: **I) Da Diretoria:** a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade; b) Convocar as reuniões e Assembléias Gerais; c) Representar a ACCCGG em atos públicos ou internos; d) Realizar todos atos necessários ao desenvolvimento da ACCCGG; e) Apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades; f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro; g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidade afins; h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade; h) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral; **II) De cada dirigente:** a) Ao Diretor Presidente compete: representar a ACCCGG, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e departamentos; participar das reuniões do Conselho Comunitário; b) Ao Diretor Administrativo compete: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Presidente todos documentos concernentes a vida financeira da ACCCGG secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade; c) Ao Diretor de Operações compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado; **Art. 14-** O Conselho Fiscal, eleito em Assembléia Geral, para mandato igual ao da diretoria será composto por três membros representantes da comunidade local. **Art. 15-** O Conselho Comunitário, será composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações da classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade. **Parágrafo único** – O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação e enviar ao Ministério das Comunicações na data de aniversário de sua outorga. **IV- DAS ELEIÇÕES.** **Art. 16-** As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até dois dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresso consentimento de seus membros bem como do referendado de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar: §1º- É vedada a participação de







associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração. §2º- A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos validos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG. **V- DA PROGRAMAÇÃO. Art. 17-** A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária. Parágrafo único- Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação. **VI- DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO. Art. 18-** O Patrimônio e Receita da ACCCGG será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrimônio sob forma de apoio cultural. **Parágrafo Único-** Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria com ressalva do Conselho Fiscal e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado. **VII- DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO. Art. 19-** Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes a Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes. **Art. 20-** A dissolução da ACCCGG ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congêneres, definida na Assembléia. **VIII- DISPOSIÇÕES FINAIS. Art. 21-** Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado. **Art. 22-** O presente estatuto foi aprovado na AG de 29 de dezembro de 2010 e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar. **Art. 23-** Fica eleito o foro da cidade de Glória do Goitá, no Estado de Pernambuco, para qualquer ação fundada neste Estatuto. E por estarem de pleno acordo com os dizeres do presente estatuto que elaborado em três vias de igual teor e forma, firmando presença de duas testemunhas adiante assinadas. Glória do Goitá, 29 de dezembro de 2010. **ALEXANDRE BORGES DE SOUZA FILHO.** Diretor Presidente. **SUZANA MARIA DE SANTANA-** Advogada – OAB/PE nº 27.998 **Conforme com o original, dou fé.** Glória do Goitá, 06 de Janeiro de 2011. **Wagner Barbosa Paes.** Oficial do Registro em exercício. **Conforme com o original, dou fé. O referido é verdade e dou fé. Digitei, subscrevo e assino.**

Glória do Goitá, 10 de Março de 2014.

*Assinatura de Iasmim Montarros da Silveira Pinto*  
**IASMIM MONTARROIS DA SILVEIRA PINTO**  
**Oficiala em exercício do Registro**

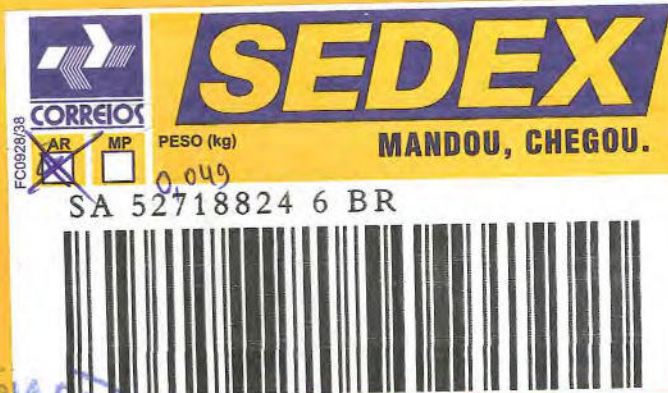
Cartório Único de Glória do Goitá  
Notarial e Registral  
Dra. Iasmim Montarros da Silveira Pinto  
Tabelião em Exercício  
Av. Rui Barbosa, nº 280 - A  
Glória do Goitá - PE - CEP: 55620-000



**AAA 024869**



LR



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COORDENADOR-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**  
**DR. SAMIR AMADO GRANJA NOBRE MAIA**  
**ESPLANADAS DOS MINISTÉRIO, BLOCO R, 3º ANDAR**  
**BRASÍLIA - DF - CEP: 70044-900**

Ministério das  
Comunicações  
Fis.  
Rubrica



**Remetente:**

**Rádio Goitacaz FM**

**Rua Davi Pereira do Rosário, S/N – Centro**

**Glória do Goitá – PE**

**CEP 55.620-000**

**Fone: (81) 3658-1150**



## TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 15 de outubro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Damacena Ferreira, Arquivista**, em 15/10/2014, às 11:35, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0189006** e o código CRC **01C6A3C1**.



# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

## NOTA TÉCNICA Nº 46/2015/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.046267/2013-32**

Processo de Outorga nº: **53103.000218/1999**

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

### SUMÁRIO EXECUTIVO

---

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Glória do Goitá/PE**.

### ANÁLISE

---

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências elencadas abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011

I. Em conformidade com o entendimento da consultoria jurídica deste Ministério e considerando que a vigência do mandato dos diretores se encontra vencida - não constando, até a presente data, nos autos do processo, os atos constitutivos da composição da nova diretoria, conforme prescrito pelo item 21.10.1 da Norma nº 1/2011 (transcrição abaixo) - a entidade deverá apresentar:

- i) Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- ii) Prova de que seus atuais diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não será aceita, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH), em atenção à restrição disposta no subitem 8.4.2;
- iii) CPF de todos os atuais dirigentes.

Norma nº 1/2011

*21.10.1. As alterações nos atos constitutivos e modificação da composição da diretoria da entidade detentora de autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária,*

*observadas as disposições desta Norma, devem ser apresentadas ao Ministério das Comunicações devidamente registradas ou averbadas na repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua realização.*

## CONCLUSÃO

---

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 09/01/2015, às 09:08, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1217060



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru, Advogado**, em 09/01/2015, às 10:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0307643** e o código CRC **8ABC7172**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.





**Ministério das Comunicações**

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo  
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 -  
São Paulo-SP.  
Fone: (11) 3101-0123

Ofício nº 62/2015/SEI-MC

**São Paulo, 05 de janeiro de 2015**

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá

Rua David Pereira do Rosário s/nº - Centro  
55.620-000 / Glória de Goitá - PE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.046267/2013-32.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **46/2015/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 09/01/2015, às 09:09, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0307683** e o código CRC **78BE6C4E**.

---



**AR**

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

Ofício nº 62/2015/SEI-MC

São Paulo, 05 de janeiro de 2015

Ao(À) Senhor(a)  
Representante Legal da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá  
Rua David Pereira do Rosário s/nº - Centro  
55.620-000 / Glória do Goitá - PE

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.046267/2013-32.

DESTINATAIRE

UF

PAÍS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR



NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

26/01/15

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATIONNº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

4670008

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENTE  
Moisés Pedro de Souza  
Agente de Correios  
Mat. 8508058-6

**ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS**

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 156 mm

 <b>CORREIOS</b> <b>BRÉSIL</b>	<b>AVISO DE RECEBIMENTO</b> <b>AVIS CN07</b>	<b>AR</b>	<b>JH 22350338 6 BR</b>								
	DATA DE POSTAGEM / DATE OF DEPOT UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DEPOT	<b>TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON</b> <table border="1"> <tr> <td> <div></div> </td> <td> <div></div> </td> <td> <div></div> </td> </tr> <tr> <td>:</td> <td>:</td> <td>:</td> </tr> <tr> <td>h</td> <td>h</td> <td>h</td> </tr> </table>		<div></div>	<div></div>	<div></div>	:	:	:	h	h
<div></div>	<div></div>	<div></div>									
:	:	:									
h	h	h									
PREENCHER COM LETRA DE FORMA NOME OU RAZÃO SOCIAL DO BENEFICIÁRIO / NOM COMPLET DU DESTINATAIRE <b>SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL</b> <b>MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES</b> <b>PROCURADORIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES</b> <b>NO ESTADO DE SÃO PAULO</b> ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE <b>RUA MERGENTHALER 592 - BLOCO 1 - MEZANINO - VILA LEOPOLDINA</b> <b>FOFES (11) 3101-0123 - FAX (11) 3101-6680</b> <b>CEP: 05.311-900 - SÃO PAULO-SP</b> CIDADE / LOCALITÉ <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div> <div></div>											
ENDEÇO PARA DEVOLUÇÃO RETOUR		UF <b>BRASIL</b>									





# ACOMGG

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO  
E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ - PE  
CNPJ: 02.978.687/0001-60

Glória do Goitá, 24 de fevereiro de 2015.

53900.010786/2015-81

03/03/15

Ofício nº 005/2015

Ao, (a) Senhor (a)  
Representante Legal da Delegacia Regional do Ministério das  
Comunicações em São Paulo.  
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) – Vila Leopoldina –  
CEP: 05311-900 – São Paulo-SP.

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para  
ENCAMINHAR a Vossa Senhoria, em resposta ao ofício nº 62/2015/SEI-MC,  
referente à Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.046267/2013-  
32, conforme prazo legal documentação desta Associação a seguir:

Diante do exposto apresento a este Órgão cópias devidamente  
autenticadas dos seguintes documentos: em anexo.

- Estatuto Social;
- Ata Reformulação e Aprovação do Estatuto social;
- Ata da Eleição e Posse;
- CPF, RG e/ou Certidão de Nascimento e/ou Casamento dos  
dirigentes;

Conforme Norma nº 01/2004.

Reitero protestos de estima consideração e apreço.

**Jaime Barbosa**  
Diretor - Presidente  
Rádio Goitacaz Fm 98,5 MHz

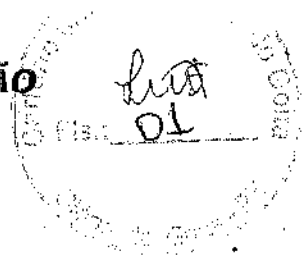
*Jaime*  
**Jaime Barbosa de Lima**  
Diretor-Presidente



Alegria de quem faz

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO  
E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ - PE**

CNPJ: 02.978.687/0001-60



**Capítulo I**

**DENOMINAÇÃO, REGIME JURÍDICO, SEDE, FORO E DURAÇÃO.**

Art. 1.º - Sob a denominação de **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ**, doravante chamada de **ACOMGG** fica constituída uma sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Glória do Goitá - PE, à Rua David Pereira do Rosário, s/n, Centro, que se regerá por este Estatuto, por seu regimento interno e pela legislação aplicável.

Art. 2.º - O prazo de duração da Associação é indeterminado.

**Capítulo II**

**DO OBJETIVO**

Art. 3.º - Associação terá como objetivo:

1. Execução de prestação de serviço em radiodifusão sonora comunitária, com finalidade a dar oportunidade à difusão de idéias, cultura, tradições, hábitos sociais da comunidade, formação, integração e organização comunitária nos aspectos de lazer, cultura e convívio social, prestar serviços de utilidade pública, contribuir para o aperfeiçoamento profissional, permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão, respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, mediante concessão, permissão ou autorização que lhe será outorgada por ato do poder público competente para a execução do serviço de radiodifusão comunitária e está sujeita a legislação específica;
2. Desenvolver ações a partir de uma visão de cidadania, gênero e classe;
3. Promover atividades educativas de ensino, com implantação e execução de cursos e seminários para crianças, adolescentes e familiares objetivando qualificar e requalificar profissionalmente, visando contribuir na permanência ou inserção no mercado de trabalho;
4. Promover pesquisas nas áreas sociais;
5. Dar apoio à família, à infância, à maternidade, à adolescência e à velhice;

**Capítulo III**





Alegria de quem faz

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO  
E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ - PE**

CNPJ: 02.978.687/0001-60



**DOS SÓCIOS**

Art. 4.º - O quadro social será integrado por pessoas físicas e jurídicas sem fins lucrativos, esta última desde que legalmente constituídas, de todas as classes, em número ilimitado e com sede na área da execução do serviço.

Parágrafo Primeiro: Fica assegurado o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço da entidade.

Parágrafo Segundo: As pessoas jurídicas sem fins lucrativos podem se associar de forma gratuita, desde que estejam sediadas na área de execução do serviço. Fica assegurado aos seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes.

Parágrafo Terceiro: Para ingressar na associação o (a) interessado (a) deve preencher a ficha de inscrição na secretaria da entidade.

Art. 5.º - Ficam criadas 03 (três) categorias de sócios:

- a) Sócios Fundadores: São considerados sócios fundadores aqueles que assinaram a ata de constituição da Associação;
- b) Sócios Contribuintes: São considerados sócios contribuintes pessoas físicas e jurídicas sem fins lucrativos que contribua mensal, semestral ou anualmente com qualquer importância para a Associação;
- c) Sócios Beneméritos: Qualquer pessoa física ou jurídica sem fins lucrativos que tenham prestado relevantes serviços, que sejam de ordem técnica social ou financeira à coletividade, devidamente reconhecida pela Assembléia Ordinária da Associação.

Art. 6.º - São direitos dos associados:

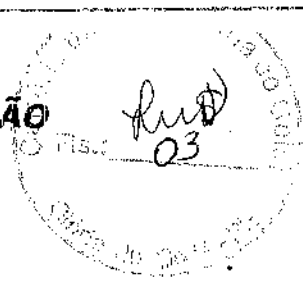
- a) Participar das Assembléias Gerais com direito a voz e voto;
- b) Colaborar nos trabalhos da Associação, apresentando sugestões que visem seu engrandecimento;
- c) Os associados, pessoa física, em dia com as suas obrigações estatutárias, têm o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;



Alegria do que se faz

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO  
E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ - PE**

CNPJ: 02.978.687/0001-60



- d) Participar quando formalmente convidado das reuniões da Diretoria.

**Art. 7.º - São deveres dos Associados:**

- a) Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto, bem como as decisões emanadas pelos órgãos de administração da Associação;
- b) Efetuar regularmente o pagamento de suas contribuições;
- c) Informar a associação sobre mudanças de seu endereço;
- d) Prestar ajuda voluntária à associação quando forem solicitados.

**Art. 8.º - O associado que deixar de cumprir o presente estatuto ou agir em desacordo com os princípios éticos e legais, poderá a critério da Diretoria:**

- a) Ser advertido;
- b) Ter seus direitos suspensos;
- c) Ser excluído.

**Art. 9.º - Fica assegurado ao associado incluso nas alíneas acima, direito de ampla defesa durante o procedimento investigatório.**

**Capítulo IV**

**DO PATRIMÔNIO**

**Art. 10.º - O patrimônio social será constituído de:**

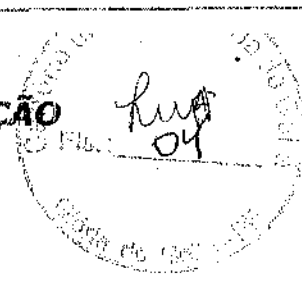
- a) Das contribuições dos seus associados e/ou de terceiros;
- b) De renda diversa, doações, subvenções ou legados de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ou público, nacionais ou internacionais;
- c) Do apoio cultural recebido na rádio comunitária;
- d) Dos bens móveis e imóveis que a associação vier a adquirir com recursos próprios.

**Art. 11.º - Todos os bens e recursos da Associação destinam-se exclusivamente para a consecução de sua finalidade, sendo proibido conceder aos associados qualquer contribuição a título de renda ou benefício.**

**Parágrafo único: As pessoas físicas ou jurídicas que patrocine sob forma de apoio cultural os programas da rádio comunitária não terão direito a voz nem a voto nas Assembléias e demais atividades da Associação.**

**Capítulo V**





## DOS ORGÃOS E SUA COMPETÊNCIA

Art. 12. ° - São órgãos da Associação:

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria Executiva;
- c) Conselho Fiscal;
- d) Conselho Comunitário.

## Capítulo VI

### DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 13. ° - A Assembléia Geral é o órgão máximo de deliberação da Associação, constituída de todos os seus membros.

Art. 14. ° - O associado que estiver em débito com a associação não terá direito de voto nas Assembléias. Para participar das Assembléias, o sócio deverá ter sido admitido no quadro social da entidade há pelo menos 06 (seis) meses.

Art. 15. ° - As Assembléias Gerais serão convocadas pelo Presidente ou por 1/5 (um quinto) dos associados, com quinze (15) dias de antecedência, mediante publicação em órgão público do município, sede da entidade e/ou edital afixado na sede da Associação.

Art. 16. ° - No edital de convocação deverão constar obrigatoriamente todos os dados da Associação, dia, hora e local da realização e a ordem dos trabalhos do dia.

Art. 17. ° - A Assembléia Geral estará legalmente constituída em primeira convocação com 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um), ou em segunda convocação 30 (trinta) minutos após com qualquer número.

Art. 18. ° - Os trabalhos da Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária serão dirigidos em qualquer caso pelo presidente da Associação.

Art. 19. ° - A Assembléia Geral Ordinária realizar-se-á anualmente no mês de Abril, observadas as normas prescritas nos artigos 13 a 18 deste Estatuto.

Parágrafo Único: Para tratar de destituição de membros da diretoria e ainda de alterações estatutárias deve ser convocada Assembléia Geral especialmente para este fim obedecendo ao quorum de 50% mais um dos associados, a qualquer tempo.



Alegria de quem faz

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO  
E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ - PE**

CNPJ: 02.978.687/0001-60



**Art. 20.º - Compete a Assembléia Geral Ordinária;**

- a) Eleger e dar posse aos membros da Diretoria e Conselho Fiscal;
- b) Discutir e aprovar o relatório anual da Diretoria Executiva e o balanço patrimonial;
- c) Aprovar a política de ação da Diretoria;
- d) Deliberar sobre assuntos constantes da pauta e outros de interesse geral, desde que apresentados por escrito à mesa Diretora, nos quinze (15) minutos antes do início da Assembléia.

**Art. 21.º - Compete a Assembléia Geral Extraordinária:**

- a) Aprovar a reforma do estatuto no todo ou em parte, bem como no tocante à administração, mediante proposta da Diretoria e Conselho Fiscal;
- b) Eleger e dar posse ao Conselho Comunitário;
- c) Aprovar o regimento interno;
- d) Decidir sobre alienação e oneração de patrimônio;
- e) Decidir sobre a extinção da associação e o destino de seu patrimônio.

**Parágrafo único:** Dependerá do voto de pelo menos 2/3 dos associados para deliberar sobre a extinção da associação, alienação ou oneração do seu patrimônio.

**Art. 22.º - A Assembléia Geral Extraordinária somente poderá ser instalada em primeira convocação com no mínimo da metade mais um dos associados e após trinta minutos em segunda convocação, com qualquer número de associados.**

**Capítulo VII**

**DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**Art. 23.º - A Diretoria será composta dos seguintes cargos diretores e seus respectivos suplentes:**

- a) Diretor-Presidente (a) e Vice – Diretor-Presidente (a);
- b) Primeiro Secretário (a) e Segundo Secretário (a);
- c) Primeiro Tesoureiro (a) e Segundo Tesoureiro (a).

**Parágrafo Único:** Os critérios de eleição dos dirigentes obedecerão aos artigos 40º ao 46º deste estatuto.

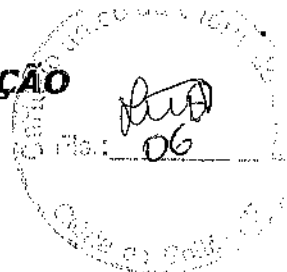




Alegria de quem faz

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO  
E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ - PE**

CNPJ: 02.978.687/0001-60



Art. 24. ° - A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da entidade caberão aos membros brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 (dezoito) anos ou emancipados, que tenha idoneidade moral.

Art. 25. ° - É vedado participar da Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário, pessoas que estejam ou que venham ocupar cargo eletivo, que assegurem imunidade parlamentar ou decorram de foro especial.

Art. 26. ° - Os membros da Diretoria e demais componentes deverão manter residência na área da comunidade atendida pela Associação.

Art. 27. ° - O mandato eletivo dos membros da Diretoria Executiva será para o período de quatro (04) anos, permitida reeleição consecutiva, desde que tenham suas contas do balanço patrimonial e do balanço da receita e despesa aprovadas pelo Conselho Fiscal e consequentemente pela Assembléia Geral.

Art. 28. ° - Compete a Diretoria Executiva:

- a) Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e as deliberações da Assembléia Geral e Extraordinária e do Conselho Fiscal;
- b) Interpretar o Estatuto, emitindo parecer e legislando nos casos omissos, dando ciência à Assembléia Geral Ordinária;
- c) Administrar a entidade e todos os seus haveres;
- d) Promover a realização dos fins a que se destina a Associação;
- e) Apresentar ao Conselho Comunitário toda e qualquer programação para acompanhar, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e das finalidades estabelecidos no artigo 3. ° deste estatuto;
- f) Prestar contas à Assembléia Geral, do balanço patrimonial e do balanço da receita e despesa com o parecer do Conselho Fiscal;
- g) Elaborar ou alterar o Regimento Interno sempre que preciso.

Parágrafo único: É também dever da Diretoria Executiva, substituir qualquer um de seus membros que infringirem as normas estatutárias e/ou regimentais, para tanto o novo membro deve ser referendado na Assembléia Geral Ordinária.

Art. 29. ° - São atribuições do Diretor-Presidente:

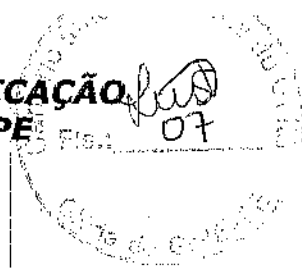
- a) Os poderes de administração em geral, salvo os que neste estatuto são conferidos a Assembléia Geral e ao Conselho Fiscal, necessários ao desenvolvimento de suas atividades na associação;



Alegria de quem faz

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO  
E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ - PE**

CNPJ: 02.978.687/0001-60



- b) Representar a entidade ativa e passivamente, judicial e Extrajudicial, podendo para tal fim designar procurador;
- c) Em conjunto com o tesoureiro (a) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, assinar convênios, contratos, contrair obrigações, empréstimos e transigir desde que emitido parecer antecipado do Conselho Fiscal;
- d) Tomar medidas de caráter urgentes, necessárias à boa execução deste Estatuto, devendo, na primeira reunião, apresentar seu ato para referendo da Diretoria;
- e) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva e Assembléias Gerais.

**Art. 30. ° - São atribuições do Diretor-Vice – Presidente:**

- a) Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- b) Desempenhar as funções que o presidente lhe confiar.

**Art. 31. ° - São atribuições do (a) Primeiro Secretário (a):**

- a) Auxiliar o presidente no relacionamento da Associação com as autoridades, meios de comunicação, comunidade e o segmento político institucional;
- b) Elaborar o relatório anual de atividades;
- c) Ter sob controle e responsabilidade os assuntos administrativos da Associação;
- d) Receber e expedir correspondência, após ciência e assinatura do presidente quando necessário;
- e) Manter atualizados os arquivos e cadastros dos associados;
- f) Redigir e lavrar as atas de reuniões da Diretoria e Assembléia Geral.

**Art. 32. ° - São atribuições do Segundo Secretário:**

- a) Substituir o Primeiro Secretário em suas faltas ou impedimentos;
- b) Desempenhar as funções que o presidente lhe confiar.

**Art. 33. ° - São atribuições do Tesoureiro (a):**

- a) Ter sob controle e responsabilidade os bens e assuntos financeiros da Associação;
- b) Fiscalizar a realização de todas as despesas da entidade e autorizar os pagamentos determinados pelo presidente;

17





Alegria da quem faz

## **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ - PE**

CNPJ: 02.978.687/0001-60



- c) Manter em conta bancária ou outras aplicações financeiras, os saldos financeiros da associação que só poderão ser movimentados com sua assinatura juntamente com a do Presidente;
- d) Orientar e fiscalizar toda a arrecadação da entidade e tomar as providências para que ela se realize de modo eficiente e pontual;
- e) Apresentar os relatórios financeiros de receitas e despesas e balanço patrimonial referentes ao exercício anterior, ao Presidente e Conselho Fiscal até 30 de março de cada ano.

**Art. 34. ° - São atribuições do Segundo Tesoureiro:**

- a) Substituir o Segundo Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos;
- b) Desempenhar as funções que o presidente lhe confiar.

### **Capítulo VIII**

#### **DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 35. ° - O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização das atividades econômicas/financeiras da associação e compor-se-á de três (03) membros, com seus respectivos suplentes, eleitos junto com a Diretoria Executiva para um mandato de quatro (04) anos, sendo permitida recondução para o período imediato.**

**Art. 36. ° - São atribuições do Conselho Fiscal:**

- a) Reunir-se com o mínimo de três membros, ordinariamente a cada semestre e extraordinariamente quando necessário, mediante convocação da Assembléia Geral ou Diretoria;
- b) Fiscalizar e examinar a contabilidade da tesouraria e atos administrativos a qualquer tempo que se relacionarem com finanças da Associação;
- c) Dar parecer e aprovar balanço e prestação de contas da Diretoria Executiva.

### **Capítulo IX**

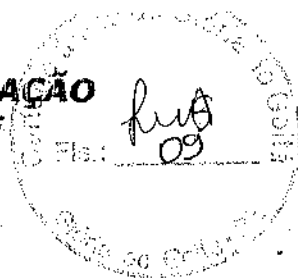
#### **DO CONSELHO COMUNITÁRIO**

**Art. 37. ° - O Conselho Comunitário deverá ser instituído pela Diretoria da Associação, que para isso convocará as entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas, de moradores e sindicatos, desde que elas estejam legalmente instituídas;**



Alegria de quem faz

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO  
E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ - PE**  
CNPJ: 02.978.687/0001-60



**Parágrafo Único:** O Conselho Comunitário será composto por 05 (cinco) membros com seus respectivos suplentes.

**Art. 38. °** - A Diretoria, após ter sido eleita e empossada, convocará Assembléia Extraordinária para os próximos trinta (30) dias, onde se fará a eleição e posse do Conselho Comunitário.

**Art. 39. °** - O Conselho Comunitário terá o fim específico de acompanhar a programação da emissora de radiodifusão comunitária, vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e aos princípios da Lei Federal n.º 9.612/98 que rege a matéria.

**Art. 40. °** - O mandato do Conselho Comunitário será de quatro (04) anos, permitida recondução imediata.

**Parágrafo primeiro:** O Conselho Comunitário se reunirá ordinariamente uma vez por ano sempre no mês de Julho e extraordinariamente sempre que for convocado pela Diretoria.

**Parágrafo segundo:** O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, a atendimento dos objetivos estabelecidos em lei.

**Parágrafo terceiro:** A associação manterá disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição o conselho comunitário.

**Art. 41. °** - Para a convocação da Assembléia Extraordinária deverá ser observado o artigo 13. °, 18. ° e 22. ° deste estatuto.

## **Capítulo X**

### **DAS ELEIÇÕES**

**Art. 42. °** - Através de edital publicado na sede da entidade, a comissão eleitoral, com antecedência de 15 (quinze) dias, informará o dia e a hora das eleições, convocando os associados aptos a votarem, para que apresentem 08 (oito) dias antes do pleito, os pedidos de registro de suas chapas, nas quais constarão a qualificação e assinatura de todos os integrantes distribuídos pelos cargos que irão disputar.

**Parágrafo único:** Só poderão concorrer a cargo o associado em dia com suas obrigações sociais e maior de 18 (dezoito) anos.

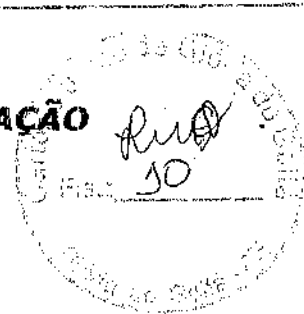




Alegria de quem faz

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO  
E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ - PE**

CNPJ: 02.978.687/0001-60



Art. 43. ° - No dia da eleição o associado deverá obrigatoriamente apresentar sua carteira de sócio juntamente com o comprovante de quitação do último mês, ou lista dos sócios-fundadores; sócios-contribuintes e sócios-beneméritos fornecida pela Comissão Eleitoral aptos a votarem.

Art. 44. ° - A comissão eleitoral será eleita pela Assembleia Geral Extraordinária e compor-se-á de 03 (três) membros, a qual compete organizar o processo eleitoral.

Art. 45. ° - É vedado a qualquer membro da comissão eleitoral concorrer a cargo da Diretoria no pleito de sua responsabilidade.

Art. 46. ° - A votação será secreta, porém em caso de chapa única, esta poderá ser eleita por aclamação.

Art. 47. ° - A eleição realizar-se-á no dia da Assembleia Geral Ordinária.

Art. 48. ° - Será considerada eleita à chapa que obtiver a maioria dos votos válidos.

**Capítulo XI**

**DO EXERCÍCIO FINANCEIRO**

Art. 49. ° - O exercício financeiro e contábil da Associação iniciará em 1.º (primeiro) de janeiro de cada ano e terminará em 31 (trinta e um) de dezembro do mesmo ano, ou seja, o ano social coincide com o ano civil.

Art. 50. ° - Os resultados líquidos provenientes das atividades da Associação em cada exercício, serão aplicados na manutenção e desenvolvimento de seu objetivo e parte deverá ser lançada em seu fundo patrimonial.

**Capítulo XII**

**DA LIQUIDAÇÃO**

Art. 51. ° - A Associação poderá ser extinta nas hipóteses previstas em Lei ou mediante voto da maioria absoluta dos associados.

Art. 52. ° - No caso de extinção, o remanescente do seu patrimônio líquido será destinado, por deliberação dos associados, à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes.

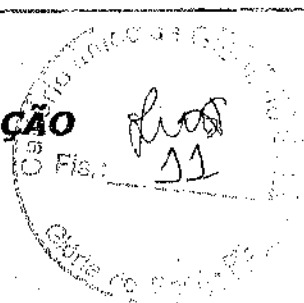
**Capítulo XIII**



Alegria de quem faz

# ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ - PE

CNPJ: 02.978.687/0001-60



## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 53. ° - O Estatuto desta Associação poderá receber alterações ou reformas que deverão ser comunicadas ao órgão concedente de radiodifusão comunitária até 30 (trinta) dias antes de sua efetivação.

Art. 54. ° - Os casos omissos serão analisados pela Diretoria Executiva e encaminhados a Assembléia Geral para referendar.

Art. 55. ° - Os dirigentes da entidade e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela associação.

Art. 56. ° - A Associação não distribuirá lucros ou dividendos a seus associados e dirigentes.

Art. 57. ° - Este Estatuto revogará o anterior, depois de aprovado pelos associados e registrado em cartório competente.

Art. 58. ° O presente Estatuto foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia de 29 de dezembro de 2010.

Art. 59. ° Este Estatuto foi revisto em Assembléia Geral Extraordinária convocado para este fim em 1º de novembro de 2014.

Art. 60. ° - Fica eleito o Foro do município de Glória do Goitá, Estado de Pernambuco, para qualquer ação fundada neste Estatuto.

Glória do Goitá, 1º de novembro de 2014.

*Alexandre Borges de Sousa Filho*  
Diretor-Presidente

*Maria do Socorro Vicente*  
Diretora Administrativa

*Emanuella Brito do Nascimento Souza*  
Diretora Operacional

*Caio Marcos da Melo Cavalcanti e Silva*  
Advogado - OAB/PE nº 36.577

Protocolo sob nº 5343 da fls. 07 do Livro 1A-04, REGIS-TRONº 3133 as fls. 49 do livro "A" nos demais, dou fe  
Glória do Goitá-PE 13 NOV 2014

O Oficial do Registro



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ - PE RÁDIO GOITACAZ FM 98,5 MHZ - CNPJ: 02.978.687/0001-60 RUA DAVID PEREIRA DO ROSÁRIO, 570, CENTRO, CEP: 53620-000 - FONE: (81) 9658-1450 - GLÓRIA DO GOITÁ - PE EMAIL: RADIOGOITACAZFM@YAHOO.COM.BR





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# REGISTRO

Cartório de Registro

HELENA FIGUEIROA DE SOUZA HOLANDA

Oficial

Substituta

Cartório de Registro

ESTADO DE: PERNAMBUCO

MUNICÍPIO DE: GLÓRIA DO GOITÁ

DISTRITO: GLÓRIA DO GOITÁ

## CERTIDÃO DE CASAMENTO

Nº 1033

Eu, HELENA FIGUEIROA DE SOUZA HOLANDA.- OFICIAL do

REGISTRO CIVIL, em virtude da lei, etc.

CERTIFICO que às fls. 217 do livro "B" "2AUX" do registro de casamentos, consta o termo de casamento, realizado no dia 28 de dezembro de 1992

de JAIME BARBOSA DE LIMA.-

com dona LINDINALVA ROSA DE SIQUEIRA.-

Ele, contraente, nascido nesta cidade, no dia primeiro de novembro de mil novecentos e sessenta e seis (12.11.1966).-

filho de João José Barbosa de Lima e Luísa Cosma de Melo Lima.-

Ela, contraente, nascida nesta cidade, no dia quinze de abril de mil novecentos e setenta e seis (15.04.1970).-

filha de José Juvenal Siqueira e Rosa Vicente de Siqueira, falecida.

A contraente após o casamento passará a usar o nome de LINDINALVA ROSA SIQUEIRA DE LIMA.-

Foram testemunhas Benedito de Souza Ferreira e Danião Gomes Pereira Filho.-

Observações: Casamento realizado na Igreja Matriz desta cidade, no dia 26.12.1992. Inscrito neste Cartório na data acima citada. Adotaram o regime de comunhão parcial de bens.-

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

GLÓRIA DO GOITÁ, 28 de dezembro de 1992.

Helena Figueiroa de Souza Holanda



Autentico a presente Cópia Fotostática Reprodução Fiel do Original que me foi exibido Em teste da verdade

Cartório Único de Registro Civil do Estado de Pernambuco





CARTÓRIO ÚNICO DE GLÓRIA DO ESTREITO  
Notarial e Registral  
Av. Rui Barbosa, nº 280-A  
Glória do Góia - PE  
Válido só com selo de autenticidade

Autentico a presente Cópia  
Fotostática Reprodução Fiel  
do Original que me foi exibido  
Em test. Amor da verdade

26 FEV. 2015

Dra. Iasmim Montarroios da Silveira Pinto  
Tabeliã em Exercício

ENCOLIMENTOS R\$	R\$	R\$	R\$
TSNR			
PERC			
TOTAL			





Fig. 1

# Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goita - PE.

## EMENTA: REFORMULAÇÃO E APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL E REGIMENTO INTERNO.

Em dias 1º de novembro de dois mil e quatorze às 17:00hs, na Sede da Sociedade 21 de Abril, sito à Rua Sete de Setembro, neste município, reuniram-se os sócios-fundadores, sócios-contribuintes, diretores, conselho fiscal, conselho comunitário, comunicadores para a Deliberação da seguinte Pauta da ordem do dia: REFORMULAÇÃO E APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL E REGIMENTO INTERNO, conforme Edital de convocação. O senhor Presidente abriu a Assembleia em 1ª convocação às 19:00hs (dezenove) horas, não havendo número legal de associados, O senhor Presidente abriu a segunda convocação 30 (trinta) minutos após, às 19:30 hs (dezenove e 30 dezoito) minutos, havendo número legal de associados o senhor presidente deu boas vindas a todos presentes. O presidente convidou o senhor Gilman dos Santos Silva, para Secretariar os trabalhos. O senhor Presidente convidou e solicitou o senhor Jaime Barbosa de Lima, para fazer a leitura do novo Estatuto Social e Regimento Interno. Após lido artigo por artigo compreendido do 1º ao 60º do Estatuto Social e do Regimento Interno do 1º ao 28º, o senhor presidente colocou os referidos artigos em discussão, ninguém discutindo, colocou os mesmos em votação, sendo

60  
02  
Folha 02 de 02

todos aprovados por unanimidade de  
votos. Não havendo mais assunto a tratar  
O Senhor presidente, perguntou quem gostava  
de usar a palavra, ninguém usando, o pre-  
sidente usou a palavra dizendo que não  
iria concorrer a reeleição da Associação,  
dise ainda que seu trabalho se encerra  
com seus serviços prestados a Associação com  
o dever cumprido. O Senhor presidente encer-  
rou a Assembleia Geral Extraordinária, e  
comunicou a todos para a próxima Assem-  
bleia ordinária para o dia 08 de novem-  
bro de 2014, às 19:00hs, na Sede da Sociedade  
21 de Abril. E para constar Eu, Gilmar dos  
Santos Silva, Secretário dos trabalhos do dia  
e laiei a presente Ata que segue assina-  
da por mim e demais membros. Glória do Getaí,  
1º de novembro de 2014. Gilmar dos Santos Silva,  
Amos Lima, Joseviclau B. dos Santos,  
Alexandre Braga, João Manoel Filho, Natália Maria da Silva,  
Maurício Gomes de Jesus, Vassoucelos,  
C. de Almeida, Adriano e Frei Gomes de Barros,  
marinho sacrochente, Bruno de Jesus, José  
Bonifácio Barbosa de Amor, Afonso, Sivaldo, Severino de  
Dima, Giovanni Baptista da Silva, Valdir Luiz de Jesus,  
Emmanuel Cintia do Nascimento, Valdir, Argemiro da Silva,  
por Amos Lima, e Zorilândia dos Santos,  
e Sivaldo Manoel Régio.



Cartório de Registro  
Dra. Iaci...  
Av. ...  
Glória do Getaí - PE

Apresentado a Registro Hoje  
Protocolo sob o nº 5945 da fls  
07 do Livro 1-A-04 REGIS-  
TRO nº 1756 às Fls. 128  
do Livro 816 nos demais, dou fé  
Glória do Getaí - PE 13 NOV 2014  
O Oficial do Registro  
D. ...









Cartório único de Gloria do G.  
 19/05/2011  
 [Handwritten signatures]

Governantes e Contribuintes da Assembleia,  
 Conselho Administrativo para o Ensino e para  
 a Nova Direção, Executiva e Conselho Fiscal  
 em 30 de Novembro de 2014

01 - José Antonio de Albuquerque Santos  
02 - José Romão de Fátima de Almeida  
03 - José Romão de Fátima de Almeida

04 05 06

Domestic for the Government

Domestic for the Government

Domestic for the Government

[illegible]

11. Jacinto Sereano de Almeida  
V. Glimon dos Santos Silva

11th May 1895

3 Maria do Socorro de Sousa Lima

1. Levinson Top of the  
1- Top of the Top of the

*Formida margaritacea*

REVISED 07/01/03

proposed to examine the contents

Handwritten signature: *[Signature]*

[illegible]

1891  
 1892  
 1893  
 1894  
 1895  
 1896  
 1897  
 1898  
 1899  
 1900  
 1901  
 1902  
 1903  
 1904  
 1905  
 1906  
 1907  
 1908  
 1909  
 1910  
 1911  
 1912  
 1913  
 1914  
 1915  
 1916  
 1917  
 1918  
 1919  
 1920  
 1921  
 1922  
 1923  
 1924  
 1925  
 1926  
 1927  
 1928  
 1929  
 1930  
 1931  
 1932  
 1933  
 1934  
 1935  
 1936  
 1937  
 1938  
 1939  
 1940  
 1941  
 1942  
 1943  
 1944  
 1945  
 1946  
 1947  
 1948  
 1949  
 1950  
 1951  
 1952  
 1953  
 1954  
 1955  
 1956  
 1957  
 1958  
 1959  
 1960  
 1961  
 1962  
 1963  
 1964  
 1965  
 1966  
 1967  
 1968  
 1969  
 1970  
 1971  
 1972  
 1973  
 1974  
 1975  
 1976  
 1977  
 1978  
 1979  
 1980  
 1981  
 1982  
 1983  
 1984  
 1985  
 1986  
 1987  
 1988  
 1989  
 1990  
 1991  
 1992  
 1993  
 1994  
 1995  
 1996  
 1997  
 1998  
 1999  
 2000  
 2001  
 2002  
 2003  
 2004  
 2005  
 2006  
 2007  
 2008  
 2009  
 2010  
 2011  
 2012  
 2013  
 2014  
 2015  
 2016  
 2017  
 2018  
 2019  
 2020  
 2021  
 2022  
 2023  
 2024  
 2025  
 2026  
 2027  
 2028  
 2029  
 2030  
 2031  
 2032  
 2033  
 2034  
 2035  
 2036  
 2037  
 2038  
 2039  
 2040  
 2041  
 2042  
 2043  
 2044  
 2045  
 2046  
 2047  
 2048  
 2049  
 2050  
 2051  
 2052  
 2053  
 2054  
 2055  
 2056  
 2057  
 2058  
 2059  
 2060  
 2061  
 2062  
 2063  
 2064  
 2065  
 2066  
 2067  
 2068  
 2069  
 2070  
 2071  
 2072  
 2073  
 2074  
 2075  
 2076  
 2077  
 2078  
 2079  
 2080  
 2081  
 2082  
 2083  
 2084  
 2085  
 2086  
 2087  
 2088  
 2089  
 2090  
 2091  
 2092  
 2093  
 2094  
 2095  
 2096  
 2097  
 2098  
 2099  
 2100  
 2101  
 2102  
 2103  
 2104  
 2105  
 2106  
 2107  
 2108  
 2109  
 2110  
 2111  
 2112  
 2113  
 2114  
 2115  
 2116  
 2117  
 2118  
 2119  
 2120  
 2121  
 2122  
 2123  
 2124  
 2125  
 2126  
 2127  
 2128  
 2129  
 2130  
 2131  
 2132  
 2133  
 2134  
 2135  
 2136  
 2137  
 2138  
 2139  
 2140  
 2141  
 2142  
 2143  
 2144  
 2145  
 2146  
 2147  
 2148  
 2149  
 2150  
 2151  
 2152  
 2153  
 2154  
 2155  
 2156  
 2157  
 2158  
 2159  
 2160  
 2161  
 2162  
 2163  
 2164  
 2165  
 2166  
 2167  
 2168  
 2169  
 2170  
 2171  
 2172  
 2173  
 2174  
 2175  
 2176  
 2177  
 2178  
 2179  
 2180  
 2181  
 2182  
 2183  
 2184  
 2185  
 2186  
 2187  
 2188  
 2189  
 2190  
 2191  
 2192  
 2193  
 2194  
 2195  
 2196  
 2197  
 2198  
 2199  
 2200  
 2201  
 2202  
 2203  
 2204  
 2205  
 2206  
 2207  
 2208  
 2209  
 2210  
 2211  
 2212  
 2213  
 2214  
 2215  
 2216  
 2217  
 2218  
 2219  
 2220  
 2221  
 2222  
 2223  
 2224  
 2225  
 2226  
 2227  
 2228  
 2229  
 2230  
 2231  
 2232  
 2233  
 2234  
 2235  
 2236  
 2237  
 2238  
 2239  
 2240  
 2241  
 2242  
 2243  
 2244  
 2245  
 2246  
 2247  
 2248  
 2249  
 2250  
 2251  
 2252  
 2253  
 2254  
 2255  
 2256  
 2257  
 2258  
 2259  
 2260  
 2261  
 2262  
 2263  
 2264  
 2265  
 2266  
 2267  
 2268  
 2269  
 2270  
 2271  
 2272  
 2273  
 2274  
 2275  
 2276  
 2277  
 2278  
 2279  
 2280  
 2281  
 2282  
 2283  
 2284  
 2285  
 2286  
 2287  
 2288  
 2289  
 2290  
 2291  
 2292  
 2293  
 2294  
 2295  
 2296  
 2297  
 2298  
 2299  
 2300  
 2301  
 2302  
 2303  
 2304  
 2305  
 2306  
 2307  
 2308  
 2309  
 2310  
 2311  
 2312  
 2313  
 2314  
 2315  
 2316  
 2317  
 2318  
 2319  
 2320  
 2321  
 2322  
 2323  
 2324  
 2325  
 2326  
 2327  
 2328  
 2329  
 2330  
 2331  
 2332  
 2333  
 2334  
 2335  
 2336  
 2337  
 2338  
 2339  
 2340  
 2341  
 2342  
 2343  
 2344  
 2345

Gravidade Estática da Silva

10/11/2019

- 28 - Manoel de Almeida
- 29 - Helena Maria Alves de Sousa
- 30 - Almeida Pinheiro Junior
- 31 - Adriano José Gomes de Sousa
- 32 - Jilson Borges dos Santos
- 33 - Valdeci Augusto da Silva
- 34 - Luiza Maria da Silva Neu Costa
- 35 - Natalia Maria da Silva
- 36 - G<sup>o</sup> do Carmo B. Filho
- 37 - Fatima de Carmo da Silva Neu
- 38 - Caspary
- 39 - Manoel Antonio
- 40 - Alexandre Constantino dos Santos
- 41 - Eduardo Albuquerque
- 42 - Rivaldo S. Mendes
- 43 - Antonio Ferreira de Carvalho

Cartório único de Glória do Goitá  
Fls.: 62  
02  
Glória do Goitá - PE

Cartório único de Glória do Goitá  
Fls.: 62  
02  
Glória do Goitá - PE  
Tribuna de Justiça  
de Pernambuco  
Cartório Notarial e Registral  
de Glória do Goitá - PE  
ANRG-PE  
ACC018975

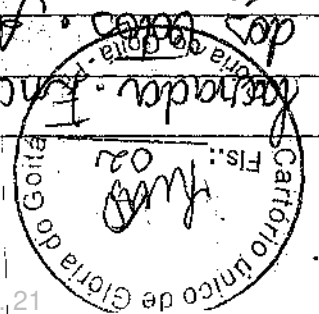
Apresentado hoje  
Protocolo sob o nº 5.949 das fls. 07  
do Livro I A-04 REGISTRO nº 1.759  
às fls. 129 do Livro B1E  
Nos demais dou fé.  
Glória do Goitá - PE 05 DEZ. 2014  
Oficial do Registro  
Dra. Jasmin Montarroyos da Silveira Pinto

Cartório único de Glória do Goitá  
Notarial e Registral  
Dra. Jasmin Montarroyos da Silveira Pinto  
Tabelião em Exercício  
Av. Rui Barbosa, nº 280 - A  
Glória do Goitá - PE - CEP: 55620-060

Cartório único de Glória do Goitá  
Fls.: 62  
02  
Glória do Goitá - PE

Aos trinta dias do mês de novembro de mil e oito mil e quatorze das oito às onze horas da manhã na sede da Sociedade Mortuária 25 de Abril, sito à rua sete de setembro, neste município, reuniram-se em assembleia geral extraordinária, os sócios fundadores, beneméritos e contribuintes para eleição e posse da nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal para um mandato de quatro anos. Havendo número legal conforme ata de presença acima. A Comissão Eleitoral, formada por, Maria de Fátima de Santana, Adriano José Gomes de Barros e Valdeci Augusto da Silva, deram boas vindas a todos e apresentaram a composição da chapa única para concorrer a eleição da ADMGG. A eleição se procedeu de forma tranqüila e através do voto secreto na cédula de votação e depositada na urna





Encerrada a votação, foi elevada a chapas únicas com 42 votos

validos correspondente a 97,67% dos votos. Votos nulos

1 correspondente a 3,32% dos votos. Não houve votos em

branco. Encerrada a apuração foram proclamados

eleitos e empossados pela Comissão eleitoral para a

Diretoria Executiva: Diretor Presidente - Jaime Barbosa

de Lima, RG: 3.088.241, órgão expedidor SSP/PE, CPF

460.898.374-15, estado civil - casado, Prof. Ms. Aulerio,

Endereço Rua Capão Verde da Penha n: 27 - Glória do Goia -

PE, Vice - PRESIDENTE - Gilmar dos Santos Silva, RG 5.239.381

órgão expedidor: SSP/PE, CPF: 023.831.784-62, estado

civil: solteiro, Radialista, Endereço Rua P. Joaquim

Júnior n: 260 - Glória do Goia - PE, PRIMEIRA SECRETARIA -

Joverilda Marques Monteiro, RG: 5.456.388, órgão expedidor

SSP/PE, CPF: 028.722.334-58, estado civil: solteiro, Prof. Ms.

te. engenharia, endereço: Av. Rui Barbosa n: 800 - Glória

do Goia - PE, SEGUNDO SECRETARIO - Jov. Bonifácio Barbosa

de Almeida, RG: 1.455.093, órgão expedidor SSP/PE

CPF: 137.283.994-00, estado civil: casado, Prof. Ms. Fun

Publico, Endereço Rua Est. de Selenio n: 322 - Glória do

Goia - PE, PRIMEIRO TESOUREIRO - Reinaldo Severino

Maunho, RG: 3.6649-PM/PE, órgão expedidor SSP/PE, CPF:

377.630.564-04, estado civil: casado, Prof. Ms. Milton

Endereço Rua. Sevinha, Nova Glória n: 430 - Glória do

Goia - PE, SEGUNDO TESOUREIRO - Givanildo Batista da

Silva, RG: 4.777.467, órgão expedidor SSP/PE, CPF: 932.

720.224-49, estado civil: solteiro, Prof. Ms. Autônomo

Endereço Rua. José Paixão da Silva n: 52 - Glória do

Goia - PE, Conselho Fiscal Titular - Natália Maria da

Silva, RG: 8.090.840, órgão expedidor SSP/PE - CPF: 095.

903.034-47, estado civil: solteiro, Prof. Ms. Radialista

Endereço: Rot. Nova Senhora Auxiliadora n: 02 - Glória

do Goitã-PE. TITULAR - Sivaldo Severino de Lima, RG 4.495.644, órgão expedidor: SDS-PE, CPF: 868.038.674-04, estado

civil, casado, Profissão; Fun. Público; endereço R. Beop

G. de Souza Costa n. 28 - Glória do Goitã - PE. TITULAR

Renildo Manoel Rufino, RG, 4.233.030, órgão expedidor

SSPIPE; CPF. 795.467.344-53, estado civil, casado; Pro

fissão; Agricultor; endereço Rua, Massaranduba n. 75 Gló

ria do Goitã - PE. CONSELHO FISCAL SUPLENTE - Fatima de Car

da Silva Nery, RG; 2.480.845, órgão expedidor: SSPIPE; CPF

438.328.224-53, estado civil, casada, Profissão; Professora

endereço Rua Madre de Deus n. 310 - Glória do Goitã - PE.

SUPLENTE - Rinaldo Barbosa de Lima, RG; 4.545.380, or

gão expedidor; SSPIPE; CPF 856.903.044-34, estado civil;

casado, Profissão; Fun. Público; endereço R. Prof. José Cor

reia de Oliveira n. 42 - Glória do Goitã - PE - SUPLENTE -

Demostenes José do Nascimento, RG; 7.179.324, órgão exped

idor; SSPIPE, CPF; 065.803.364-63, estado civil: casado, Pro

fissão autônoma, endereço; Sítio Mutuca, zona Rural 51 n. Gló

ria do Goitã - PE. Não havendo mais assunto a tratar a Com

issão Eleitoral proclamou os resultados e empousou a nova

Diretoria Executiva e Conselho Fiscal e seus suplentes na

investidura dos cargos. E para constar Eu Carla Ale

xandra da Silva Nery convidada e designada pela

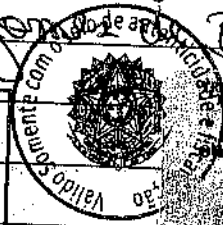
Comissão Eleitoral secretariei os trabalhos do dia e

elaborei a presente ata depois de lida e aprovada que

segue assinada por mim e pela comissão eleitoral.

Glória do Goitã, 30 de novembro de 2014. *Carla Ale*  
*Xandra da Silva Nery*  
*Secretária*

Cartório Único de Glória do Goitã  
Notarial e Registral  
Dra. Jasmim Montarroyos da Silveira Pinto  
Tabelião em Exercício  
Av. Rui Barbosa, nº 280 - A  
Glória do Goitã - PE - CEP: 55620-000



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DE PERNAMBUCO  
Ato Notarial  
de Registro  
ANBREG-PE  
ACX018974

Apresentado hoje  
Protocolo sob o nº 5950 das fls. 01  
do Livro I A-04 REGISTRO nº 1260  
às fls. 130 do Livro B/E  
Nos demais dou fé.  
Glória do Goitã - PE 05 DEZ. 2014  
Oficial do Registro  
*Carla Ale Xandra da Silva Nery*



# República Federativa do Brasil

EMOLUMENTOS  
TSNR \_\_\_\_\_ R\$ 44,20  
TOTAL \_\_\_\_\_ R\$ 44,20  
LEI 11.404/2007



Maria Joseane R. de Siqueira Araújo  
Oficial do Registro Civil do  
1º Distrito de Glória do Gostá - PE  
Em Exercício Cumulativo



ESTADO D. e Pernambuco  
MUNICÍPIO D. e Glória do Gostá 1º DISTRITO D. e Glória do Gostá

## CERTIDÃO DE NASCIMENTO

Maria Joseane R. de Siqueira Araújo

Oficial

Em exercício Cumulativo, em virtude da Lei etc...  
N.º 0 5446.

FLS. 2014

CERTIFICO que no livro n.º A-4 de assentamentos, de nascimento, foi feito  
no dia 31 do mês de Janeiro do ano de 1980.  
o registro de Gilmar dos Santos Silva.  
do sexo, masculino de cor

nascido no dia dezoito de Abril de mil Novecentos e  
setenta e sete (18-04-1977).  
às 11:00 horas em Sítio Malheiros, deste Distrito PE.

filho de Manoel Laurentino dos Santos  
e Maria José dos Santos Silva.

São avós paternos João Laurentino dos Santos  
e Maria Cecília da Conceição.

avós maternos Vicente Francisco de Paula  
e Josefa Luciano dos Santos.

foi declarado o Genitor.

Testemunhas João - José Barbosa de Lima  
José Gomes de Souza.

O referido é verdade e dou fé. Subscrito e Assinado.

Observações 2ª via.



CARTÓRIO ÚNICO DE GLÓRIA DO GOSTÁ  
Notarial e Registral  
Av. Rui Barbosa, nº 280-A  
Glória do Gostá - PE  
Válido só com selo de autenticidade

Dr. Joaquim Montalvão da Silveira Pinto  
Tabela em Exercício  
Autenticado a presente Cópia  
Fotostática Reprodução Fiel  
do original que me foi exibido  
Em 06/FEV/2015  
da verdade

EMOLUMENTOS R\$  
TSNR R\$  
FERC R\$  
TOTAL R\$ 44,20

Glória do Gostá 23.01.2015





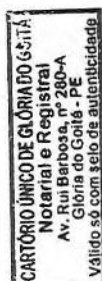
MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal  
Cadastro de Pessoas Físicas

## COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número  
**023.831.784-62**Nome  
**GILMAR DOS SANTOS SILVA**Nascimento  
**18/04/1977**

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE  
**0B51.8513.CF75.9400**A autenticidade deste comprovante deverá  
ser confirmada na Internet, no endereço**www.receita.fazenda.gov.br**Comprovante emitido pela  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
às 12:35:03 do dia 12/02/2015 (hora e data de Brasília)  
dígito verificador: 00Autentico a presente Cópia  
Fotostática Reprodução Fiel  
do Original que me foi exibido  
Em testº meu da verdade

26 FEV. 2015

Dra. Iasmim Montarroios da Silveira Pinto  
Tabeliã em Exercício

ENCOLMENTOS	R\$	R\$	R\$	R\$
TSNR				
PERC				
TOTAL				





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

## CERTIDÃO DE CASAMENTO

NOMES:

REINALDO SEVERINO MARINHO

JOSETE MARIA BARBOSA

MATRÍCULA:

0744680155 1990 3 00002 175 0000950 26

Cartório do Registro Civil  
Glória do Goitá - PE  
Rua Eurípides Borges, nº 35 - Centro  
CNPJ: 10.234.321/0001-04  
Fone: (81) 3658-1438  
Rilton Gomes Feitosa - Oficial em Exercício

**ELE** contraente, brasileiro, natural de Glória do Goitá - PE, solteiro, nascido no dia quatorze de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e seis (14/09/1966), filho de Josefa Rosa da Conceição.

**ELA** contraente, brasileira, natural de Carpina - PE, solteira, nascida no dia nove de maio do ano de mil novecentos e setenta (09/05/1970), filha de Antônio José Barbosa e de Marinete Maria da Conceição.

DATA DO REGISTRO DE CASAMENTO	DIA	MÊS	ANO
vinte e três de maio de mil novecentos e noventa	23	05	1990

REGIME DE BENS DO CASAMENTO:

COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS

NOME QUE CADA UM DOS CÔNJUGES PASSOU A UTILIZAR:

REINALDO SEVERINO MARINHO

JOSETE MARIA BARBOSA MARINHO

OBSERVAÇÕES/AVERBAÇÕES:

Registro de Casamento nº 950, fls. 175V, Livro B-02-AUX.

O registro contém averbação a margem do termo, conforme mandado de Averbação nº 2011.0867.004936, dos autos de Ação de Retificação de Registro Civil (Processo de nº 0000554-91.2011.8.17.0650), que em virtude da Sentença prolatada em data de 12/09/2011, pela Dr.<sup>a</sup>. Wilka Pinto Vilela, Juíza de Direito desta Comarca, com trânsito em julgado na forma da lei.

Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais Sede de Glória do Goitá - PE  
RILTON GOMES FEITOSA - OFICIAL  
Glória do Goitá - PE  
Rua Eurípides Borges, nº 35, Centro,  
CEP - 55.620-000  
TEL/FAX: (81) 3658-1438  
e-mail: cartoriocivildeseglória\_rilton@hotmail.com

O conteúdo da Certidão é verdadeira. Dou fé.

Glória do Goitá, 11 de Outubro de 2011.



Autentico a presente Cópia Fotostática. Reprodução Fiel do Original que me foi exibido. Em testº da verdade

26.FEV. 2015

Dra. Yasmin Montarroyos da Silveira Pinto  
tabeliã em Exercício



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

**Receita Federal**  
Cadastro de Pessoas Físicas

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO**

Número  
**377.610.564-04**

Nome  
**REINALDO SEVERINO MARINHO**

Nascimento  
**14/09/1966**

**VALIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO**



CARTÓRIO ÚNICO DE GLÓRIA DO GATÁ  
Notariar e Registral  
Av. Rui Barbosa nº 280-A  
Glória do Gatá - PE  
Valido só com selo de autenticidade

Autentico a presente Cópia  
Fotostática Reprodução Fiel  
do Original que me foi exibido  
Em testº auto da verdade

26 FEV 2015

Dra. Iasmim Montarros da Silveira Pinto  
Tabeliã em Exercício

EMOLUMENTOS R\$	
TSN R\$	
FERC R\$	
TOTAL R\$	

**CÓDIGO DE CONTROLE**  
**0AF5.D3BE.A6F3.4A78**

A autenticidade deste comprovante deverá  
ser confirmada na Internet, no endereço  
**www.receita.fazenda.gov.br**

Comprovante emitido pela  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

as 10:37:46 do dia 21/10/2011 (hora e data de Brasília)

digito verificador: 00



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Estado de Pernambuco  
Secretaria de Defesa Social  
**POLÍCIA MILITAR**

REINALDO SEVERINO MARINHO

CABO PM

36649 RG

*Reinaldo Severino Marinho*  
ASSINATURA

VALIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL



CARTÓRIO ÚNICO DE GLÓRIA DO GOIÁ  
Notarial e Registral  
Av. Rui Barbosa nº 200-A  
Glória do Goitá - PE  
Válido só com selo de autenticidade

Autentico a presente Cópia  
Fotostática Reprodução Fiel  
do Original que me foi exibido  
Em testº *assinado* da verdade

26 FEV 2015

Dra. Iasmim Montarroios da Silveira Pinto  
Tabeliã em Exercício

ENLUTAMENTOS	R\$	R\$	R\$	R\$
TSNR				
FERC				
TOTAL				

CABINETE DE IDENTIFICAÇÃO - PMPE

PM -XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX-

MÃE JOSINEIA ROSA DA CONCEIÇÃO

DATA DE NASCIMENTO 14/09/1966 MATRÍCULA 00302910

NATURALIDADE GLÓRIA DO GOIÁ-PE

TÍTULO ELEITORAL 10184850868 ZONA 021 SEÇÃO 054

CPE 377 610 564-04 FD

RG 194.667.412-012

OGS. PÓSITIVO

AO PORTADOR É PERMITIDO O PORTE DE ARMA NOS  
TERMOS DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

25/01/2017

CHEFE DO CABINETE DE IDENTIFICAÇÃO - PMPE

DECRETO Nº 11.777, DE 25 DE MAIO DE 2000



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



REGISTRO CIVIL

ESTADO DE PERNAMBUCO  
COMARCA DE GLÓRIA DO GOITÁ  
MUNICÍPIO DE GLÓRIA DO GOITÁ

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL  
Glória do Goitá - PE.  
Arlene Pereira Siqueira e Castro  
Mariana Figueiredo

ARILENE PEREIRA SIQUEIRA E CASTRO

Oficial do Registro Civil

Certidão de Nascimento

CERTIFICO que, às fls. 475 do Livro A -8, sob N.º de  
Ordem, 9346 foi lavrado o assento nascimento de Guarildo  
Batista da Silva  
do sexo masculino, nascido no dia quatorze de  
abril de mil noventa e sete e três  
às 10 horas e - minutos, em Glória do Goitá - PE  
e de Dona Raimunda Batista da Silva  
Sendo avós paterno  
e Dona Francisca Joana da Conceição  
e avós maternos Jose Batista da Silva, dito, de Souza  
e Dona Virgínia Josefa da Conceição  
O assento foi lavrado em 29 de junho de 1983 tendo sido declarante  
o genitor  
e serviram de testemunhas Jose Laurentino dos Santos  
e Artur Samuel da Cugas Neto.  
Observações: 2-M



CARTÓRIO JÚNICO DE GLÓRIA DO GOITÁ  
Notaria e Registral  
Av. Rui Barbosa, 1 - PE  
Válido só com este de autenticidade

Autentico a presente Cópia  
Fotostática Reprodução Fiel  
do Original que me foi exibido  
Em test. da da verdade

26 FEV. 2015

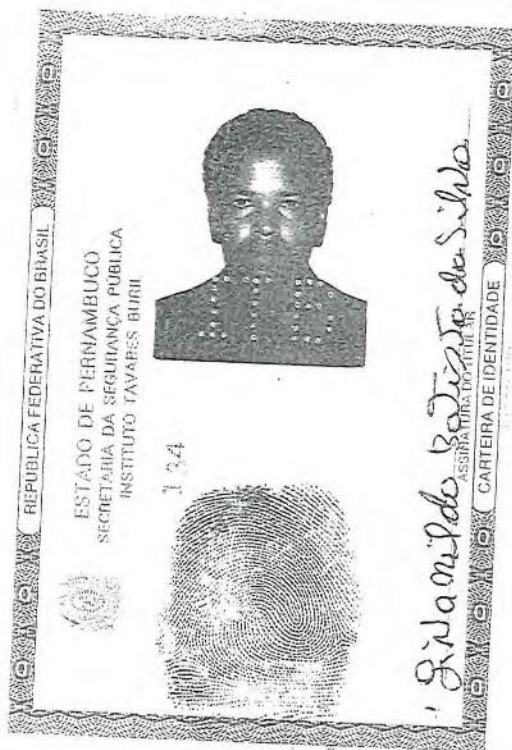
Dra. Iasmim Montarros da Silveira Pinto  
Tabeliã em Exercício

O referido é verdade e dou fé.

Glória do Goitá, 03 de novembro de 1988.

Arlene Pereira Siqueira e Castro





CARTÓRIO ÚNICO DE GLORINDO GENTA  
Notarial e Registral  
Av. Rui Barbosa, nº 280-A  
Glória do Goitá - PE  
Válido \$9 com selo de autenticidade

Autentico a presente Cópia  
Fotostática Reprodução Fiel  
do Original que me foi exibido  
Em test<sup>o</sup> auto da verdade

26 FEV. 2015

Dra. Iasmim Montarroios da Silveira Pinto  
Tabeliã em Exercício

EMOLUMENTOS R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
TSNR	FERC	TOTAL		



CARTÓRIO ÚNICO DE GLORINDO GENTA  
Notarial e Registral  
Av. Rui Barbosa, nº 280-A  
Glória do Goitá - PE  
Válido \$9 com selo de autenticidade

Autentico a presente Cópia  
Fotostática Reprodução Fiel  
do Original que me foi exibido  
Em test<sup>o</sup> auto da verdade

26 FEV. 2015

Dra. Iasmim Montarroios da Silveira Pinto  
Tabeliã em Exercício

EMOLUMENTOS R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
TSNR	FERC	TOTAL		

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

NOME: GLIVANILDO BATISTA DA SILVA

DATA DE EMISSÃO: 05/05/1992

FILIAÇÃO: Eudriano Luiz da Silva e Palmunda Batista da Silva

NATURALIDADE: Vit. de São Antônio PE

DOC. ORIGEM: MASC. N9346 PIS. 475 LIV. A. 8

CIF: Cart. de Glória do Goitá PE

DATA DE NASCIMENTO: 14/04/1973

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

EST. CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF E DE USO OBRIGATORIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS. PARA QUALQUER OBTENÇÃO DE NATUREZA TRIBUTARIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DO DEPARTAMENTO DA RECEITA FEDERAL.

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CARTÃO DO AGENTE EMISSOR

A R F - Vitória S/O, Antônio PE

Mat. 400.149.0

MA TRIBUTAÇÃO ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

COPIADO POR INSCRIÇÃO NOTARIAL DO IOR



# República Federativa do Brasil

## REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

### CERTIDÃO DE NASCIMENTO

NOME:

**JOSENILDA MARQUES MONTEIRO**

MATRÍCULA:

**0744680155 1977 1 00001 176 0001779 71**



DATA DE NASCIMENTO:	DIA	MÊS	ANO
DEZESSEIS DE JULHO DE MIL NOVECENTOS E SETENTA E SETE	16	07	1977

HORA DE NASCIMENTO:	MUNICÍPIO DE NASCIMENTO:
19:00 HS	GLÓRIA DO GOITÁ - PE

MUNICÍPIO DE REGISTRO:	LOCAL DE NASCIMENTO:	SEXO:
GLÓRIA DO GOITÁ - PE	EM SÍTIO CACHOEIRA	FEMININO

FILIAÇÃO:	
VALDEMAR FRANCISCO MONTEIRO	TEREZA MARQUES MONTEIRO

AVÓS PATERNOS:	AVÓS MATERNOs:
ANTÔNIA MARIA DA CONCEIÇÃO	CÍCERO MARQUES TAVARES SEVERINA JOAQUINA DA CONCEIÇÃO



GÊMEOS:	NOME E MATRÍCULA DOS GÊMEOS:
NÃO	*****

DATA DO REGISTRO:	DIA	MÊS	ANO
VINTE E UM DE JULHO DE MIL NOVECENTOS E SETENTA E SETE	21	07	1977

TESTEMUNHAS:
MANOEL ADELINO DO NASCIMENTO E SEVERINA JOAQUINA

OBSERVAÇÕES/AVERBAÇÕES: 2ª VIA.
A presente certidão não contém anotação.

<b>CARTÓRIO ÚNICO DE GLÓRIA DO GOITÁ</b> Notarial e Registral Av. Rui Barbosa, nº 35 - PE Glória do Goitá - PE Válido só com selo de autenticidade	Autentico a presente Cópia Fotostática Reprodução Fiel do Original que me foi exibido em test. da verdade	
	26 FEV 2015	
	Dra. Iasmim Montarros da Silveira Pinto	
	Tabellã em Exercício	
	ENCARGAMENTOS R\$	TSNR R\$
	PERC R\$	TOTAL R\$

Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais Sede de Glória do Goitá - PE  
**RILTON GOMES FEITOSA - OFICIAL**  
 Glória do Goitá - PE  
 Rua Euripides Borges, nº 35, Centro,  
 CEP - 55.620-000  
 TEL/FAX: (81) 3658-1438  
 e-mail: cartoriocivildeseglória\_rilton@hotmail.com

O conteúdo da Certidão é verdadeira. Dou fé.

Glória do Goitá, 07 de abril de 2010.

*Rilton Gomes Feitosa*  
**Rilton Gomes Feitosa**  
 Oficial

**RECONHECER FIRMA**  
 Serviço Notariais Arnaldo Maciel  
 Rua: Siqueira Campos, 94/100  
 Fone: 3224-7433 - Fax: 3424-1010  
 CEP: 50010-010 - Recife - PE  
 Cód. 467428

**Cartório do Registro Civil**  
 Glória do Goitá - PE  
 Rua Euripides Borges, nº 35 - Centro  
 CNPJ: 10.234.321/0001-04  
 Fone: (81) 3658-1438  
 Rilton Gomes Feitosa - Oficial em Exercício

EMOLUMENTOS	25,28
TSNR	5,06
TOTAL	30,34

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO.

**Estado de Pernambuco**





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO **CAC-01**

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BURIL

POLEGAR DIREITO

*Josenilda Marques Monteiro*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.456.188

DATA DE EXPEDIÇÃO 16/04/2010

NOBRE << JOSENILDA MARQUES MONTEIRO >>

FILIAÇÃO << VALDEMAR FRANCISCO MONTEIRO >>

<< TEREZA MARQUES MONTEIRO >>

NATURALIDADE GLÓRIA DO GOITÁ - PE

DATA DE NASCIMENTO 16/07/1977

DOI: ORIGEM << 0744660155 1977 1 00001 176 >>

CPF 0001779 71 GLÓRIA DO GOITÁ-PE >>

ASSINATURA DO TITULAR: S. Carneiro Leão

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal  
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número  
028.722.334-58

Nome  
JOSENILDA MARQUES MONTEIRO

Nascimento  
16/07/1977

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CARTÓRIO ÚNICO DE GLÓRIA DO GOITÁ  
Notarial e Registral  
Av. Rui Barbosa, nº 280-A  
Glória do Goitá - PE  
Válido só com selo de autenticidade

Autentico a presente Cópia  
Fotostática Reprodução Fiel  
do Original que me foi exibido  
Em testº *Luiz* da verdade

26 FEV. 2015

Dra. Iasmim Montarroios da Silveira Pinto  
Tabeliã em Exercício

EMOLUMENTOS R\$	R\$	R\$	R\$
TSNR			
PERC			
TOTAL			



CARTÓRIO ÚNICO DE GLÓRIA DO GOITÁ  
Notarial e Registral  
Av. Rui Barbosa, nº 280-A  
Glória do Goitá - PE  
Válido só com selo de autenticidade

Autentico a presente Cópia  
Fotostática Reprodução Fiel  
do Original que me foi exibido  
Em testº *Luiz* da verdade

26 FEV. 2015

Dra. Iasmim Montarroios da Silveira Pinto  
Tabeliã em Exercício

EMOLUMENTOS R\$	R\$	R\$	R\$
TSNR			
PERC			
TOTAL			





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE Pernambuco

Município de Glória do Goitá

Distrito Glória do Goitá

## CERTIDÃO DE CASAMENTO

Arilene Pereira Siqueira e Castro

oficial do Registro Civil

em Face da Lei etc.

CERTIFICO por me ser pedido, que no livro nº B-1 do registro de casamentos, em meu poder e cartório á folhas 66v, sob o n.º 253 consta o termo de casamento, realizado neste distrito em 20 de outubro de 1983, de

José Bonifacio Barbosa de Arruda Leite ex.x. x.x. x.x. com dona

Marly da Costa Borba. x.x. x.x. x.x. x.x. ele, contraente

nascido Nesta Cidade, no dia dois de maio de mil novecentos e cinquenta e //

seis. (02.05.1956) x.x. x.x. x.x. x.x.

filho de Manoel Barbosa Leite e Ana Arruda Leite. x.x. x.x.

x.x. x.x.x. x.x.x. x.x.x. x.x.x.

ela, contraente nascida Nesta Cidade, no dia vinte e nove de junho de mil nove-

centos e cinquenta e nove. (29.06.1959) x.x.x. x.x. x.x. x.

filha de José da Costa Borba Filho e Severina Cassiano Pereira. x.x.

x.x.x. x.x.x. x.x.x. x.x.x. x.x.x. x.x.

a nubente após o casamento passou a usar o nome de Marly da Costa Borba Leite.

x.x.x. x.x. x.x. x.x. x.x. x.x. x.x.

Foram testemunhas: Marcos José de Oliveira e Raquel Barbosa de Arruda Leite.

Observações Casamento realizado neste cartório, na data acima citada, adotaram/ o regime da comunhão Universal de bens. x.x. x.x. x.x.



Autentico a presente Cópia Fotostática Reprodução Fiel do Original que me foi exibido Em test. da verdade

26 FEV. 2015

Dra. Iasmim Montarros da Silveira Pinto  
Tabelião em Exercício

O referido é verdade do que dou fé.

Glória do Goitá

20 de outubro de 1983

Arilene Pereira Siqueira e Castro  
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

(MOD. 3)





Autentico a presente Cópia  
Fotostática Reprodução Fiel  
do Original que me foi exibido  
Em testº Luz da verdade  
26 FEV. 2015  
Dra. Iasmim Montarros da Silveira Pinto  
Tabeliã em Exercício



Autentico a presente Cópia  
Fotostática Reprodução Fiel  
do Original que me foi exibido  
Em testº Luz da verdade  
26 FEV. 2015  
Dra. Iasmim Montarros da Silveira Pinto  
Tabeliã em Exercício





# República Federativa do Brasil



ESTADO DE PERNAMBUCO  
MUNICIPIO DE GLORIA DO GOITÁ

1º DISTRITO DE GLORIA DO GOITÁ

## CERTIDÃO DE NASCIMENTO

TEREZA RODRIGUES DE SIQUEIRA

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

EM VIRTUDE DA LEI ETC.

N.º 1901

FLS. 207.

CERTIFICO que no livro n.º A-01 de assentamentos, de nascimento foi feito  
no dia DOZE (12) do mês setembro do ano de 1977.

o registro de Sivaldo Severino de Lima  
do sexo masculino.

nascido vezesete de maio de mil nozentos e  
setenta e seis (17.05.1976)  
às 02:30 horas nesta cidade.

filho de Severino José de Lima  
natural deste Estado.

e de Maria das Graças de Santana  
natural deste Estado.

São avós paternos Bernardina Maria de Lima  
e

avós maternos José Soares de Santana  
e Corélia Soares de Santana.

foi declarante o Genitor

Testemunhas João Alves de Oliveira e  
Adão Correia da Silva.

O referido é verdade e dou fé. Subscrito e assinado.

Observações 2ª via.



Da. Jasmim Montarinos da Silveira Pinto  
Tabeli em Exercício  
Em teste: 26.FEV.2015  
Fotostática e Reprodução Fiel  
do Original que me foi exibido  
da verdade

EMOLUMENTOS R\$	
TSNR R\$	
FERG R\$	
TOTAL R\$	

Glória do Goitá, 17 de maio de 2000

Tereza Rodrigues de Siqueira  
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL  
EM EXERCÍCIO CUMULATIVO



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL **4.495.644** DATA DE EXPEDIÇÃO **30.04.2000**

**SIVALDO SEVERINO DE LIMA**

FILIAÇÃO  
SEVERINO JOSÉ DE LIMA  
MARIA DAS GRAÇAS DE SANTANA

NATURALIDADE **GLÓRIA DO GOITÁ-PE** DATA DE NASCIMENTO **17.05.1976**

**C.N. 1901 LV. 1-A FL. 207 CART. GLORIA DO GOITÁ-PE**

ASSINATURA DO DIRETOR  
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, DE USO OBRIGATÓRIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS. PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

CARIMBO DO AGENTE EMISSOR

**04.1.01.00.06**

**220990**

ASSINATURA DO AGENTE EMISSOR

OME, MATRÍCULA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO APROVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF

CARTÓRIO ÚNICO DE GLÓRIA DO GOITÁ-PE  
Notarial e Registral  
Av. Rui Barbosa, nº 280-A  
Glória do Goitá - PE  
Válido só com selo de autenticidade

Autentico a presente Cópia Fotostática Reprodução Fiel do Original que me foi exibido Em testº *Ass* da verdade

*28 FEB 2015*

EMOLUMENTOS R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
TSNR				
FERC				
TOTAL				



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO E-09R38

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BURL

**SIVALDO SEVERINO DE LIMA**

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DE SERVIÇOS GERAIS

868038674 04

17.05.76

Nome Completo

Assinatura

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DE SERVIÇOS GERAIS

868038674 04

17.05.76

Nome Completo

Assinatura

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

EMOLUMENTOS R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
TSNR				
FERC				
TOTAL				

Autentico a presente Cópia Fotostática Reprodução Fiel do Original que me foi exibido Em testº *Ass* da verdade

*28 FEB 2015*

Dra. Iasmim Montarros da Silveira Pinto  
Tabeliã em Exercício

Válido só com selo de autenticidade  
CARTÓRIO ÚNICO DE GLÓRIA DO GOITÁ-PE  
Notarial e Registral  
Av. Rui Barbosa, nº 280-A  
Glória do Goitá - PE







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - 1ª  
REGISTRO CIVIL



ESTADO DO Pernambuco  
MUNICÍPIO Gloria do Gostá DISTRITO Gloria do Gostá

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

Helena Figueira de Souza Holanda oficial do Registro Civil  
N.º 15518 FLS. 164

CERTIFICO que no livro n.º A-14 de assentamentos, de nascimentos foi feito  
no dia 25 do mês de junho do ano de 1992.  
o registro de Natalia Maria da Silva  
do sexo, feminino de cor  
nascida no dia 13 de março de 1990.

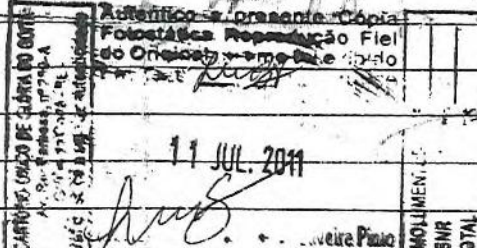
as 10 horas da manhã em presença de dois testemu-  
nhas filha de Manoel Laurentino da Silva e  
Ysileine Maria da Silva.

são avós paternos João Laurentino da Silva e dos  
Santos e Maria Cecília da Silva  
avós maternos Cecília Inácio da Silva  
e Maria José da Silva  
foi declarante o pai

Testemunhas (José) Alberto de Souza e Benedita

O referido é verdade e dou fé

Observações: 1ª via



Gloria do Gostá, 25 de junho de 1992  
Helena Figueira de Souza Holanda

CARTÓRIO ÚNICO DE GLORIA DO GOSTÁ  
Notarial e Registral  
Av. Rui Barbosa, nº 280-A  
Av. Gloria do Gostá - PE  
Válido só com selo de autenticidade

Autentico a presente Cópia  
Fotostática Reprodução Fiel  
do Original que me foi exibido  
Em testº da verdade

26 FEV. 2015

Dra. Iasmim Montarroyos da Silveira Pinto  
Tabelião em Exercício

EMOLUMENTOS	R\$	R\$	R\$
TSNR			
FERC			
TOTAL			





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 8.090.810 DATA DE EXPEDIÇÃO 10/07/2008

NOME << NATALIA MARIA DA SILVA >>

FILIAÇÃO << MANOEL LAURENTINO DA SILVA >>

<< JOSILENE MARIA DA SILVA >>

NATURALIDADE VITÓRIA DE SANTO ANTAO - PE DATA DE NASCIMENTO 13/03/1990

CN 15.518 LA 14 F 104 CART. SEDE GLÓRIA DO GOITÁ PE 26.02.1992

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO CAC-01

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BURL

13/03/1990

Natalia Maria da Silva

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

CARTÓRIO ÚNICO DE GLÓRIA DO GOITÁ Notarial e Registral - Av. Rui Barbosa, nº 280-A Glória do Goitá - PE

Válido só com selo de autenticidade

Autentico e presente Cópia Fotostática Reprodução Fiel do Original que me foi exibido Em teste 26 FEB. 2015 da verdade

11 JUL. 2011

EMOLUMENTOS TSNR TOTAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO Selo de Autenticidade e Fiscalização

BRV0094447

MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria da Receita Federal

CPF

095.903.034-47

NATALIA MARIA DA SILVA

13/03/1990

EMOLUMENTOS R\$	
TSNR R\$	
PERC R\$	
TOTAL R\$	

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO Selo de Autenticidade e Fiscalização

BRV0080

Autenticidade e Fiscalização

Autentico e presente Cópia Fotostática Reprodução Fiel do Original que me foi exibido Em teste 11 JUL. 2011 da verdade

11 JUL. 2011

EMOLUMENTOS TSNR TOTAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO Selo de Autenticidade e Fiscalização

BRV0094446

CARTÓRIO ÚNICO DE GLÓRIA DO GOITÁ Notarial e Registral - Av. Rui Barbosa, nº 280-A Glória do Goitá - PE

Válido só com selo de autenticidade

Autentico e presente Cópia Fotostática Reprodução Fiel do Original que me foi exibido Em teste 26 FEB. 2015 da verdade

26 FEB. 2015

EMOLUMENTOS TSNR TOTAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO Selo de Autenticidade e Fiscalização

BRV0038252

EMOLUMENTOS R\$	
TSNR R\$	
PERC R\$	
TOTAL R\$	

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO Selo de Autenticidade e Fiscalização

BRV0038252

Autenticidade e Fiscalização





# República Federativa do Brasil

Cartório do Registro Civil do Município de Glória do Goitá

do Estado de Pernambuco

**Cartório de Registro Civil**

GLÓRIA DE GOITÁ - PE  
Helena Figueiroa de Souza Holanda  
Oficial  
Lidinalva de Souza Holanda  
Substituta

HELENA FIGUEIROA DE SOUZA HOLANDA — Oficial  
LINDINALVA DE SOUZA HOLANDA — Substituta

## CASAMENTO

Helena Figueiroa de Souza Holanda Oficial do Registro Civil  
Lidinalva de Souza Holanda Substituta

CERTIFICO por me ser pedido, que no Livro nº 2-aux do registro de casamentos, em meu poder e cartório à folhas 2546, sob o nº 1108 consta o termo de casamento, realizado neste distrito em 20 de fevereiro de 1995 de Benildo Manoel Rufino com dona

Vera Lucia do Nascimento ele, contraente nascido em Glória do Goitá PE, no dia vinte e sete de outubro de mil novecentos e sessenta e dois (27-10-72) filho de João Manoel Rufino e de Suelina Alves Rufino.

ela, contraente nascida em Glória do Goitá PE, no dia vinte de outubro de mil novecentos e sessenta e dois (20-10-62) filha de João Antônio do Nascimento, falecido e de Maria Adalgisa da Conceição.

a nubente após o casamento passou a usar o nome de Vera Lucia do Nascimento Rufino.

Foram Testemunhas: José do Gatozinho de Arruda Leite e Berg. Antônio do Nascimento.

Observações: 1ª vez.  
Casamento realizado na Igreja Evangélica Assembleia de Deus, no dia 18 de fevereiro de 1995 inscrito neste cartório na data acima citada. Adotaram o regime de Comunhão parcial de bens.



CARTÓRIO ÚNICO DE GLÓRIA DO GOITÁ  
Notarial e Registral  
Av. Rui Barbosa, nº 200-A  
Glória do Goitá - PE  
Válido até 30/06/2015

Autenticidade e Copia e do Fiel  
Fotostática Reprodução Fiel  
do Original que me foi exibido  
Em testº da verdade

26 FEV. 2015

Glória do Goitá, 20 de fevereiro de 1995

Helena Figueiroa de Souza Holanda  
Oficial do Registro Civil

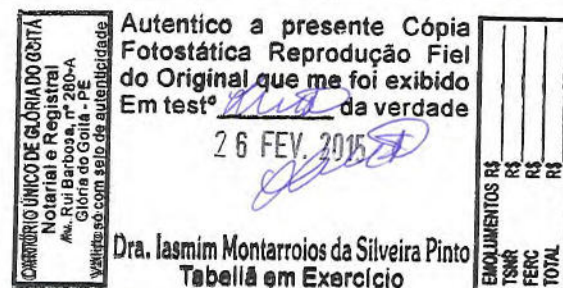
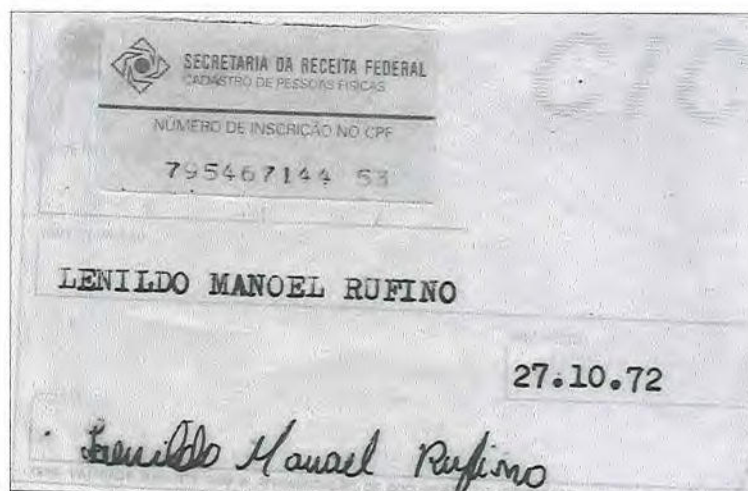
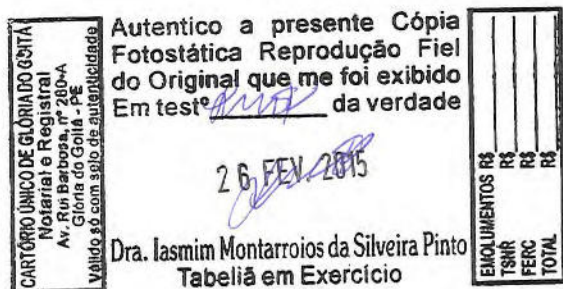
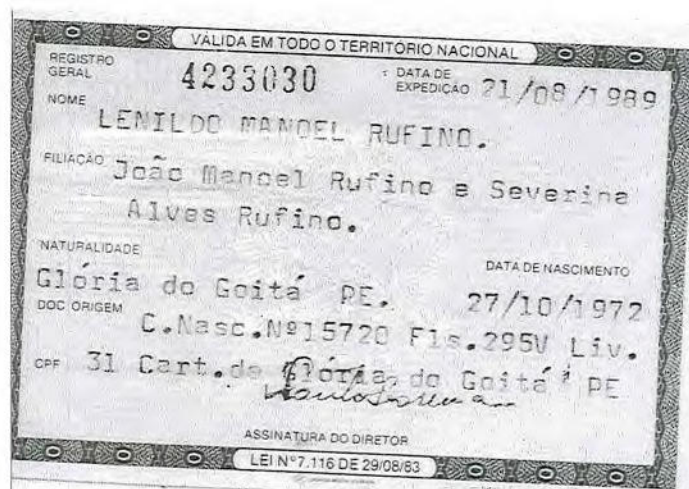
Dra. Iasmim Montarros da Silveira Pinto  
Tabelião em Exercício

EMOLUMENTOS	RS	RS	RS	RS
TENR				
PERC				
TOTAL				

(0395594)

SEI 53900.010786/2015-81 / pg. 38





urgenthaler, 592, Bloco 1, Mezamino (L-ET),  
copoldina - Cep: 05311-900 - São Paulo-SP.





Associação Comunitária de Comunicação e Cultura  
de Glória de Goiás - PE  
Rua: David Pereira de Araújo, S/N - Centro,  
Cep: 55.620-000 - Glória de Goiás - PE

Receber:



## JUSTIÇA ELEITORAL

### CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **JAIME BARBOSA DE LIMA (Título Eleitoral: 010246280825 )** é **SECRETÁRIO (exercício 18/07/2011 a Indeterminado)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PSL - 17 PARTIDO SOCIAL LIBERAL**  
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**  
Abrangência: **MUNICIPAL - GLÓRIA DO GOITÁ/PE**  
Vigência: **Início: 18/07/2011 Final: Indeterminada**  
Código: **TS2Y.ZBLF.RTDH.B4XR.**  
Certidão emitida às: **09/06/2015 17:21:27**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

## NOTA TÉCNICA Nº 12420/2015/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.046267/2013-32**

Processo de Outorga nº: **53103.000218/1999**

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

### SUMÁRIO EXECUTIVO

---

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Glória do Goitá/PE**.

### ANÁLISE

---

2. Tendo em vista os documentos já encaminhados por esta entidade, inclusive em resposta ao Ofício nº 62/2015/SEI-MC, que encaminhou Nota Técnica nº 46/2015/SEI-MC, solicitamos atendimento das exigências abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Existem indícios de que a requerente mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações político-partidárias, em infringência ao disposto **no art. 11 da Lei 9612/98**, vez que o diretor presidente da entidade, **Jaime Barbosa de Lima**, exerce simultaneamente o cargo de Secretário de órgão partidário, conforme certidão emitida pela Justiça Eleitoral (anexo I), na localidade da prestação de serviço de Radiodifusão Comunitária, motivo pelo qual a entidade deverá se manifestar.

### CONCLUSÃO

---

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** a documentação solicitada e **esclarecer** as questões acima, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da

autorização, sem prejuízo de eventual aplicação de sanções, caso seja apurada infração nos termos do art. 40, inciso VI, do Decreto nº 2.615/1998.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Mario de Moraes Daolio, Delegado Substituto**, em 11/06/2015, às 10:37, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru, Advogado**, em 11/06/2015, às 15:05, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0544768** e o código CRC **6EA6AE1F**.

## Minutas e Anexos

### Anexo I - 0544762: Secretário PSL





**Ministério das Comunicações**

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo  
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 -  
São Paulo-SP.  
Fone: (11) 3101-0123

Ofício nº 17979/2015/SEI-MC

Brasília, 09 de junho de 2015

Ao Senhor

JAIME BARBOSA DE LIMA

Representante Legal da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá

Rua David Pereira do Rosário s/nº - Centro  
55.620-000 / Glória do Goitá - PE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.046267/2013-32.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **12420/2015/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Mario de Moraes Daolio**, **Delegado Substituto**, em 11/06/2015, às 10:37, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0544810** e o código CRC **D560C37B**.

---



Glória do Goitá, 02 de Julho de 2015.

Ao

Ministério das Comunicações.

53900.033904/2015-29  
07/07/15

Prezados Senhores.

Eu, **Jaime Barbosa de Lima**, brasileiro, casado, autônomo e representante legal da Associação comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá-PE, sediado a Rua David Pereira do Rosário s/nº centro - venho através deste, responder a nota técnica de nº **12420/2015/SEI-MC** enviado por este **MINISTÉRIO**; o processo de renovação nº **53000.046267/2013-32** e processo de Outorga nº **53103.000218/1999**, no assunto de exigências relativas ao requerimento de renovação de Outorga. Vale salientar que na verdade passei despercebido sobre tal exigência com relação ao vínculo no partido político e que já me direcionei ao presidente do partido, como também ao cartório eleitoral, requerendo a desfiliação conforme documento em anexo de ambas as partes.

Certo da compreensão dos senhores, subscrevo-me com estima e consideração.

  
**Jaime Barbosa de Lima.**

**CPF- 460-898-374-15**



# PROTOCOLLO N°

39592/2015

Recebi em

30/06/2015

às 13 h 30 min

## REQUERIMENTO DE DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ ELEITORAL DA 021ª ZONA – GLÓRIA DO GOITÁCHÃ DE ALEGRIA-PE

Eu, JOSE DA SILVA título de eleitor nº 010246280825  
seção 74 município de GLÓRIA DO GOIÁS, sirvo-me do presente para comunicar  
minha desfiliação do Partido PRÉTO SOCIAL LIBERAL - PSL a partir desta  
data.

Floris Gomes 30 de junho de 2015

Amir Arbore de m.  
ELEITOR

DESPACHO

R.H.

*Desfilie-se.*

Glória do Goitá, / / .

## Juiz Eleitoral



**REQUERIMENTO DE DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA**

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO **PARTIDO POLÍTICO**

Eu, JANINE BARBOSA DE LIMA título de eleitor nº 01024628 08 25, seção 74, município de GLÓRIA DO GOIÁS, sirvo-me do presente para comunicar minha desfiliação do Partido PARTIDO SOCIAL LIBERAL - PSL a partir desta data.

GLÓRIA DO GOIÁS 30 de JUNHO de 20 015

Janine Barbosa de Lima.  
ELEITOR

Recebi em 30/06/015

Jose Roberto de Souza  
PRESIDENTE DO PARTIDO



ra = Ministério das Comunicações  
delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo  
Rua Mergenthaler, nº 592, Bloco I Mezanino (EET)  
Jardim Leopoldina - CEP: 05311-900 São Paulo - SP





- Faime Barbosa de Lima

Representante legal da Associação Comunitária  
de Comunicação e Cultura de Glória - PE

- Rua David Pereira do Rosario S/nº - Centro

- Glória do Guita - PE CEP = 55620-000

( ETIQUETA OU CARIMBO MP )

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**AR**

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

Ofício nº 17979/2015/SEI-MC

LE DU DESTINATAIRE

Brasília, 09 de junho de 2015

Ao Senhor

JAIME BARBOSA DE LIMA  
Representante Legal da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitã  
Rua David Pereira do Rosário s/nº - Centro  
55.620-000 / Glória do Goitã - PE

UF PAIS / PAYS

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.046267/2013-32.

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Gilmar dos Santos Silva

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

22/06/15

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

5239381 SDOIPÉ

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

Moisés Pedro de Souza  
Agente de Correios  
Mat. 85080586

22 JUN 2015

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm





AVISO DE  
RECEBIMENTO

AVIS CN07

AR

JH 73627134 4 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FÔRMAL

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADDRESS FOR RETURN

DELEGACIA NACIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

NO ESTADO DE SÃO PAULO

RUA MERGENTHAUER, 592 - BLOCO 1 - MEZANINO - VILA LEO-OLDINA

FONES (11) 3101-0123 - FAX (11) 3101-8580

CIDADE / LOCALITÉ

CEP 05.311-900 - SÃO PAULO - SP

UF

BRASIL  
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

53300.035234/2015-85

14/07/15

**Glória do Goitá, 10 de Julho de 2015.**

**Ao**

**Ministério das Comunicações.**

Eu, **Jaime Barbosa de Lima**, brasileiro, casado, autônomo e representante legal da associação comunitária de comunicação e cultura de Glória do Goitá-PE. Sediado a Rua: David Pereira do Rosário s/nº centro- venho através deste, responder a nota técnica de nº 12420/2015/SEI-MC enviado por este MINISTÉRIO, sobre o processo de renovação nº 53000.046267/2013-32 e processo de Outorga nº 53103.000218/1999, no assunto de exigências relativas ao requerimento de renovação de Outorga, **onde segue em anexo cópia de desfiliação do partido político.**

**Certo da compreensão dos senhores.**

  
**Jaime Barbosa de Lima**

**CPF nº 460-898-374-15**





**Justiça Eleitoral**  
**Tribunal Superior Eleitoral**  
**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **NÃO ESTÁ FILIADO A PARTIDO POLÍTICO.**

**Nome do Eleitor:** JAIME BARBOSA DE LIMA

**Inscrição:** 010246280825

Certidão emitida às 11:49:49 de 07/07/2015

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.gov.br>, por meio do código de autenticação: **OWLZ.ZWIQ.Y/DN.TEHE**

Ministério das Comunicações

Legacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

Merгентhaler, 592, Bloco 1, Mezanino (EET)

Leopoldina - CEP: 05311-900 -

São Paulo





Emitente: Jaime Barbosa de Lima  
Rua: David Pereira do Rosário S/Nº  
Centro: Glória do Goita PE  
CEP= 55620-000

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo  
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina  
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP  
Tel.: (11) 3101-0123

Memorando nº 2528/2015/SEI-MC

São Paulo, 05 de agosto de 2015

À Coordenação de Análise de Denúncias

Assunto: **Informação sobre entidades comunitárias que pleiteiam a Renovação de Outorga**

Solicitamos informações acerca da existência de eventuais Processos de Apuração de Infração (concluídos ou em trâmite) instaurados em face das entidades abaixo, autorizadas para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

<u>Entidade</u>	<u>CNPJ</u>	
<u>Localidade</u>		
1. Associação Comunitária de Rádio FM Cristo Redentor Áudio e Vídeo Itaperuna/RJ	02.054.537/0001-60	
2. Associação Porto Real Nacional/TO	02.518.335/0001-21	Porto
3. Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória de Goitá Goitá/PE	02.978.687/0001-60	Glória de
4. Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Itamogi Itamogi/MG	02.349.814/0001-61	
5. Associação Rádio Grupo Conesul Livramento/RS	92.914.472/0001-78	Santana do
6. União das Associações de Moradores dos Bairros de Lajeado Lajeado/RS	91.570.671/0001-43	
7. Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM de Rio Novo do Sul/ES	02.309.551/0001-67	Rio Novo do
8. Associação "Comunidade Vida" de Dom Pedro Pedro/MA	01.551.702/0001-26	Dom
9. Associação Comunitária Venturosa FM Venturosa/PE	02.651.746/0001-90	
10. Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Educação, Cultura e Desporto de Pereiro Pereiro/CE	02.681.109/0001-67	Pereiro/CE

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado**, em 05/08/2015, às 10:28, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.





A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0643086** e o código CRC **FF83DA29**.

---



Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SRD | menu ajuda

## Consulta Geral - RADCOM

## Identificação do Pedido RADCOM

UF: PE  
Município: Glória do Goitá  
Canal: 253  
Fase: 3

Distrito:  
Sub Distrito:  
Local Específico:

## Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ  
Nome Fantasia: RÁDIO GOIATACAZ  
Logradouro: RUA DAVI PEREIRA DO ROSÁRIO  
Telefone: (61) 0000000000  
Situação: Entidade não possui débitos

CNPJ: 02.978.687/0001-60  
Bairro: CENTRO  
Número: S/N  
Fax: Não Informado

☐ Dados da Outorga

## Dados da Entidade

CNPJ: 02978687000160

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ  
Tipo de Usuário: Integral

## Endereço Sede

País: Brasil  
Cep: 55620000  
Número: S/N  
Município: Glória do Goitá  
Telefone: 61 0000000000

Logradouro: RUA DAVI PEREIRA DO ROSÁRIO  
Complemento:  
Distrito:  
Bairro: CENTRO  
SubDistrito:

UF: PE

Fax:

## Endereço de Correspondência

País: Brasil  
Cep: 55620000  
Número: S/N  
Município: Glória do Goitá

Logradouro: RUA DAVI PEREIRA DO ROSÁRIO  
Complemento:  
Distrito:  
Bairro: CENTRO  
SubDistrito:

UF: PE

Telefone: 81 06581234

Fax:

E-mail:

## Dados da Outorga

Data Publicação  
Contrato/Convênio: 07/08/2003

Data Limite Instalação: 02/04/2020

Número do Processo: 531030002181999

Fistel: 50011426799

Caixa:

Sequência:

☐ Documentos Emitidos

## Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	477		Portaria	MC	22/08/2001	31/08/2001	Autoriza Executar Serviço	Jur.
	25359		ATO	SCM	07/05/2002	09/05/2002	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
	445		Decreto Legislativo	CN	06/08/2003	07/08/2003	Deliber. do C. Nacional	Jur.
	624		Portaria	MC	06/12/2010	13/02/2011	Multa	Jur.
	6133		ATO	CMPRL	02/09/2011	08/09/2011	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.

☒ Característica da Estação Instalada

☐ Dados do Licenciamento



**Dados da Estação**

**Entidade:** ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ  
- CNPJ/CPF(02.978.687/0001-60)

**Município/UF:** GLÓRIA DO GOITÁ/PE

**Indicativo:** ZYD312

**Situação:** Entidade não possui débitos

**Canal:** 253

**Dia Início**

**Dia Fim**

**Hora Início**

**Hora Fim**

**X**

Domingo ▼

Sábado ▼

05:00 ▼

24:00 ▼

X



Tela Inicial



Imprimir

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

**DESPACHO**Processo nº: **53900.064218/2015-08**Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ - PE**

Em atenção ao Memorando nº 2528/2015/SEI-MC, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registros de PAIs ativos	<u>53000.004843/2014</u>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Em trâmite;</li><li>• Processo aguardando análise da defesa;</li><li>• Irregularidade apurada: Estabelecimento ou manutenção de vínculo que subordinem a entidade ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, político-partidárias ou comerciais.</li></ul>
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	<u>53000.036026/2009</u>	<ul style="list-style-type: none"><li>• PAI encerrado. Verificar relatório do SRD (0836522);</li><li>• Portaria nº 624, de 06/12/2010, publicada no Diário Oficial da União de 15/02/2011 - MULTA;</li><li>• Infração: Não integração a redes para transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo (Programa a Voz do Brasil); Transmissão de publicidade ou propaganda comercial a qualquer título (data de ocorrência: 13/07/2009).</li></ul>





Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**, **Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 23/11/2015, às 14:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0836525** e o código CRC **FE1451FA**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**NOTA TÉCNICA Nº 15496/2015/SEI-MC**

Processo nº: **53000.046267/2013-32**

Assunto: **Renovação de outorga.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

---

1. Trata-se da **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Glória do Goitá/PE**, por meio da Portaria nº **477**, publicada no DOU de 31/08/2001, e Decreto Legislativo nº **445**, publicado no DOU de 07/08/2013.

**ANÁLISE**

---

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 07/08/2003. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou seu pedido de renovação de outorga, subscrito por seu representante legal, protocolado em 07/08/2013 (doc. 0188999, página 02), nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011. O pleito da entidade é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

REQUERENTE



QUADRO DIRETIVO

JAIME BARBOSA DE LIMA - Diretor Presidente

GILMAR DOS SANTOS SILVA - Diretor Vice Presidente

JOSENILDA MARQUES MONTEIRO - 1ª Secretária

JOSÉ BONIFÁCIO BARBOSA DE ARRUDA LEITE - 2º  
Secretário

REINALDO SEVERINO MARINHO - 1º Tesoureiro

GIVANILDO BATISTA DA SILVA - 2º Tesoureiro

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2011, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011.	Ok, páginas 02 a 12 do evento SEI (0395594) do documento 53900.010786/2015-81.

2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, páginas 20 a 22 do evento SEI (0395594) do documento 53900.010786/2015-81.
3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, páginas 13, 14, 24 a 33 do evento SEI (0395594) do documento 53900.010786/2015-81.
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, página 06 do evento SEI (0188999).
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, página 07 do evento SEI (0188999).



6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual.	Ok, página 08 do evento SEI (0188999).
7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, páginas 50 a 54 do evento SEI (0188999).

4. Existe apontamento quanto a processos de apuração de infração atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, evento SEI (0836525) processo anexado 53900.064218/2015-08.

## CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica nos termos do Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru, Advogado**, em 10/12/2015, às 15:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado**, em 11/12/2015, às 07:50, conforme art. 3º, III, "b", das



Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 14/12/2015, às 15:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Nedio Antônio Valduga, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 16/12/2015, às 12:51, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Nº de Série do Certificado: 1260001



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pinto Martins, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 31/12/2015, às 09:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0615181** e o código CRC **7AAE2535**.

## Minutas e Anexos

MINUTA

**EM Nº XX/20xx/SEI-MC**

**de XX de xxxxxxxx de 20XX**

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.046267/2013-32**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **07/08/2013**, a autorização outorgada à **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goiá**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Glória do Goitá/PE**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,



MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.046267/2013-32 e nº 53103.000218/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 07/08/2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Glória do Goitá/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**ADVOGACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC**

**PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53**

**INTERESSADO:** Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**ASSUNTO:** Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

## **I – RELATÓRIO**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:



I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

## **II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.



19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

### III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

### ANEXO

#### PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

#### RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS			SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.					
1.1.		O requerimento é tempestivo?				



2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

**[1]** 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

**[2] 21.4.1.** O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.





**Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 3 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:15:56.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer N° 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562688** e o código CRC **B52A7303**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 2 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:17:37.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**DESPACHO**

Processo n.: 53000.046267/2013-32

Considerando o disposto no **Parecer Referencial 475/2015/SEI-MC**, de 19 de junho de 2015, notadamente quanto ao seu item 32 (cópia constante dos autos, SEI 0615319), atesto que os documentos instrutórios do presente pedido de renovação se enquadram na situação de dispensa de análise individualizada pela CONJUR, conforme lista abaixo, de acordo com o previsto no Anexo do referido Parecer:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	PÁGINA E EVENTO SEI
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	x		Ok, página 05 do evento SEI (0188999).
1.1	O requerimento é tempestivo?	x		
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	x		Ok, página 06 do evento SEI (0188999).
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.	x		Ok, página 07 do evento SEI (0188999).
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ válido e atual.	x		Ok, página 08 do evento SEI (0188999).
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.	x		Ok, páginas 02 a 12 do evento SEI (0395594) do documento 53900.010786/2015-81.
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas	x		Ok, páginas 20 a 22 do evento SEI (0395594) do documento 53900.010786/2015-81.
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	x		Ok, páginas 13, 14, 24 a 33 do evento SEI (0395594) do documento 53900.010786/2015-81.
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.	x		Ok, páginas 50 a 54 do evento SEI (0188999).

9	Relatório de apuração de infrações	x		Ok, evento SEI (0836525) processo anexado 53900.064218/2015-08.
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		x	
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		x	



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 14/12/2015, às 15:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0615324** e o código CRC **4DFE8199**.

#### Minutas e Anexos

Não Possui.



## PORTARIA Nº 144/2016/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.046267/2013-32 e nº 53103.000218/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 07/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE GLÓRIA DO GOITÁ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Glória do Goitá/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANDRÉ FIGUEIREDO**

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/02/2016, às 09:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0913543** e o código CRC **AC182647**.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.046267/2013-32**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **07/08/2013**, a autorização outorgada à **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goiás**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Glória do Goitá/PE**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**ANDRÉ FIGUEIREDO**

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/02/2016, às 09:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0913545** e o código CRC **4ED803B5**.





Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 141, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.059219/2013-12 e nº 53710.000807/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 19/03/2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIONOVENSE DE RADIODIFUSÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Rio Novo / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 142, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.051651/2013-57 e nº 53770.002215/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIO FM CRISTO REDENTOR ÁUDIO E VÍDEO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Itaperuna / RJ.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 143, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.007049/2013-82 e nº 53665.000041/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 14/11/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PORTO REAL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Porto Nacional/TO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 144, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.046267/2013-32 e nº 53103.000218/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 07/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE GLÓRIA DO GOI-TÁ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Glória do Goitá/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 145, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.028888/2013-34 e nº 53790.000801/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 05/06/2013, a autorização outorgada à RADIO GRUPO CONESUL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Santana do Livramento/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 146, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.014914/2013-47 e nº 53660.000718/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RADIO COMUNITÁRIA MENSAGEM FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Rio Novo do Sul / ES.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 147, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.021263/2013-41 e nº 53710.001298/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30/05/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO TAPIRENSE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ATAS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Tapira/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 148, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058124/2011-10 e nº 53710.000874/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26/06/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DOS MOVIMENTOS POPULARES DE DIAMANTINA - AMPODI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Diamantina / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 149, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.021323/2012-45 e nº 53700.001185/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 20/06/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RADIO EDUCATIVA CIDADE FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Batayporã/MS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 150, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.050945/2013-61 e nº 53760.000691/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 05/06/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DA RADIO COMUNITÁRIA BOM CONSELHO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de São João da Fronteira/PI.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 151, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.047886/2011-82 e nº 53710.001424/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09/11/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PRÓ-CIDADANIA - APC, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Guaxupé/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 152, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.070516/2013-19 e nº 53103.000180/2001, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24/10/2013, a autorização outorgada à FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CABACEIRAS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Cabaceiras/PB.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

#### PORTARIA Nº 153, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.015608/2013-28 e nº 53780.000192/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 20/12/2012, a autorização outorgada à FUNDAÇÃO OBRA ASSISTENCIAL PARA INTEGRAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de São Vicente/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.046267/2013-32**

Entidade: **Associação Comunitária de Comunicação E Cultura de Gloria do Goita**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 144, de 01/02/2016, no Diário Oficial da União de 15/02/2016, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Glória do Goitá/PE**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo n.º **53000.046267/2013-32**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 26/02/2016, às 16:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0976668** e o código CRC **6483AF60**.

## **Minutas e Anexos**

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.046267/2013-32**

Entidade: **Associação Comunitária de Comunicação E Cultura de Glória do Goita**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 144, de 01/02/2016, no Diário Oficial da União de 15/02/2016, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Glória do Goitá/PE**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo n º **53000.046267/2013-32**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 26/02/2016, às 16:26, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0976668** e o código CRC **6483AF60**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

*Assinatura*

Brasília, 27 de Abril de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.046267/2013-32, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 07/08/2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goiás, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Glória do Goitá/PE.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima***



**PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC**

**PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53**

**INTERESSADO:** Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**ASSUNTO:** Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

## **I – RELATÓRIO**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.**

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

## **II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência



da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de

Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.



24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

### **III - CONCLUSÃO**

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

**ANEXO**  
**PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015**  
**RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

<b>DOCUMENTOS</b>		<b>SI</b>	<b>NÃ</b>	<b>Fls. /</b>
		<b>M</b>	<b>O</b>	<b>nº do</b>
				<b>doc.</b>
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			



9.1 Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?

9.2 Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 19 de junho de 2015.

**Lucas Borges de Carvalho**

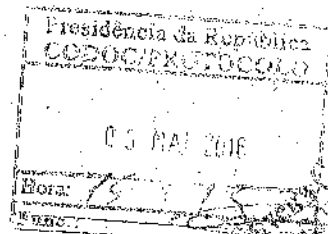
Assessor do Consultor Jurídico

**Alan Emanuel Cavalcante Trajano**

Consultor Jurídico

*Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque*





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 721 – 70044-900 Brasília-DF - Tel.: (61) 2027-6242 / 6225

Ofício nº 14599/2016/SEI-MC

Ao Senhor

**JOÃO PAULO BACHUR**

Subchefe-Adjunto da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República

Palácio do Planalto – 4º andar  
70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Processos (encaminha)**

Senhor Subchefe-Adjunto,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original:

EM nº 169/2016 MC

- 53000.058848/2011

EM nº 171/2016 MC

- 53000.012652/2008

EM nº 172/2016 MC

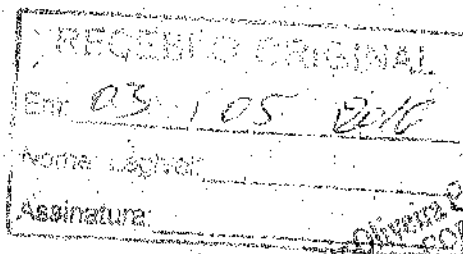
- 53000.059087/2011

EM nº 173/2016 MC

- 53000.057408/2011

EM nº 174/2016 MC

- 53000.058765/2011



*Valdeci Oliveira Costa*  
Assistente

EM nº 175/2016 MC

- 53000.059431/2011

EM nº 176/2016 MC

- 53710.000579/2001

EM nº 177/2016 MC

- 53710.000579/2001

EM nº 178/2016 MC

- 53000.025761/2013

EM nº 179/2016 MC

- 53000.074982/2013

EM nº 181/2016 MC

- 53000.056209/2011

EM nº 182/2016 MC

- 53000.027302/2011

EM nº 183/2016 MC

- 53000.072343/2013

EM nº 184/2016 MC

- 53000.063406/2011

EM nº 186/2016 MC

- 53000.043084/2012

EM nº 187/2016 MC

- 53640.000775/1998

EM nº 188/2016 MC

- 53000.004800/2012

EM nº 189/2016 MC

- 53000.025225/2010

EM nº 190/2016 MC

- 53900.007781/2015

EM nº 191/2016 MC

- 53000.019876/2005

EM nº 192/2016 MC

- 53000.003804/2013

EM nº 193/2016 MC

- 53000.003954/2014

EM nº 194/2016 MC

- 53000.019131/2013

EM nº 195/2016 MC

- 53000.058130/2011

EM nº 196/2016 MC

Expedido em 04/04/2016  
Assinado: SEI/DOC



- 53000.057301/2012

EM nº 197/2016 MC

- 53000.067258/2013

EM nº 198/2016 MC

- 53900.019194/2014

EM nº 199/2016 MC

- 53000.056208/2011

EM nº 200/2016 MC

- 53000.031941/2012

EM nº 201/2016 MC

- 53000.058079/2011

EM nº 202/2016 MC

- 53000.059476/2011

EM nº 203/2016 MC

- 53000.006809/2013

EM nº 204/2016 MC

- 53000.048665/2012

EM nº 205/2016 MC

- 53000.033271/2013

EM nº 206/2016 MC

- 53900.029909/2015

EM nº 207/2016 MC

- 53000.023205/2013

EM nº 208/2016 MC

- 53000.061812/2011

EM nº 209/2016 MC

- 53000.028016/2008

EM nº 210/2016 MC

- 53000.056622/2011

EM nº 211/2016 MC

- 53000.051845/2012

EM nº 212/2016 MC

- 53000.058099/2011

EM nº 213/2016 MC

- 53000.062221/2013

EM nº 214/2016 MC

- 53900.032165/2014

EM nº 215/2016 MC

- 53900.016191/2015

por Oliveira Costa  
Assinatura - 00900

EM nº 216/2016 MC

- 53000.057355/2011

EM nº 217/2016 MC

- 53000.030397/2012

EM nº 218/2016 MC

- 53000.034031/2012

EM nº 219/2016 MC

- 53000.053921/2012

EM nº 220/2016 MC

- 53900.018692/2014

EM nº 221/2016 MC

- 53000.056632/2011

EM nº 222/2016 MC

- 53000.027685/2013

EM nº 223/2016 MC

- 53000.040771/2013

EM nº 224/2016 MC

- 53000.022289/2013

EM nº 225/2016 MC

- 53000.040656/2013

EM nº 226/2016 MC

- 53000.040721/2013

EM nº 227/2016 MC

- 53000.047754/2013

EM nº 228/2016 MC

- 53000.024854/2013

EM nº 229/2016 MC

- 53000.051661/2012

EM nº 230/2016 MC

- 53000.039925/2013

EM nº 231/2016 MC

- 53000.046267/2013

EM nº 232/2016 MC

- 53000.056210/2011

EM nº 233/2016 MC

- 53000.056441/2013

EM nº 234/2016 MC

- 53000.041601/2013

EM nº 235/2016 MC

Valter Oliveira Costa  
Assistente - COMOP



- 53000.021870/2013

EM nº 236/2016 MC

- 53000.055726/2012

EM nº 237/2016 MC

- 53000.049242/2012

EM nº 238/2016 MC

- 53000.025272/2013

EM nº 239/2016 MC

- 53000.056213/2011

EM nº 240/2016 MC

- 53000.044838/2012

EM nº 241/2016 MC

- 53000.028888/2013

EM nº 242/2016 MC

- 53000.035879/2012

EM nº 243/2016 MC

- 53000.027789/2013

EM nº 244/2016 MC

- 53900.013869/2014

EM nº 245/2016 MC

- 53000.047332/2013

EM nº 246/2016 MC

- 53000.041226/2011

EM nº 248/2016 MC

- 53000.059022/2011

EM nº 249/2016 MC

- 53000.065119/2010

EM nº 261/2016 MC

- 53900.042184/2015

Atenciosamente,

**ADRIANA SANTOS**  
Coordenadora-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Rosa dos Santos, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 02/05/2016, às 16:24, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
<http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1105414** e o código  
CRC **E0C1B035**.

Criado por nelsonk, versão 2 por nelsonk em 02/05/2016 16:00:49.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.046267/2013-32**

**Referência: Ofício nº 14599/2016/SEI-MC, de 2 de maio de 2016.**

**Assunto: Restituição de processo.**

**Destinatário: SCE**

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 14599/2016/SEI-MC, de 2 de maio de 2016, à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 13 de maio de 2016.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Rosa dos Santos, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 13/05/2016, às 11:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1133955** e o código CRC **52D76653**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 17777/2016/SEI-MCTIC

Ao Senhor

JAIME BARBOSA DE LIMA

Representante Legal da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá

Rua David Pereira do Rosário s/nº - Centro  
55.620-000 / Glória do Goitá - PE

CNPJ nº 02.978.687/0001-60

Assunto: **Renovação da Outorga / Processo nº 53000.046267/2013-32.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informamos que a outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária concedida à Associação Comunitária de Comunicação E Cultura de Glória do Goitá, sediada em **Glória do Goitá - PE**, foi renovada pelo prazo de dez anos, a partir de **07 de agosto de 2013**, conforme Portaria nº 144, de 1º de fevereiro de 2016, publicada no DOU de 15 de fevereiro de 2016.

Atenciosamente,



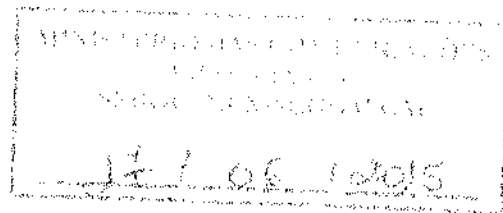
Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 18/05/2016, às 14:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1139035** e o código CRC **A055C998**.

Ofício nº 17777/2016/SEI-MC - Processo nº 53000.046267/2013-32





**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL**

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Ofício nº 295 /2016 - SAG/Casa Civil - PR

Brasília, 15 de junho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor

**ELTON SANTA FÉ ZACARIAS**

Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 8º andar

70.044-900 – Brasília – DF

Assunto: **Devolução de processos de radiodifusão.**

Senhor Secretário-Executivo,

Cumprimentando-o cordialmente, restituo a Vossa Excelência as Exposições de Motivos listadas em anexo, acompanhadas dos respectivos processos, para reavaliação, tendo em vista a recente incorporação da Pasta Comunicações por esse Ministério.

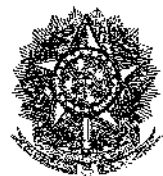
Atenciosamente,



**ANDRÉ BUCAR**

Subchefe Adjunto

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414 - Praça dos Três Poderes  
Telefone: (55) (61) 3411-1453 - CEP 70150-900 - Brasília - DF  
E-mail: sagcasacivil@presidencia.gov.br



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
1	Associação Cultural de Comunicação Santa Tereza - Santa Tereza do Oeste (PR).	Santa Tereza do Oeste	PR	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	169	2016	Associação Cultural de Comunicação Santa Tereza - Santa Tereza do Oeste (PR). - EM nº 169/2016 MC - 53000.058848/2011
2	J. Machado Guimarães Empreendimentos Ltda. - Gravatá (PE).	Gravatá	PE	2008	Renovação	Rádio FM	171	2016	J. Machado Guimarães Empreendimentos Ltda. - Gravatá (PE). EM nº 171/2016 MC - 53000.012652/2008
3	Universidade Federal do Pará - UFPA - Marabá (PA).	Marabá	PA	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	172	2016	Universidade Federal do Pará - UFPA - Marabá (PA). EM nº 172/2016 MC - 53000.059087/2011
4	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - Dourados (MS).	Dourados	MS	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	173	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - Dourados (MS).EM nº 173/2016 MC - 53000.057408/2011
5	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC - Juazeiro do Norte (CE).	Juazeiro do Norte	CE	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	174	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC - Juazeiro do Norte (CE).EM nº 174/2016 MC - 53000.058765/2011
6	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS - Anápolis (GO).	Anápolis	GO	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	175	2016	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS - Anápolis (GO).EM nº 175/2016 MC - 53000.059431/2011
7	Sistema de Comunicação Vale FM Ltda. - Matias Cardoso (MG).	Matias Cardoso	MG	2001	Outorga	Rádio FM	176	2016	Sistema de Comunicação Vale FM Ltda. - Matias Cardoso (MG).EM nº 176/2016 MC - 53710.000579/2001
8	Comunicação Vale FM Ltda. - Montalvânia (MG).	Montalvânia	MG	2001	Outorga	Rádio FM	177	2016	Comunicação Vale FM Ltda. - Montalvânia (MG).EM nº 177/2016 MC - 53710.000579/2001
9	Associação Comunitária Matense de Radiodifusão - Matias Barbosa (MG).	Matias Barbosa	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	178	2016	Associação Comunitária Matense de Radiodifusão - Matias Barbosa (MG).EM nº 178/2016 MC - 53000.025761/2013
10	Sociedade Ação Comunitária e Cidadania da Cidade de Goiás - Goiás (GO).	Goiás	GO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	179	2016	Sociedade Ação Comunitária e Cidadania da Cidade de Goiás - Goiás (GO).EM nº 179/2016 MC - 53000.074982/2013
11	Associação Cultural Comunitária de Lagoa Formosa - Lagoa Formosa (MG).	Lagoa Formosa	MG	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	181	2016	Associação Cultural Comunitária de Lagoa Formosa - Lagoa Formosa (MG).EM nº 181/2016 MC - 53000.056209/2011



Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
12	Associação Cultural de Brotas – Miraima (CE).	Miraima	CE	2011	Outorga	Rádio FM Comunitária	182	2016	Associação Cultural de Brotas – Miraima (CE).EM nº 182/2016 MC - 53000.027302/2011
13	Rádio São Roque Ltda. - Faxinal do Soturno (RS).	Faxinal do Soturno	RS	2013	Renovação	Rádio OM	183	2016	Rádio São Roque Ltda. - Faxinal do Soturno (RS).EM nº 183/2016 MC - 53000.072343/2013
14	Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens – Dourados (MS).	Dourados	MS	2011	Outorga	Rádio e TV	184	2016	Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens – Dourados (MS).EM nº 184/2016 MC - 53000.063406/2011
15	Associação Cultural do Município de Indiará – Indiará (GO)	Indiará	GO	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	185	2016	Associação Cultural do Município de Indiará – Indiará (GO).EM nº 186/2016 MC - 53000.043084/2012
16	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Itinga da Serra (ASBECULIS) - Antônio Gonçalves (BA).	Antônio Gonçalves	BA	1998	Outorga	Rádio FM Comunitária	187	2016	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Itinga da Serra (ASBECULIS) - Antônio Gonçalves (BA).EM nº 187/2016 MC - 53640.000775/1998
17	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – Santana do Livramento (RS).	Santana do Livramento	RS	2012	Outorga	Rádio FM Educativa	188	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – Santana do Livramento (RS).EM nº 188/2016 MC - 53000.004800/2012
18	Televisão Pirapitinga Ltda. – Catalão (GO).	Catalão	GO	2010	Alteração contrato social	Rádio e TV	189	2016	Televisão Pirapitinga Ltda. – Catalão (GO).EM nº 189/2016 MC - 53000.025225/2010
19	Fundação Champagnat – Curitiba (PR)	Curitiba	PR	2015	Renovação	Rádio FM Educativa	190	2016	Fundação Champagnat – Curitiba (PR) EM nº 190/2016 MC - 53900.007781/2015
20	RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA – São Luís (MA)	São Luís	MA	2005	Alteração contrato social	Rádio e TV	191	2016	RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA – São Luís (MA) EM nº 191/2016 MC - 53000.019876/2005
21	Associação Cultural Comunitária Esperança de Hortolândia – Hortolândia (SP).	Hortolândia	SP	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	192	2016	Associação Cultural Comunitária Esperança de Hortolândia – Hortolândia (SP).EM nº 192/2016 MC - 53000.003304/2013
22	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., - Rio Branco (AC).	Rio Branco	AC	2014	Renovação	Rádio FM	193	2016	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., - Rio Branco (AC).EM nº 193/2016 MC - 53000.003954/2014
23	Associação Cultural e Artística de Barcelos – Barcelos (AM).	Barcelos	AM	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	194	2016	Associação Cultural e Artística de Barcelos – Barcelos (AM).EM nº 194/2016 MC - 53000.019131/2013
24	Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social – Palestina – Palestina (SP).	Palestina	SP	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	195	2016	Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social – Palestina – Palestina (SP).EM nº 195/2016 MC - 53000.058130/2011
25	Associação Comunitária Monte Sinai – Itaocara (RJ).	Itaocara	RJ	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	196	2016	Associação Comunitária Monte Sinai – Itaocara (RJ).EM nº 196/2016 MC - 53000.057301/2012

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
26	Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências – Porangaba (SP).	Porangaba	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	197	2016	Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências – Porangaba (SP).EM nº 197/2016 MC - 53000.067258/2013
27	Abrigo Luz do Amanhã – Itajaí (SC).	Itajaí	SC	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	198	2016	Abrigo Luz do Amanhã – Itajaí (SC).EM nº 198/2016 MC - 53900.019154/2014
28	Associação Beneficente Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba - Carmo do Paranaíba (MG).	Carmo do Paranaíba	MG	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	199	2016	Associação Beneficente Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba - Carmo do Paranaíba (MG). EM nº 199/2016 MC - 53000.056208/2011
29	Associação Comunitária Abadiânia – Abadiânia (GO).	Abadiânia	GO	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	200	2016	Associação Comunitária Abadiânia -- Abadiânia (GO).EM nº 200/2016 MC - 53000.031941/2012
30	ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL VALE DE AUTAZES – Autazes (AM).	Autazes	AM	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	201	2016	ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL VALE DE AUTAZES – Autazes (AM).EM nº 201/2016 MC - 53000.058079/2011
31	Associação Cultural Ebenézer - Santa Helena de Goiás (GO).	Santa Helena de Goiás	GO	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	202	2016	Associação Cultural Ebenézer - Santa Helena de Goiás (GO).EM nº 202/2016 MC - 53000.059476/2011
32	ASSOCIAÇÃO RADIO COMUNITÁRIA ARAGUARI -Ferreira Gomes (AP).	Ferreira Gomes	AP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	203	2016	ASSOCIAÇÃO RADIO COMUNITÁRIA ARAGUARI -Ferreira Gomes (AP).EM nº 203 /2016 MC - 53000.006809/2013
33	Rádio Comunitária Cruz das Armas - João Pessoa (PB)	João Pessoa	PB	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	204	2016	Rádio Comunitária Cruz das Armas FM. EM nº 204/2016 MC - 53000.048665/2012
34	Associação de Moradores de Lagedo do Tabocal - Lagedo do Tabocal (BA).	Lagedo do Tabocal	BA	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	205	2016	Associação de Moradores de Lagedo do Tabocal - Lagedo do Tabocal (BA). EM nº 205/2016 MC - 53000.033271/2013
35	Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria - Rio Maria (PA).	Rio Maria	PA	2015	Renovação	Rádio FM Comunitária	206	2016	Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria - Rio Maria (PA). EM nº 206/2016 MC - 53900.029909/2015
36	Radio Liberdade do Rio Grande do Sul Ltda. – Viamão (RS).	Viamão	RS	2013	Renovação	Rádio FM	207	2016	Radio Liberdade do Rio Grande do Sul Ltda. – Viamão (RS). EM nº 207/2016 MC - 53000.023205/2013
37	Universidade Federal do Paraná- UFPR – Paranaguá (PR).	Paranaguá	PR	2011	Outorga	Rádios e TV	208	2016	Universidade Federal do Paraná- UFPR -- Paranaguá (PR). EM nº 208/2016 MC - 53000.061812/2011
38	SOCIEDADE APARECIDENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. - Aparecida de Goiânia (GO).	Aparecida de Goiânia	GO	2008	Renovação	Rádio OM	209	2016	SOCIEDADE APARECIDENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. - Aparecida de Goiânia (GO). EM nº 209/2016 MC - 53000.028016/2008
39	Associação dos Moradores de Aracruz - Luís Eduardo Magalhães (BA).	Luís Eduardo Magalhães	BA	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	210	2016	Associação dos Moradores de Aracruz - Luís Eduardo Magalhães (BA). EM nº 210/2016 MC - 53000.056622/2011



Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
40	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ESPLANADA DE PACAEMBU (AMBEP) -- Pacaembu (SP).	Pacaembu	SP	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	211	2016	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ESPLANADA DE PACAEMBU (AMBEP) -- Pacaembu (SP). EM n° 211/2016 MC - 53000.051845/2012
41	Associação de Difusão Comunitária de Palmeirópolis -- Palmeirópolis (TO).	Palmeirópolis	TO	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	212	2016	Associação de Difusão Comunitária de Palmeirópolis -- Palmeirópolis (TO). EM n° 212/2016 MC - 53000.058099/2011
42	ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE E COMUNITÁRIA DE VARGEM GRANDE (ACBEC) - Vargem Grande (MA).	Vargem Grande	MA	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	213	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE E COMUNITÁRIA DE VARGEM GRANDE (ACBEC) - Vargem Grande (MA). EM n° 213/2016 MC - 53000.062221/2013
43	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE BOTUPORÃ -- Botuporã (BA).	Botuporã	BA	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	214	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE BOTUPORÃ -- Botuporã (BA). EM n° 214/2016 MC - 53900.032165/2014
44	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL PADRE BERNARDO -- Macajuba (BA).	Macajuba	BA	2015	Renovação	Rádio FM Comunitária	215	2016	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL PADRE BERNARDO -- Macajuba (BA). EM n° 215/2016 MC - 53900.016191/2015
45	Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho - Jataizinho (PR).	Jataizinho	PR	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	216	2016	Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho - Jataizinho (PR). EM n° 216/2016 MC - 53000.057355/2011
46	Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Maria de Jetiba - Santa Maria de Jetibá (ES).	Santa Helena de Jetibá	ES	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	217	2016	Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Maria de Jetiba - Santa Maria de Jetibá (ES). EM n° 217/2016 MC - 53000.030397/2012
47	Associação Beneficente Renascer Aquidauanense - Aquidauana/MS.	Aquidauana	MS	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	218	2016	Associação Beneficente Renascer Aquidauanense - Aquidauana/MS. EM n° 218/2016 MC - 53000.034031/2012
48	Associação de Proteção aos Idosos e Adolescentes de Camocim - Camocim/CE.	Camocim	CE	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	219	2016	Associação de Proteção aos Idosos e Adolescentes de Camocim - Camocim/CE. EM n° 219/2016 MC - 53000.053921/2012
49	ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS - Lebon Régis/SC.	Lebon Régis	SC	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	220	2016	ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS - Lebon Régis/SC. EM n° 220/2016 MC - 53900.018692/2014
50	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RN	Apodi	RN	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	221	2016	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RN. EM n° 221/2016 MC - 53000.056632/2011
51	Associação Pro-desenvolvimento de Vera Cruz - Vera Cruz/RS.	Vera Cruz	RS	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	222	2016	Associação Pro-desenvolvimento de Vera Cruz - Vera Cruz/RS. EM n° 222/2016 MC - 53000.027685/2013
52	Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição - Pereiras/SP.	Pereiras	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	223	2016	Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição - Pereiras/SP. EM n° 223/2016 MC - 53000.040771/2013
53	Ascocab- Associação Comunitária de Cabixi - Cabixi/RO.	Cabixi	RO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	224	2016	Ascocab- Associação Comunitária de Cabixi - Cabixi/RO. EM n° 224/2016 MC - 53000.022289/2013
54	ASSOCIAÇÃO ALVORADA - Vila Rica / MT.	Vila Rica	MT	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	225	2016	ASSOCIAÇÃO ALVORADA - Vila Rica / MT. EM n° 225/2016 MC - 53000.040656/2013

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
55	ASVIP - Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro São Vicente de Paula - São Gotardo / MG	São Gotardo	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	226	2016	ASVIP - Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro São Vicente de Paula - São Gotardo / MG. EM n° 226/2016 MC - 53000.040721/2013
56	Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Integrada das Mercês - São João Del Rei / MG.	São João Del Rei	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	227	2016	Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Integrada das Mercês - São João Del Rei / MG. EM n° 227/2016 MC - 53000.047754/2013
57	Rancho Verde Viva – RVV - Salgueiro/PE.	Salgueiro	PE	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	228	2016	Rancho Verde Viva – RVV - Salgueiro/PE. EM n° 228/2016 MC - 53000.024854/2013
58	Associação Comunitária Moriah (Moriah FM - Jales/SP.	Jales	SP	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	229	2016	Associação Comunitária Moriah (Moriah FM - Jales/SP. EM n° 229/2016 MC - 53000.051651/2012
59	Associação Comunitária de Igarapava - Igarapava/SP	Igarapava	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	230	2016	Associação Comunitária de Igarapava - Igarapava/SP. EM n° 230/2016 MC - 53000.039925/2013
60	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá - Glória do Goitá/PE.	Glória do Goitá	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	231	2016	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá - Glória do Goitá/PE. EM n° 231/2016 MC - 53000.046267/2013
61	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE BELO JARDIM - Belo Jardim/PE.	Belo Jardim	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	232	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE BELO JARDIM - Belo Jardim/PE. EM n° 232/2016 MC - 53000.056210/2011
62	Associação Comunitária Itanhanduense de Radiodifusão - Itanhandu/MG.	Itanhandu	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	233	2016	Associação Comunitária Itanhanduense de Radiodifusão - Itanhandu/MG. EM n° 233/2016 MC - 53000.056441/2013
63	Associação Comunitária de Rádio Difusão Nova Machado Para Desenvolvimento Artístico e Cultural - Machado/MG	Machado	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	234	2016	Associação Comunitária de Rádio Difusão Nova Machado Para Desenvolvimento Artístico e Cultural - Machado/MG. - EM n° 234/2016 MC - 53000.041601/2013
64	Associação Comunitária Terra de Getulina - Getulina/SP.	Getulina	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	235	2016	Associação Comunitária Terra de Getulina - Getulina/SP. EM n° 235/2016 MC - 53000.021870/2013
65	RADIO COMUNITÁRIA VENTUROSA FM - Venturosa/PE.	Venturosa	PE	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	236	2016	RADIO COMUNITÁRIA VENTUROSA FM - Venturosa/PE. EM n° 236/2016 MC - 53000.055726/2012
66	SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE - Patu/RN.	Patu	RN	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	237	2016	SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE - Patu/RN. EM n° 237/2016 MC - 53000.049242/2012
67	Associação Cultural Comunitária de Araújos – ACCA - Araújos / MG	Araújos	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	238	2016	Associação Cultural Comunitária de Araújos – ACCA - Araújos / MG. - EM n° 238/2016 MC - 53000.025272/2013
68	Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro - Barro Duro (PI).	Barro Duro	PI	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	239	2016	Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro - EM n° 239/2016 MC - 53000.05623/2011



Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
69	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SÃO JOSÉ - Carpina / PE.	Carpina	PE	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	240	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SÃO JOSÉ - Carpina / PE.EM n° 240/2016 MC - 53000.044838/2012
70	Radio Grupo Conesul - Santana do Livramento/RS.	Santana do Livramento	RS	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	241	2016	Radio Grupo Conesul - Santana do Livramento/RS.EM n° 241/2016 MC - 53000.028888/2013
71	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RN.	Apodi	RN	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	242	2016	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RN.EM n° 242/2016 MC - 53000.035879/2012
72	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE 07 de Outubro -Itaigaba/CE.	Itaigaba	CE	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	243	2016	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE 07 de Outubro -Itaigaba/CE.EM n° 243/2016 MC - 53000.027789/2013
73	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JIPARANAENSE – ASCOJIPA - Ji-Paraná/RO.	Ji-Paraná	RO	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	244	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JIPARANAENSE – ASCOJIPA - Ji-Paraná/RO.EM n° 244/2016 MC - 53900.013869/2014
74	Associação Comunitária Beneficente, Artística e Cultural de Coromandel -Coromandel / MG.	Coromandel	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	245	2016	Associação Comunitária Beneficente, Artística e Cultural de Coromandel -Coromandel / MG.EM n° 245/2016 MC - 53000.047332/2013
75	Centro Assistencial e Comunitário da Bela Vista - Boqueirão/PB.	Boqueirão	PB	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	246	2016	Centro Assistencial e Comunitário da Bela Vista - Boqueirão/PB.EM n° 246/2016 MC - 53000.041226/2011
76	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - CRICIÚMA SC	Criciúma	SC	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	248	2016	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - CRICIÚMA SC. - EM n° 248/2016 MC - 53000.059022/2011
77	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NOVO DESTINO - MILHÃ/CE,	Milhã	CE	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	249	2016	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NOVO DESTINO - MILHÃ/CE. - EM n° 249/2016 MC - 53000.065119/2010
79	Rádio Jornal de Hoje Ltda. - Maceió (AL).	Maceió	AL	2007	Renovação	Rádio FM	180	2016	Rádio Jornal de Hoje Ltda. - Maceió (AL). - EM n° 180/2016 MC - 53000.041498/2007
80	Associação e Movimento Comunitário Cultural Dinâmica - Engenheiro Coelho (SP).	Engenheiro Coelho	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitário	305	2016	Associação e Movimento Comunitário Cultural Dinâmica - Engenheiro Coelho (SP). - EM n° 305/2016 MC - 53000.058874/2013
81	Beneficiência Básica Integrada (BID) - Sanharó (PE).	Sanharó	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	306	2016	Beneficiência Básica Integrada (BID) - Sanharó (PE). - EM n° 306/2016 MC - 53000.057997/2011
82	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Alternativa - ASBECCA - Patrocínio (MG).	Patrocínio	MG	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	307	2016	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Alternativa - ASBECCA - Patrocínio (MG). - EM n° 307/2016 MC - 53.000.007674/2014
83	Associação de Comunicação Comunitária Rádio Ibicuí FM - Manoel Viana (RS).	Manoel Viana	RS	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	308	2016	Associação de Comunicação Comunitária Rádio Ibicuí FM - Manoel Viana (RS). - EM n° 308/2016 MC - 53000.065762/2013

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
84	Associação de Comunicação e Rádio Comunitária do Bairro São Bernardo - Campinas (SP).	Campinas	SP	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	309	2016	Associação de Comunicação e Rádio Comunitária do Bairro São Bernardo - Campinas (SP). - EM nº 309/2016 MC - 53000.009819/2014
85	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE - Jaru (RO).	Jaru	RO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	310	2016	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE - Jaru (RO). - EM nº 310/2016 MC - 53000.014554/2013
86	Associação Luverdense de Radiodifusão Comunitária - Lucas do Rio Verde (MT).	Lucas do Rio Verde	MT	2015	Renovação	Rádio FM Comunitária	311	2016	Associação Luverdense de Radiodifusão Comunitária - Lucas do Rio Verde (MT). - EM nº 311/2016 MC - 53000.049700/2013
87	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL RURAL DA IMAGEM E DO SOM DE LAGAMAR - ASSRISL - Lagamar (MG).	Lagamar	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	312	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL RURAL DA IMAGEM E DO SOM DE LAGAMAR - ASSRISL - Lagamar (MG). - EM nº 312/2016 MC - 53000.065118/2013
88	Associação dos Movimentos Populares de Diamantina - AMPODI - Diamantina (MG).	Diamantina	MG	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	313	2016	Associação dos Movimentos Populares de Diamantina - AMPODI - Diamantina (MG). - EM nº 313/2016 MC - 53000.058124/2011
89	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - Vitória de Santo Antão (PE).	Vitória de Santo Antão	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	314	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - Vitória de Santo Antão (PE). - EM nº 314/2016 MC - 53000.057908/2011
90	Associação de Comunicação Comunitária Educativa e Cultural Integração Vale do Jaguarí - São Pedro do Sul (RS).	São Pedro do Sul	RS	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	315	2016	Associação de Comunicação Comunitária Educativa e Cultural Integração Vale do Jaguarí - São Pedro do Sul (RS). - EM nº 315/2016 MC - 53000.065763/2013
91	Associação Novabarrense de Comunicação e Radiodifusão (ANCORA) - São José da Barra (MG).	São José da Barra	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	317	2016	Associação Novabarrense de Comunicação e Radiodifusão (ANCORA) - São José da Barra (MG). - EM nº 317/2016 MC - 53000.070514/2013
92	Associação Rádio Comunitária Tabira FM - Tabira (PE).	Tabira	PE	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	318	2016	Associação Rádio Comunitária Tabira FM - Tabira (PE). - EM nº 318/2016 MC - 53000.014521/2013
93	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DE IPUJUNA - Ipujuna (MG).	Ipujuna	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	319	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DE IPUJUNA - Ipujuna (MG). - EM nº 319/2016 MC - 53000.063885/2013
94	ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO REGIONAL ITAMARACÁ FM - Ipaussu (SP).	Ipaussu	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	320	2016	ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO REGIONAL ITAMARACÁ FM - Ipaussu (SP). - EM nº 320/2016 MC - 53000.070500/2013
95	Associação Cultural e Comunitária de Itatiaiuçu - Itatiaiuçu (MG).	Itatiaiuçu	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	321	2016	Associação Cultural e Comunitária de Itatiaiuçu - Itatiaiuçu (MG). - EM nº 321/2016 MC - 53000.065566/2013
96	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL PROFESSORA ELZITA SANTANA - Nerópolis (GO).	Nerópolis	GO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	322	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL PROFESSORA ELZITA SANTANA - Nerópolis (GO). - EM nº 322/2016 MC - 53000.055907/2013
98	FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL JOSE ALVES FERREIRA DE OLIVEIRA - Pará de Minas (MG).	Pará de Minas	MG	2002	Outorga	Rádio e TV	247	2016	FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL JOSE ALVES FERREIRA DE OLIVEIRA - Pará de Minas (MG). - EM nº 247/2016 MC - 53000.006751/2002



Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
99	Associação de Radiodifusão Comunitária RCA FM - Aramarí (BA).	Aramarí	BA	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	250	2016	Associação de Radiodifusão Comunitária RCA FM - Aramarí (BA). - EM nº 250/2016 MC - 53000.019002/2013
100	Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Ibiassucê - Ibiassucê (BA).	Ibiassucê	BA	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	251	2016	Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Ibiassucê - Ibiassucê (BA). - EM nº 251/2016 MC - 53000.054055/2013
101	ASSOCIAÇÃO CULTURAL RADIO COMUNITÁRIA DE ITAMARATY - ACRCI (ACRCI) - Ibirapitanga (BA).	Ibirapitanga	BA	2009	Outorga	Rádio FM Comunitária	252	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL RADIO COMUNITÁRIA DE ITAMARATY - ACRCI (ACRCI) - Ibirapitanga (BA). - EM nº 252/2016 MC - 53000.030353/2009
102	ASSOCIAÇÃO CULTURAL VALE DOS BOIS - Campestre de Goiás (GO).	Campestre de Goiás	GO	2012	Outorga	Rádio FM Comunitária	253	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL VALE DOS BOIS - Campestre de Goiás (GO). - EM nº 253/2016 MC - 53000.053977/2012
103	Associação Comunitária de Radiodifusão Integração Social Cultural de Campo Magro PR (Associação Comunitária de Campo Magro) - Campo Magro (PR).	Campo Magro	PR	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	254	2016	Associação Comunitária de Radiodifusão Integração Social Cultural de Campo Magro PR (Associação Comunitária de Campo Magro) - Campo Magro (PR). - EM nº 254/2016 MC - 53000.013444/2010
104	Associação Tucupi de Arte Cultura e Comunicação - Marituba (PA).	Marituba	PA	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	255	2016	Associação Tucupi de Arte Cultura e Comunicação - Marituba (PA). - EM nº 255/2016 MC - 53000.014137/2010
105	Organização Cultural de Difusão Comunitária Vozes do Amanhã - Prainha (PA).	Prainha	PA	2014	Outorga	Rádio FM Comunitária	256	2016	Organização Cultural de Difusão Comunitária Vozes do Amanhã - Prainha (PA). - EM nº 256/2016 MC - 53000.007049/2014
106	Fundação Benilde Vasconcelos Moreira - Manoel Emídio (PI).	Manoel Emídio	PI	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	257	2016	Fundação Benilde Vasconcelos Moreira - Manoel Emídio (PI). - EM nº 257/2016 MC - 53000.022913/2013
107	Associação Comunitária Máxima Fm de Itabirinha (Rádio Máxima Fm) - Itabirinha (MG).	Itabirinha	MG	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	258	2016	Associação Comunitária Máxima Fm de Itabirinha (Rádio Máxima Fm) - Itabirinha (MG). - EM nº 258/2016 MC - 53000.075017/2013
108	Associação Cultural Comunitária Jampa - ACCI - João Pessoa (PB).	João Pessoa	PB	2009	Outorga	Rádio FM Comunitária	259	2016	Associação Cultural Comunitária Jampa - ACCI - João Pessoa (PB). - EM nº 262/2016 MC - 53000.023353/2009
109	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE DE RADIODIFUSÃO DO BAIRRO ALVORADA (ASCOBRADI) - Contagem (MG).	Contagem	MG	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	263	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE DE RADIODIFUSÃO DO BAIRRO ALVORADA (ASCOBRADI) - Contagem (MG). - EM nº 263/2016 MC - 53000.022892/2010
110	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento São Sebastião de Utinga - Wagner (BA).	Wagner (BA)	BA	2014	Outorga	Rádio FM Comunitária	264	2016	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento São Sebastião de Utinga - Wagner (BA). - EM nº 264/2016 MC - 53000.005810/2014
111	Associação Comunitária Cultural Paraíso de Radiodifusão (ACCPR) - São João do Paraíso (MG).	São João do Paraíso	MG	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	265	2016	Associação Comunitária Cultural Paraíso de Radiodifusão (ACCPR) - São João do Paraíso (MG). - EM nº 265/2016 MC - 53000.072966/2013
112	Associação Assistencial e de Radiodifusão Comunitária Maracangalha FM - São Sebastião do Passé (BA).	São Sebastião do Passé	BA	2012	Outorga	Rádio FM Comunitária	266	2016	Associação Assistencial e de Radiodifusão Comunitária Maracangalha FM - São Sebastião do Passé (BA). - EM nº 266/2016 MC - 53000.057718/2012

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
113	Associação Agrícola dos Plantadores de Mandioca - Jupi (PE).	Jupi	PE	2009	Outorga	Rádio FM Comunitária	267	2016	Associação Agrícola dos Plantadores de Mandioca - Jupi (PE). - EM nº 267/2016 MC - 53000.036582/2009
114	Associação Comunitária Luz - Boa Esperança (MG).	Boa Esperança	MG	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	268	2016	Associação Comunitária Luz - Boa Esperança (MG). - EM nº 268/2016 MC - 53000.023966/2010
115	Centro Cultural de Humberto de Campos Tribal Folia (Tribal Folia) - Humberto de Campos (MA).	Humberto de Campos	MA	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	269	2016	Centro Cultural de Humberto de Campos Tribal Folia (Tribal Folia) - Humberto de Campos (MA). - EM nº 269/2016 MC - 53000.014142/2010
116	Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural de Pontal do Araguaia (Rádio Comunitária Vale FM) - Pontal do Araguaia (MT).	Pontal do Araguaia	MT	2012	Outorga	Rádio FM Comunitária	270	2016	Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural de Pontal do Araguaia (Rádio Comunitária Vale FM) - Pontal do Araguaia (MT). - EM nº 270/2016 MC - 53000.016097/2012
117	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO A MARILUZ - ACAM - Mariluz (PR).	Mariluz	PR	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	273	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO A MARILUZ - ACAM - Mariluz (PR). - EM nº 273/2016 MC - 53000.007104/2013
118	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL - Lucrécia (RN).	Lucrécia	RN	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	274	2016	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL - Lucrécia (RN). - EM nº 274/2016 MC - 53000.006656/2013
119	Associação Pró-Cidadania Avereense - Avaré (SP).	Avaré	SP	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	277	2016	Associação Pró-Cidadania Avereense - Avaré (SP). - EM nº 277/2016 MC - 53000.019020/2014
120	Serviço de Assistência Social - SAS - Conselheiro Pena (MG).	Conselheiro Pena	MG	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	278	2016	Serviço de Assistência Social - SAS - Conselheiro Pena (MG). - EM nº 278/2016 MC - 53000.003928/2014
121	Associação Comunitária Dianópolis de Radiodifusão - Dianópolis (TO).	Dianópolis	TO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	279	2016	Associação Comunitária Dianópolis de Radiodifusão - Dianópolis (TO). - EM nº 279/2016 MC - 53000.009899/2013
122	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CULTURA, LAZER E ENTRETENIMENTO DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE NUPORANGA - Nuporanga (SP).	Nuporanga	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	280	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CULTURA, LAZER E ENTRETENIMENTO DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE NUPORANGA - Nuporanga (SP). - EM nº 280/2016 MC - 53000.007039/2013
123	FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CABACEIRAS - Cabaceiras (PB).	Cabaceiras	PB	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	281	2016	FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CABACEIRAS - Cabaceiras (PB). - EM nº 281/2016 MC - 53000.070516/2013
124	ASSOCIAÇÃO DE RADIO COMUNITÁRIA DE POCINHOS - Pocinhos (PB).	Pocinhos	PB	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	282	2016	ASSOCIAÇÃO DE RADIO COMUNITÁRIA DE POCINHOS - Pocinhos (PB). - EM nº 282/2016 MC - 53000.071797/2013
125	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CACIMBA DE DENTRO - Cacimba de Dentro (PB).	Cacimba de Dentro	PB	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	283	2016	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CACIMBA DE DENTRO - Cacimba de Dentro (PB). - EM nº 283/2016 MC - 53000.007045/2013
126	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE TRIUNFO - Triunfo (PE).	Triunfo	PE	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	284	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE TRIUNFO - Triunfo (PE). - EM nº 284/2016 MC - 53000.061548/2013



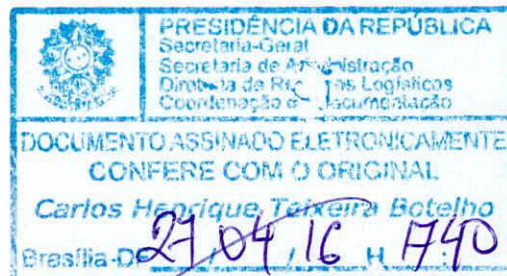
Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
127	Fundação Obra Assistencial Para Integração Social da Comunidade - São Vicente (RN).	São Vicente	RN	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	285	2016	Fundação Obra Assistencial Para Integração Social da Comunidade - São Vicente (RN). - EM nº 285/2016 MC - 53000.015608/2013
128	Associação Porto Real - Porto Nacional (TO).	Porto Nacional	TO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	286	2016	Associação Porto Real - Porto Nacional (TO). - EM nº 286/2016 MC - 53000.007049/2013
129	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA URTIGÃO - São João da Urtiga (RS).	São João da Urtiga	RS	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	287	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA URTIGÃO - São João da Urtiga (RS). - EM nº 287/2016 MC - 53000.021788/2012
130	Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro - Quatro Pontes (PR).	Quatro Pontes	PR	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	288	2016	Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro - Quatro Pontes (PR). - EM nº 288/2016 MC - 53000.057858/2013
131	Associação Cultural e Comunitária Amigos de Jarinu - Jarinu (SP).	Jarinu	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	289	2016	Associação Cultural e Comunitária Amigos de Jarinu - Jarinu (SP). - EM nº 289/2016 MC - 53000.015823/2013
132	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - Fortaleza (CE).	Fortaleza	CE	2013	Transferência direta	Rádio e TV	290	2016	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - Fortaleza (CE). - EM nº 290/2016 MC - 53000.054438/2013
133	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibiaporã - Ibiaporã (PR).	Ibiaporã	PR	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	291	2016	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibiaporã - Ibiaporã (PR). - EM nº 291/2016 MC - 53000.059286/2011
134	Associação Comunitária São José - São José do Rio Preto (SP).	São José do Rio Preto	SP	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	292	2016	Associação Comunitária São José - São José do Rio Preto (SP). - EM nº 292/2016 MC - 53000.003434/2014
135	Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM - Rio Novo do Sul (ES).	Rio Novo do Sul	ES	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	293	2016	Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM - Rio Novo do Sul (ES). - EM nº 293/2016 MC - 53000.014914/2013
136	Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM - Bom Conselho (PE).	Bom Conselho	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	294	2016	Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM - Bom Conselho (PE). - EM nº 294/2016 MC - 53000.059291/2011
137	Associação de Radiodifusão Comunitária de Sombrio - Sombrio (SC).	Sombrio	SC	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	295	2016	Associação de Radiodifusão Comunitária de Sombrio - Sombrio (SC). - EM nº 295/2016 MC - 53000.060438/2013
138	Rede União de Rádio e Televisão Ltda. - Fortaleza (CE).	Fortaleza	CE	2015	Renovação	Rádio e TV	296	2016	Rede União de Rádio e Televisão Ltda. - Fortaleza (CE). - EM nº 296/2016 MC - 53000.034453/2015
139	TV Nova Conexão para a TV FB - Comunicações Ltda. - Francisco Beltrão (PR).	Francisco Beltrão	PR	2009	Transferência direta	Rádio e TV	297	2016	TV Nova Conexão para a TV FB - Comunicações Ltda. - Francisco Beltrão (PR). - EM nº 297/2016 MC - 53000.042938/2009

60

53000.046267/2013-32

EM nº 00231/2016 MC

Brasília, 27 de Abril de 2016



Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.046267/2013-32, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 07/08/2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goia, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Glória do Goitá/PE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima*



**PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC**

**PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53**

**INTERESSADO:** Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**ASSUNTO:** Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

## **I – RELATÓRIO**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.**

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.



II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

## **II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará



prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os



documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o



pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

### **III - CONCLUSÃO**

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

### **ANEXO**

#### **PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015**

#### **RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

#### **DOCUMENTOS**

		<b>SI M</b>	<b>NÃ O</b>	<b>Fls. / nº do doc.</b>
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros			

técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

- 3 Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.
- 4 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.
- 5 Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.
- 6 Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
- 7 Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.
- 8 Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.
- 9 Relatório de apuração de infrações.
- 9.1 Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?
- 9.2 Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

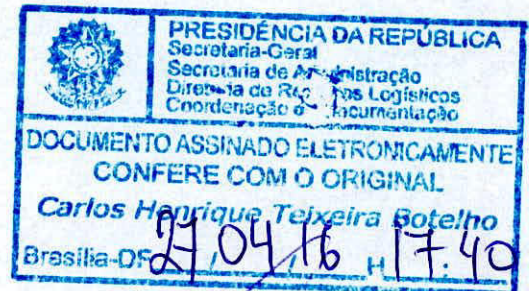
Brasília, 19 de junho de 2015.

**Lucas Borges de Carvalho**

Assessor do Consultor Jurídico



**Alan Emanuel Cavalcante Trajano**  
Consultor Jurídico



*Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque*





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.046267/2013-32**

Considerando que os órgãos técnico e jurídico desta Pasta já se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica n.º 15496/2015/SEI-MC e do Parecer n.º 475/2015/SEI-MC, respectivamente, e a mudança do Titular desta Pasta, restitua-se o presente processo à Consultoria Jurídica, com a minuta de Exposição de Motivos disposta no campo próprio abaixo, para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

**Vanda Jugurtha Bonna Nogueira**  
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 22/07/2016, às 14:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1246217** e o código CRC **9C3A73A5**.

**Minutas e Anexos**

**MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Interino,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.046267/2013-32, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 07/08/2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Glória do Goitá/PE.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações





# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53000.046267/2013-32**

Entidade: **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Gloria do Goita**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

Ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Coordenação já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/03/2017, às 17:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1743067** e o código CRC **E8EA4135**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.046267/2013-32

SEI nº 1743067

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53000.046267/2013-32**

Entidade: **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Gloria do Goita**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

À Secretaria de Radiodifusão,

Considerando que órgãos técnico e jurídico já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 22/03/2017, às 09:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1743073** e o código CRC **4695C8B8**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.046267/2013-32

SEI nº 1743073



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.046267/2013-32**

Entidade: **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goita**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Chefia de Gabinete do Ministro,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Pasta já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica nº 15496/2015 (Evento SEI 0615181) e do Parecer Conj. nº 475/2015 (Evento SEI 0615319), encaminho a Exposição de Motivos anexa, com vista à submissão dos autos ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 23/03/2017, às 19:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1743085** e o código CRC **EE92610A**.

## Minutas e Anexos

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.046267/2013-32**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **07 de agosto de 2013**, a autorização outorgada à **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Glória do Goitá/PE**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**

---

**Referência:** Processo nº 53000.046267/2013-32

SEI nº 1743085



Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.046267/2013-32, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 07 de agosto de 2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goiás, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Glória do Goitá/PE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 13/05/2017, às 18:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1823429** e o código CRC **872BAD94**.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**

**UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):**

**CGGM\_RÁDIO**

**DEMANDA:**

Encaminhar a Presidência da República

**OBSERVAÇÃO:**

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.

Brasília, 15 de maio de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 16/05/2017, às 17:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1885957** e o código CRC **15C284FA**.



Brasília, 20 de julho de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.046267/2013-32, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 07 de agosto de 2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goiás, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Glória do Goitá/PE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab*



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**

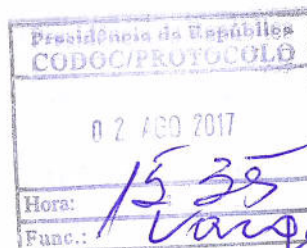
Esplanada dos Ministérios, Bloco E  
 CEP: 70067-900 Brasília-DF  
 Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 32943/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor  
 MARCELO PACHECO DOS GUARANYNS  
 Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
 Casa Civil da Presidência da República  
 Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,



Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

Nº EM	Nº PROCESSO	ENTIDADE INTERESSADA
401/2017	53000.057908/2011-12	Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro da Vitória de Santo Antão
402/2017	53000.036682/2009-00	Associação Agrícola dos Plantadores de Mandioca
403/2017	53000.048835-2013-30	Movimento Teatral Ziriguidum Art Circus
404/2017	53000.046267/2013-32	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goiás
405/2017	53000.061548-2013-15	Associação Cultural de Triunfo
406/2017	53000.026302/2013-05	Associação Comunitária 29 de Dezembro
407/2017	53000.002360/2012-54	Associação Cultural Maraial
408/2017	53000.053346/2011-38	Clube de Mães
409/2017	53900.021931/2015-59	Associação Rádio Comunitária de Manari – Pe
410/2017	53900.007246/2014-39	Associação dos Moradores da Vila Brasil e Outras Artérias
411/2017	53000.058098/2011-11	Associação Comunitária A Voz de Quissamã
412/2017	53000.056150/2012-86	Associação Beneficente Mão Amiga



413/2017	53000.059286/2011-67	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibiporã
414/2017	53000.041134/2011-16	Associação Cultural e Comunitária
415/2017	53000.057218/2011-63	Associação Comunitária dos Moradores de Cantagalo
416/2017	53000.058848/2011-55	Associação Cultural de Comunicação Santa Tereza
417/2017	53000.058471/201134	Associação da Rádio Comunitária Alternativa FM
418/2017	53900.025904/2015-55	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico
419/2017	53000.050945/2013-61	Associação da Rádio Comunitária Bom Conselho
420/2017	53000.057297/2012-93	Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle
421/2017	53000.058103/2011-96	Associação de Comunicação Comunitária Educativa e Cultural Constantina - Rádio FM
422/2017	53000.065326/2013-71	Associação Cultural Rádio Comunidade F.M. Novo Tempo
423/2017	53000.061913/2013-91	Associação Radio Vida
424/2017	53000.007503/2006-76	Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Cassino
425/2017	53000.065289/2012-11	Fundação José Ribamar Lunguinho de Desenvolvimento
426/2017	53000.034808/2013-80	Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Cidade
427/2017	53000.046095/2012-16	Associação Comunitária Mundo Melhor
428/2017	53000.043077/2012-82	Grêmio do Projeto Cultural e Criativo Alternativa
429/2017	53000.051661/2012-10	Associação Comunitária Moriah
430/2017	53000.055803/2012-18	Associação Cultural Educacional e Rádio Comunitária de Pirabeiraba
431/2017	53000.071350/2013-40	Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Atividade
432/2017	53000.003804/2013-50	Associação Cultural Comunitária Esperança
433/2017	53900.036160/2014-13	Associação Cultural de Comunicação Comunitária Sfera Educadora de Bady Bassitt
434/2017	53000.067258/2013-85	Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências
435/2017	53000.070507/2013-10	Associação Cultural Esportiva e Turística
436/2017	53000.060438/2013-36	Associação de Radiodifusão Comunitária de Sombrio
437/2017	53000.052854/2012-80	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Portal da Serra

438/2017	53000.042446/2011-39	Associação Comunitária Ecológica de Rio Camboriú
439/2017	53900.018692/2014-79	Associação Pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação
440/2017	53000.017596/2013-76	Associação Cultural e Comunitária Garopabense de Comunicações
441/2017	53000.065155/2013-81	Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Senador Salgado Filho
442/2017	53000.066832/2013-88	Associação Cultural Nova Palma
443/2017	53000.015829/2013-04	Associação Comunitária da Vila Santa Rita de Cassia
444/2017	53000.007049/2013-82	Associação Porto Real
445/2017	53000.054982/2012-68	Rádio Comunitária Caminho Seguro de Bebedouro
446/2017	53000.030840/2012-13	Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Educadora Campo Verde
447/2017	53000.021870/2013-10	Associação Comunitária Terra de Getulina
448/2017	53000.006807/2013-45	Associação Cultural Comunitária de Pedreira
449/2017	53000.015823/2013-29	Associação Cultural e Comunitária Amigos de Jarinu
450/2017	53900.015229/2014-75	Associação Comunitária Cultural Pela Democratização dos Meios de Comunicação Contestado - ACC

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria Nº 1.317/2017, em 25/07/2017, às 16:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador 2071410 e o código CRC 3B51B913.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 32943/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.000256/2016-11 - Nº SEI: 2071410



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.046267/2013-32**  
**Referência: Ofício nº 32943/2017/SEI-MCTIC.**  
**Assunto: Restituição de processo.**  
**Destinatário: CGRC**

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 32943/2017/SEI-MCTIC à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 07/08/2017, às 16:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2104599** e o código CRC **47EC0EE2**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.046267/2013-32

SEI nº 2104599

## Amanda de Souza Geracy

---

**De:** Amanda de Souza Geracy  
**Enviado em:** terça-feira, 9 de outubro de 2018 12:16  
**Para:** Eugenio Cesar Almeida Felippetto  
**Cc:** Amanda de Souza Geracy  
**Assunto:** RES: EM nº 00404/2017 MCTIC - Renova Outorga RadCom em favor da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá/PE (PENDÊNCIA)

Prezado Filipetto,

Em referência ao impedimento do Sr. Gilmar dos Santos Silva, a certidão eleitoral anexa evidencia que sua condição de gestor de partido político perdurou entre março e agosto de 2016.

Sob esse viés, considerando que o óbice não existia ao tempo do protocolo do pedido de renovação e não mais persiste na atualidade, julgo o vício superável.

Quanto ao equívoco no nome da requerente, trata-se de erro material que não traz maiores prejuízos.

No aguardo de manifestação terminativa da SAG/CC.

Att.

Amanda

---

**De:** Maisa Martins de Toledo Nassar de Oliveira  
**Enviada em:** sexta-feira, 21 de setembro de 2018 16:28  
**Para:** Amanda de Souza Geracy  
**Assunto:** ENC: EM nº 00404/2017 MCTIC - Renova Outorga RadCom em favor da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá/PE (PENDÊNCIA)  
**Prioridade:** Alta

---

**De:** Eugenio Cesar Almeida Felippetto  
**Enviada em:** quarta-feira, 29 de agosto de 2018 15:49  
**Para:** Maisa Martins de Toledo Nassar de Oliveira  
**Cc:** Jose Cruz Filho  
**Assunto:** EM nº 00404/2017 MCTIC - Renova Outorga RadCom em favor da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá/PE (PENDÊNCIA)  
**Prioridade:** Alta

Prezadas,

1. Em referência ao processo **53000.046267/2013-32**, que versa sobre a renovação da outorga de autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Glória do Goitá/PE, em favor da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá, verificou-se possível vínculo político partidário do dirigente Sr. Gilmar dos Santos Silva (Título Eleitoral: 044027280817) Diretor Vice-Presidente e também Presidente do PSOL-50 Partido Socialismo e Liberdade de Glória do Goitá/PE. O Sr. Gilmar foi candidato nas Eleições Municipais de 2016 ao cargo de Vereador, cujo resultado foi de Suplente na Câmara Municipal de Glória do Goitá/PE, legislatura 2017-2020.

2. Cabe registrar erro material na descrição do nome da Associação que consta na EM nº 00404/2017 MCTIC, de 02/08/2017, como "... de Glória do Goiá", sendo o correto "... de Glória do Goitá".

3. Nesse sentido, tem-se o entendimento, s.m.j., que há a necessidade do MCTIC prestar informação adicional a respeito da adequada composição do quadro diretivo da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá.



4. Assim, solicita-se a avaliação por parte dessa SAJ no sentido de verificar a pertinência da restituição do processo ao MCTIC, com vistas à complementação de informação e de documentação.

Atenciosamente,

**Eugênio Cesar Almeida Felippetto**

Assessor Técnico da Subchefia Adjunta de Políticas de Infraestrutura

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Casa Civil da Presidência da República

Fones: (61) 3411-3855 / 3852

## Amanda de Souza Geracy

---

**De:** Eugenio Cesar Almeida Felippetto  
**Enviado em:** terça-feira, 9 de outubro de 2018 15:49  
**Para:** Amanda de Souza Geracy  
**Cc:** Maisa Martins de Toledo Nassar de Oliveira; Jose Cruz Filho  
**Assunto:** RES: EM nº 00404/2017 MCTIC - Renova Outorga RadCom em favor da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá/PE (PENDÊNCIA)  
**Anexos:** Gilmar da Rádio 50555 PSOL (Vereador) Glória do Goitá.pdf  
**Prioridade:** Alta

Prezada Sra. Amanda,

1. Em referência ao processo **53000.046267/2013-32** observa-se que o mesmo trata de situação de pós-outorga – renovação de Serviço de Radiodifusão Comunitária, portanto um serviço público em execução. A renovação de Serviço de Radiodifusão Comunitária, segundo o item 10 da Cartilha RadCom<sup>(1)</sup> deve ser mantido livre de qualquer espécie de vínculo, como transcrito a seguir:

*“10. COMO O SERVIÇO DE RADCOM DEVE SER PRESTADO?*

*A entidade outorgada deverá ainda **se manter livre de qualquer espécie de vínculo** (vide tópico 3) e, em sua programação, não poderá fazer qualquer espécie de proselitismo e deverá ser isenta de discriminação de qualquer espécie, como as de raça, origem, gênero, credo, convicções filosóficas, político-partidárias e orientação sexual.”*

2. Em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 6º da **Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998**, é permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes e o art. 17 do **Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998**, permite a renovação por igual período se cumpridas as disposições legais vigentes.

3. Nesse contexto, observa-se que o Sr. Gilmar dos Santos Silva (Título Eleitoral: 044027280817) Diretor Vice-Presidente da Associação, além de ter exercido no decorrer da execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária cargo ou função em órgão de direção de partido político a nível municipal – o que caracteriza vínculo, nos termos do item 1, da alínea ‘a)’ do inciso III do art. 7º da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC<sup>(2)</sup>, com redação dada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC – e ainda persiste na atualidade o vínculo de suplente de cargo eletivo no âmbito do Poder Legislativo na esfera municipal, conforme documento anexo e nos termos do item 4 da alínea ‘a)’ do inciso III do art. 7º da mencionada Portaria.

4. Cabe evidenciar que a Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, em seu art. 129, estabelece que a outorga poderá ser renovada por igual período, desde que obedecida a Portaria e as disposições legais vigentes e coloca, em seu art. 132, como passível de indeferimento a renovação nos casos em que seja constatado o estabelecimento ou a manutenção de vínculo.

5. Com vista a harmonia entre os processos de mesma natureza e com fulcro no princípio da razoabilidade e continuidade do serviço público, tem-se o entendimento, s.m.j., que permanece a necessidade do MCTIC prestar informação adicional a respeito da adequada composição do quadro diretivo da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá, inclusive ponderando a similaridade da situação já relatada em outros processos de renovação de outorga onde o MCTIC, ao tomar conhecimento, registrou em Despacho Interno a informação de instauração do processo administrativo de pós-outorga, com o objetivo de que a Entidade regularize a situação e encaminhou o assunto à Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas, para apuração da infração.



6. Por todo o exposto, e evidenciado que persiste o vínculo político partidário do Sr. Gilmar dos Santos Silva, esta Assessoria Técnica preserva o posicionamento de que há necessidade de restituição do processo ao MCTIC, com vistas à complementação de informação e de documentação.

Atenciosamente,

**Eugênio Cesar Almeida Felippetto**

Assessor Técnico da Subchefia Adjunta de Infraestrutura  
Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais  
Casa Civil da Presidência da República  
Fones: (61) 3411-3855 / 3852

---

(1) Disponível em:

[http://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/comunicacao/arquivos/RadiofusaoComunitaria/Cartilha/Cartilha\\_Radcom.pdf](http://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/comunicacao/arquivos/RadiofusaoComunitaria/Cartilha/Cartilha_Radcom.pdf)

(2) Disponível em:

<http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/arquivos/RadiofusaoComunitaria/Legislacao/Portaria-n-4.3342015-SEI-MC-alterada-pela-Portaria-n-1.9092018-SEI-MCTIC.docx>

---

**De:** Amanda de Souza Geracy

12:16

**Para:** Eugenio Cesar Almeida Felippetto

**Enviada em:** terça-feira, 9 de outubro de 2018

**Cc:** Amanda de Souza Geracy

**Assunto:** RES: EM nº 00404/2017 MCTIC - Renova Outorga RadCom em favor da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá/PE (PENDÊNCIA)

Prezado Filipetto,

Em referência ao impedimento do Sr. Gilmar dos Santos Silva, a certidão eleitoral anexa evidencia que sua condição de gestor de partido político perdurou entre março e agosto de 2016.

Sob esse viés, considerando que o óbice não existia ao tempo do protocolo do pedido de renovação e não mais persiste na atualidade, julgo o vício superável.

Quanto ao equívoco no nome da requerente, trata-se de erro material que não traz maiores prejuízos.

No aguardo de manifestação terminativa da SAG/CC.

Att.

Amanda

---

**De:** Maisa Martins de Toledo Nassar de Oliveira

16:28

**Para:** Amanda de Souza Geracy

**Enviada em:** sexta-feira, 21 de setembro de 2018

**Assunto:** ENC: EM nº 00404/2017 MCTIC - Renova Outorga RadCom em favor da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá/PE (PENDÊNCIA) **Prioridade:** Alta

---

**De:** Eugenio Cesar Almeida Felippetto

15:49

**Para:** Maisa Martins de Toledo Nassar de Oliveira

**Enviada em:** quarta-feira, 29 de agosto de 2018

**Cc:** Jose Cruz Filho

**Assunto:** EM nº 00404/2017 MCTIC - Renova Outorga RadCom em favor da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá/PE (PENDÊNCIA) **Prioridade:** Alta

Prezadas,

1. Em referência ao processo **53000.046267/2013-32**, que versa sobre a renovação da outorga de autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Glória do Goitá/PE, em favor da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá, verificou-se possível vínculo político partidário do dirigente Sr. Gilmar dos Santos Silva (Título Eleitoral: 044027280817) Diretor Vice-Presidente e também Presidente do PSOL-50 Partido Socialismo e Liberdade de Glória do Goitá/PE. O Sr. Gilmar foi candidato nas Eleições Municipais de 2016 ao cargo de Vereador, cujo resultado foi de Suplente na Câmara Municipal de Glória do Goitá/PE, legislatura 2017-2020.

2. Cabe registrar erro material na descrição do nome da Associação que consta na EM nº 00404/2017 MCTIC, de 02/08/2017, como “... de Glória do Goiás”, sendo o correto “... de Glória do Goitá”.
3. Nesse sentido, tem-se o entendimento, s.m.j., que há a necessidade do MCTIC prestar informação adicional a respeito da adequada composição do quadro diretivo da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá.
4. Assim, solicita-se a avaliação por parte dessa SAJ no sentido de verificar a pertinência da restituição do processo ao MCTIC, com vistas à complementação de informação e de documentação.

Atenciosamente,

**Eugênio Cesar Almeida Felippetto**

Assessor Técnico da Subchefia Adjunta de Políticas de Infraestrutura  
Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais  
Casa Civil da Presidência da República  
Fones: (61) 3411-3855 / 3852



53000.046267/2013-32

## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Subchefia de Assuntos Jurídicos  
Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 9 de outubro de 2018.

Ao Protocolo SAJ e

Ao Protocolo Central.

Assunto: **Devolução de Processo Administrativo nº 53000.046267/2013-32 e Exposição de Motivos nº 0404/2017-MCTIC.**

Solicito a **devolução** do presente **processo administrativo (SEI) e sua respectiva Exposição de Motivos (SIDOF)** ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, em razão da necessidade de melhor instrução do processo, uma vez que há indícios de infração "pós outorga" não sinalizada nos autos e que eventualmente pode impedir a pretendida renovação de autorização do serviço de radiodifusão comunitária, devendo ser observadas, em especial, as recomendações constantes dos itens 4 e 5 do doc SEI nº 0836969.

AMANDA DE SOUZA GERACY

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos



Documento assinado eletronicamente por **Amanda de Souza Geracy, Assessor(a)**, em 09/10/2018, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **0837007** e o código CRC **836C1716** no site:

[https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Processo nº 53000.046267/2013-32

SEI nº 0837007

53000.046267/2013-32

Presidência da República  
Secretaria-Geral  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Protocolo Central da Presidência da República

Brasília, 10 de outubro de 2018.

Aos Protocolos da SAJ, SAG e SUPAR

Assunto: **Devolução de Exposição de Motivos Nº 404/2017 do MCTIC.**

1. Informa devolução de Exposição de Motivos Nº 404/2017 do MCTIC, conforme Despacho SAINF/SAJ/CC-PR 0837007, em razão da necessidade de melhor instrução do processo, uma vez que há indícios de infração "pós outorga" não sinalizada nos autos e que eventualmente pode impedir a pretendida renovação de autorização do serviço de radiodifusão comunitária, devendo ser observadas, em especial, as recomendações constantes dos itens 4 e 5 do doc SEI nº0836969.

**GLAUCE PEREIRA DA SILVA**  
Especialista



Documento assinado eletronicamente por **Glauce Pereira da Silva, Especialista (GR II)**, em 10/10/2018, às 12:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **0838235** e o código CRC **08E784AF** no site:

([https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0))

Referência: Processo nº 53000.046267/2013-32

SEI nº 0838235



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE RÁDIO-DIFUSÃO**

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.046267/2013-32**  
**Referência: Despacho SEI/PR - 0838235**  
**Assunto: Restituição de processo.**  
**Destinatário: CGRC**

Tendo em vista a expedição do Despacho SEI/PR - 0838235 (3452941) à Subchefia de Assuntos Jurídicos e Subchefia Adjunta de Infraestrutura, restitua-se o presente processo.



Documento assinado eletronicamente por **Andrea de Miranda Ramos Kern, Chefe de Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 10/10/2018, às 17:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3453747** e o código CRC **2F5E498D**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

---

**Referência:** Processo nº 53000.046267/2013-32

SEI nº 3453747



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**CERTIDÃO DA COMPOSIÇÃO - COMPLETA**

CERTIFICO que se encontram anotados nos assentamentos da Justiça Eleitoral o seguinte órgão partidário e seus membros. Este órgão partidário encontra-se com prazo de validade expirado.

Partido Político:	<b>50 - PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE</b>		
Órgão Partidário:	<b>Órgão provisório</b>		
Abrangência:	<b>GLÓRIA DO GOITÁ - PE - Municipal</b>		
Vigência:	<b>Início: 22/03/2016 Final: 26/08/2016</b>		
Situação do Órgão:	<b>Inativado por dissolução (Órgão definitivo)</b>	Data de Validação:	-
Protocolo/Código do requerimento:	<b>181182016</b>		
Endereço:	<b>RUA PADRE JOAQUIM INÁCIO. Nº 260</b>	Bairro:	<b>GLORIA DO GOITÁ</b>
Município:	<b>GLÓRIA DO GOITÁ / PE</b>	CEP:	<b>55620000</b>
Complemento:	<b>MADRE DE DEUS</b>	CNPJ:	<b>24.970.392/0001-80</b>
Telefone:	<b>(81) 3658-1150</b>	Fax:	
Celular:	<b>(81) 99651-4603</b>		
E-mail:	<b>gilreporter@bol.com.br</b>		

<b>Membro</b>	<b>Cargo</b>	<b>Exercício / Situação</b>
JOSÉ PEREIRA DE LIMA FILHO	SECRETÁRIO - DE GÊNERO	22/03/2016 - 26/08/2016 / Inativo
GERALDO MARTINS DE SANTANA	SECRETÁRIO - DE IGUALDADE RACIAL E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA	22/03/2016 - 26/08/2016 / Inativo



Membro	Cargo	Exercício / Situação
JAIR DA SILVA LEMO	SECRETÁRIO - DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO	22/03/2016 - 26/08/2016 / Inativo
CÍCERO JOSÉ DOS SANTOS	SECRETÁRIO - DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL	22/03/2016 - 26/08/2016 / Inativo
GILMAR DOS SANTOS SILVA	PRESIDENTE	22/03/2016 - 26/08/2016 / Inativo
JOSÉ BARBOSA DOS SANTOS	SECRETÁRIO	22/03/2016 - 26/08/2016 / Inativo
KARLINE DE FÁTIMA FELIPE NERY	TESOUREIRO	22/03/2016 - 26/08/2016 / Inativo

Código de Validação	sB6tGWDHwNIFhqvKbQFfbEQC7c=
Certidão emitida em	03/04/2019 10:50:41

- Esta certidão é gratuita e dispensa assinatura. Sua autenticidade poderá ser confirmada no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidospoliticos/validarcertidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são anotados no TSE e os regionais e municipais são anotados nos Tribunais Regionais Eleitorais respectivos.

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53000.046267/2013-32.**

Referência: **Despacho SERAD\_APOIO 3453747.**

Entidade: **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá.**

Assunto: **Restituição dos autos.**

À Secretaria de Radiodifusão,

1. Em atenção ao E-mail Casa Civil 3452898 e Despacho SEI\_PR 3452941, informo o seguinte:

1.1 Esclareço que, à época em que a Nota Técnica nº15496/2015/SEI-MC, 0615181, de revisão final, foi editada, e a Portaria nº 144/2016/SEI-MC, que aprovou a renovação da outorga da Entidade, foi publicada no Diário Oficial da União, em **15/02/2016**, 0966153, o dirigente não participava do órgão partidário. Como informado pelo próprio subscritor do *e-mail* e, após consulta ao sítio do Tribunal Superior Eleitoral (Certidão obtida via Internet TSE 4026792), verificou-se que o senhor GILMAR DOS SANTOS SILVA passou a exercer o cargo de Presidente do PSOL apenas em 22/03/2016; ou seja, data posterior à publicação da Portaria de renovação da outorga.

1.2 Assim, uma vez que o ato que renovou a outorga da Entidade reuniu todos os elementos constitutivos exigidos pela legislação e que o possível vínculo só se iniciou após a publicação da Portaria, não há que se falar em revisão do ato administrativo.

1.3 Todavia, instaurou-se o processo administrativo nº 01250.015577/2019-55, e encaminhou-se o assunto à Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas, para apuração da infração.

2. Com base nessas informações, encaminho a minuta da Exposição de Motivos, para assinatura do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e posterior restituição dos autos à Casa Civil, para prosseguimento.



Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 08/04/2019, às 08:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4026688** e o código CRC **6A5A2E7E**.

## Minutas e Anexos

### MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.046267/2013-32, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá, inscrita no CNPJ nº 02.978.687/0001-60, explore pelo prazo de dez anos a partir de 07 de agosto de 2013, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Glória do Goitá, estado de Pernambuco, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 15496/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 144, de 1º de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 15/02/2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

---

**Referência:** Processo nº 53000.046267/2013-32

SEI nº 4026688



Brasília, 2 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.046267/2013-32, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá, inscrita no CNPJ nº 02.978.687/0001-60, explore pelo prazo de dez anos a partir de 07 de agosto de 2013, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Glória do Goitá, estado de Pernambuco, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 15496/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 144, de 1º de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 15/02/2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 36713/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.046267/2013-32.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 02/10/2019, às 17:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4694541** e o código CRC **D8CF9345**.